

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
CURSO LICENCIATURA EM CIÊNCIAS SOCIAIS  
DEPARTAMENTO INTERDISCIPLINAR  
CAMPUS LITORAL NORTE**

**CAMILA ÉVELIN LIMA RODE**

**PROTAGONISMO FEMININO NO CAMPO**  
**UMA ANÁLISE SOBRE A SINDICALIZAÇÃO DE MULHERES E SUAS ATUAÇÕES**  
**NA FETAG-RS**

Tramandaí  
2023

CAMILA ÉVELIN LIMA RODE

**PROTAGONISMO FEMININO NO CAMPO**

UMA ANÁLISE SOBRE A SINDICALIZAÇÃO DE MULHERES E SUAS ATUAÇÕES  
NA FETAG-RS

Trabalho de Conclusão de Curso para conclusão  
de graduação em Ciências Sociais Licenciatura na  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora Daniela Oliveira e coorientadora Carla  
Souza Camargo.

Tramandaí

2023

### CIP - Catalogação na Publicação

LIMA RODE, CAMILA ÉVELIN  
PROTAGONISMO FEMININO NO CAMPO - UMA ANÁLISE SOBRE  
A SINDICALIZAÇÃO DE MULHERES E SUAS ATUAÇÕES NA  
FETAG-RS / CAMILA ÉVELIN LIMA RODE. -- 2023.  
100 f.  
Orientadora: DANIELA OLIVEIRA.

Coorientadora: CARLA DE SOUZA CAMARGO.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Campus  
Litoral Norte, Licenciatura em Ciências Sociais,  
Tramandaí, BR-RS, 2023.

1. MOVIMENTOS SOCIAIS. 2. MULHERES RURAIS. 3.  
RELAÇÃO DE GÊNERO. 4. MOVIMENTO SINDICAL. 5.  
TRABALHADORAS RURAIS. I. OLIVEIRA, DANIELA, orient.  
II. DE SOUZA CAMARGO, CARLA, coorient. III. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

CAMILA ÉVELIN LIMA RODE

**PROTAGONISMO FEMININO NO CAMPO**

UMA ANÁLISE SOBRE A SINDICALIZAÇÃO DE MULHERES E SUAS ATUAÇÕES  
NA FETAG-RS

Trabalho de Conclusão de Curso para  
conclusão de graduação em Ciências Sociais  
Licenciatura na Universidade Federal do Rio  
Grande do Sul.

Orientadora Daniela Oliveira e coorientadora  
Carla Souza Camargo.

Data de aprovação: 30 de janeiro de 2023

Banca examinadora

---

Professora Doutora Anelise Rambo  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

---

Professor Doutor Jairo Alfredo Genz Bolter  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

## **DEDICATÓRIA**

Dedico este trabalho de pesquisa às mulheres fortes que me antecederam, e aquelas que seguem lutando por seus espaços e assim, abrem caminho para as demais. Em especial as de minha família que superaram as adversidades da vida e assim tornaram-se exemplos de que é preciso lutar. De forma esperançosa oferto esta pesquisa ao meu filho Bernardo, para que ao longo de sua vida incentive muitas mulheres a acreditarem na sua capacidade e no direito de estar onde desejarem.

## **AGRADECIMENTOS**

Inicialmente, agradeço a Deus por me conceder saúde para que pudesse chegar até este momento. E, a fé para superar os contratempos enfrentados durante a graduação e que assim oportunizaram viver esta ocasião com satisfação, orgulho e gáudio.

A minha família que me incentivou a seguir, reafirmando constantemente que eu era merecedora desta realização. Em especial, a minha irmã Luciéli, e tia Rosiane que foram meu esteio nesta caminhada, sem elas não seria possível chegar até aqui. A minha irmã, agradeço ainda mais por ao longo de nossas vidas ter sido amor, apoio mútuo, acolhimento e consolo.

Ao meu esposo, Marcos, por contribuir com a realização deste sonho, sendo amparo, compreensão e incentivo, mesmo não entendendo a dimensão do trabalho. Ao meu querido e amado filho, Bernardo, meu amor sem medida e agradecimento por entender esta fase da minha vida, mesmo sendo tão pequeno compreender minha ausência presente: “isto é o certo mãe, tu deve continuar. Eu te ajudo” (Bernardo, 6 anos). Meu anseio de ser inspiração e na certeza de que o maior ensinamento é o exemplo é que encontrei forças para continuar.

A todos os mestres que ao longo da minha vida escolar dedicaram seu tempo mais do que escolarizar, transmitindo afeto e encorajamento e assim marcaram meu coração. Mesmo que numa vivência diferente do ambiente escolar, mas não menos importante e impactante, agradeço aos meus professores e tutores da graduação que contribuíram para a construção de um novo ser humano e profissional. Principalmente, por compreenderem as dificuldades, os desencontros e as angústias, oportunizando realizar esta conquista.

A minha orientadora, Daniela Oliveira, e a coorientadora, Carla Souza Camargo, pelas prósperas contribuições, por acreditarem que seria possível vencer esta etapa e assim me guiarem até a concretização deste tão almejado projeto.

Estendo meus agradecimentos a cada uma das mulheres que fizeram parte deste projeto, com afeição aceitaram a proposta de contribuir para a escrita desta pesquisa e compartilharem a caminhada individual por uma luta coletiva. Além de construção científica ambiciona-me incentivar outras mulheres a escreverem a trajetória de mulheres.

“Ninguém caminha sem aprender a caminhar, sem aprender a fazer o caminho caminhando, refazendo e retocando o sonho pelo qual se pôs a caminhar.” (FREIRE, 1997, p.79).

## RESUMO

Este trabalho de pesquisa tem por objetivo analisar o movimento de mulheres trabalhadoras rurais, a partir da sindicalização e quais são os resultados da organização para o protagonismo feminino e politização, apresentando ainda, as pautas de luta, os desafios e anseios. Fundamenta-se na literatura sobre novos movimentos sociais, a pauta feminista do século XIX e XX, sindicalismo no Brasil e o sindicalismo rural para então, tecer sobre a historiografia e a trajetória e a atuação das mulheres na Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul – FETAG-RS. A escolha metodológica foi por uma análise integrada mobilizada a partir de pesquisa empírica com entrevistas semiestruturadas, dados historiográficos e organizativos e observação participante da autora. Problematizando a construção do sujeito coletivo e analisar a participação das mulheres na FETAG-RS. Ademais, inquieta conhecer o perfil das mulheres que participam da FETAG-RS, verificando aspectos da participação e da representatividade política das mulheres na federação e na sociedade. E, a partir da estruturação, identificar a que têm se pautado as trabalhadoras rurais, quais são suas bandeiras de luta e se há algum ponto de encontro para a concretização desses anseios. Ao mesmo tempo, expomos como a FETAG-RS contribui para garantir a participação das mulheres no movimento sindical, de forma a incentivar o protagonismo. Observou-se, aspectos relevantes sobre a participação das mulheres na FETAG-RS, a atuação das mulheres está muito presente na federação, no entanto, quando medimos cargos de liderança como presidentes e coordenadoras regionais, o número se restringe significativamente, a tal ponto verificamos a existência de preconceito e discriminação quanto a participação das mulheres no movimento sindical. E também, o perfil das participantes é misto no que diz respeito a idade, tempo de sindicalização e participação, mas há percentual expressivo de mulheres com 55 anos ou mais, e associadas ao sindicato há mais de 20 anos, todavia, uma nova faixa etária vem ganhando expressão. Contatou-se, a partir do perfil das participantes que em sua maioria possuem independência financeira através de outra fonte de renda além da produção agrícola familiar, o que impacta positivamente para o protagonismo e empoderamento. No que diz respeito a participação, apuramos que parte das participantes já desempenhavam papel de protagonista e liderança em outros espaços, sendo ampliadas após a militância, e as que não, foram despertadas na militância sindical para o exercício da representação, e atualmente estão presentes em outros setores da sociedade, sendo uma consequência das formações oportunizadas pela FETAG-RS. Outrossim, o protagonismo da mulher no campo não é resultado, mas uma ferramenta que busca a inserção das mulheres em outros espaços afim de amenizar diferenças de gênero e consequentemente ter-se paridade.

**Palavras-chaves:** Movimentos Sociais de mulheres rurais. Relação de Gênero. Trabalhadoras Rurais. Sindicalismo. Protagonismo Feminino.

## ABSTRACT

This research work aims to highlight and analyze the movement of rural women workers, from unionization and what are the results of the organization for the realization of empowerment, politicization and struggles of gender and category, also presenting the challenges and desires faced by the women participating in this study. We started with the bibliographic foundation on rural unionism, followed by historiography as a way to elucidate the important events for the construction of the rural union movement and then base the trajectory and performance of women in the Federation of Agricultural Workers in Rio Grande do Sul – FETAG-RS. Through interviews, field research and participatory observation, we seek to problematize the construction of the collective subject and analyze what are the difficulties and challenges for the full participation of women, based on the narratives of regional coordinators and female leaders of the rural union movement. In addition, it is important to weave about the representativeness and political participation and/or politicization of women for instances beyond the rural union movement and for this we also appropriated the identification of the profiles that make up the State Commission of Women and how and in which spaces these representatives leaderships have been acting. That said, we were concerned to present, from the participants' point of view, the objective of organizing rural women workers, pointing to the role of the State Commission of Women. Based on this structuration, we seek to identify what rural women workers have been guided by, what their struggle flags are and if there is any meeting point for the fulfillment these desires. At the same time, we expose how FETAG-RS contributes to guarantee the participation of women in the union movement, considering that the construction of the movement took place with a male character. The realization of this research work provides an opportunity to recognize the performance and contribution of women in the construction of the rural union movement, and also a reflection on how, over the years, women have had to seek the right to participate, not in a struggle for gender, but rather by the category of rural worker. And finally, instigate and envisage that the work carried out by women in organized civil society is recognized, breaking with paradigms regarding gender.

**Keywords:** Social Movement of rural women. Gender Relation. Rural Workers. Unionism.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEMTR	Comissão Estadual de Mulheres Agricultoras do RS
CF	Constituição Federal
CLT	Consolidação das Leis Trabalhistas
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
ERT	Estatuto do Trabalhador Rural
FAG	Frente Agrária Gaúcha
FETAG-RS	Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul
FUNRURAL	Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ISSN	International Standard Serial Number
LGBTQIAP+	Lésbicas, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Queer, Intersexo, Assexuais e Pansexuais
MASTER	Movimento dos Agricultores Sem Terra
PRORURAL	Programa de Assistência ao Trabalhador Rural
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
QUALIS	Sistema de Classificação de Periódicos, Anais e Revistas
STR	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
ONU	Organização das Nações Unidas

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>13</b>
<b>2. METODOLOGIA</b> .....	<b>17</b>
<b>3. REFERÊNCIAS TEÓRICAS</b> .....	<b>20</b>
3.1. OS MOVIMENTOS SOCIAIS .....	20
3.2. NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS .....	21
3.3. MULHERES NOS MOVIMENTOS SOCIAIS: AS ESPECIFICIDADES FEMINISTAS AO LONGO DO SÉCULO XX E XXI.....	22
<b>4. MOVIMENTOS SOCIAIS NO RURAL, A PRESENÇA DAS MULHERES E O SINDICALISMO.</b> .....	<b>25</b>
4.1. O SINDICALISMO NO BRASIL .....	25
4.2. O SINDICALISMO RURAL NO BRASIL .....	26
4.3. O MOVIMENTO SINDICAL RURAL NO RS.....	32
4.3.1 A Federação dos Trabalhadores na Agricultura - FETAG-RS como representação do movimento sindical rural no Rio Grande do Sul.....	32
4.3.2 A FETAG-RS atualmente .....	37
4.4. A CONSTRUÇÃO DO MOVIMENTO SINDICAL RURAL DE MULHERES NO BRASIL E NO RIO GRANDE DO SUL.....	39
4.4.1 A atuação das mulheres no movimento sindical rural.....	40
4.4.2 A construção do movimento sindical rural no Rio Grande do Sul e os enredos em torno da comissão estadual de mulheres da FETAG-RS.....	42
<b>5. ANÁLISE DA PARTICIPAÇÃO FEMININA NA FETAG-RS.....</b>	<b>47</b>
5.1 QUEM SÃO AS PROTAGONISTAS? APRESENTANDO AS PARTICIPANTES .....	47
5.1.1 Aspectos gerais: idade, tempo de participação e escolaridade.....	50
5.1.2 Perfil geral das mulheres atuantes no sindicalismo rural da FETAG .....	55
5.1.3 Renda familiar entre as entrevistadas .....	57
5.2. A PARTICIPAÇÃO E REPRESENTATIVIDADE FEMININA NO MOVIMENTO SINDICAL RURAL .....	59
5.3. O QUE DESPERTA A MILITÂNCIA FEMININA E ONDE ELA PODE CHEGAR.....	66
5.4. A COMISSÃO ESTADUAL DE MULHERES TRABALHADORAS RURAIS COMO FERRAMENTA DO PROTAGONISMO FEMININO .....	70
5.5. A POLITIZAÇÃO DAS MULHERES SINDICALIZADAS E A ATUAÇÃO NA SOCIEDADE CIVIL .....	74
5.6. PAUTA DAS MULHERES DO MOVIMENTO DAS TRABALHADORAS RURAIS .....	83
<b>CONCLUSÃO</b> .....	<b>87</b>

<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>91</b>
<b>APÊNDICE.....</b>	<b>94</b>

## INTRODUÇÃO

A literatura sobre movimentos sociais é vasta, principalmente ao que tange o feminismo, o movimento de mulheres rurais colabora para essa expansão trazendo um recorte sobre o surgimento deste movimento, a estruturação inicial e a construção do sujeito feminino. Os movimentos de mulheres rurais são compreendidos como auto organizativos em muitas pesquisas, mesmo naqueles que integram os movimentos mistos, por justamente ter partido das mulheres o despertar para a participação.

Mesmo na perspectiva de que os movimentos eram auto organizativos com moldes ao que interessavam integrar eles apontam para a independência da mulher a imagem do homem e contribuíram para que as mulheres do campo saíssem da invisibilidade que viviam, o protagonismo feminino. Entretanto, o processo de consolidação dos movimentos de mulheres não ocorrerá de forma harmoniosa, à medida que eram estruturados traziam para o debate os anseios e pautas específicas tornando as mulheres mais apropriadas e construindo um cenário de ocupação de espaços que majoritariamente eram ocupados por homens.

As pesquisas sobre os movimentos de mulheres focaram em aprofundar sobre articulações que propiciaram o surgimento e de que forma tiveram importância histórica no campo de atuação, rumando para revisões historiográficas ao passo que evidenciam os contextos locais, regionais e/ou macro regionais. Alguns movimentos sociais mistos estão mais presentes nas pesquisas, como o MST e a CONTAG por acumularem diversos aspectos importantes que fundamentam outros eventos e ações, a Marcha das Margaridas desperta grande interesse de estudo por sua grandeza, situando-se em um novo momento dos movimentos sociais, lutando por pautas feministas e a partir dela a busca de políticas públicas específicas.

Dentro deste cenário, movimentos sociais do campo, a sindicalização torna-se um e representa expressiva importância pelo poder de mobilização e representatividade exercido frente aos sujeitos do campo. A motivação para que o campo buscasse organizar-se coletivamente enquanto classe trabalhadora, esteve atrelado a ausência de direitos e de atendimento do Estado no meio rural, inspirados em movimentos sindicais urbanos, e fomentados pela Igreja o movimento sindical rural em seu início não considerava a participação feminina.

Ao contrapor os tópicos trazidos acima, visto que tem como questão central o protagonismo feminino no campo, com análise sobre sindicalização de mulheres e suas atuações na FETAG-RS, considerando aspectos gerais que compõem o cenário e os sujeitos como objeto de estudo e como estes se relacionam, incorporando a perspectiva das participantes e assim, verificar a que está alicerçada a participação das mulheres no movimento sindical na atualidade.

Dentro da organização, FETAG-RS, buscamos elucidar o movimento próprio das mulheres, utilizando-se da Comissão Estadual de Trabalhadoras Rurais e de lideranças do movimento sindical rural, tecendo particularidades que em alguns momentos se confrontam, elucidando que algumas pautas ainda não foram superadas e permanecem nas entrelinhas da construção do movimento de mulheres no sindicalismo rural.

As entrelinhas do movimento sindical rural objeto deste estudo, foram sendo apropriadas a partir da participação no movimento sindical rural por esta autora, como associada e militante o qual me identifico como categoria secundária a minha vida profissional. Este trabalho não é sobre mim, tão pouco traz vivências minhas no movimento, por entender que para constatar aspectos importantes precisava colocar de lado a minha paixão pela militância e avaliar academicamente o cenário. Mas de forma breve me propus a apresentar justificando o interesse pela temática, pois, me aguçava saber quem eram aquelas mulheres no dia a dia, o porque estavam ali, que motivação trazem na vida para compor um movimento representativo, organizativo e sindical.

Construindo elementos teóricos, utilizando-se de literaturas que pudessem fundamentar os elementos empíricos que seriam movidos, constatamos que os autores Schaaf, Pimenta e Gomes contemplam três aspectos relevantes e que norteiam esta pesquisa, a invisibilidade da mulher nos movimentos sociais e sindicais na estruturação inicial, a introdução da mulher neste cenário e as novas políticas que prometem a integração das mulheres nestes espaços.

Mobilizamos outras literaturas que cumprem seu papel e agregam valor a construção por justamente trazerem considerações importantes sobre a exploração do tema em si, e também sobre o enredo que compõe a temática. Pudemos conferir, que alguns campos de estudo tem a centralidade conceitos e a partir deles encaixam os sujeitos, nossa pesquisa realiza o caminho inverso, está centralizado nos sujeitos e a partir deles mobilizamos conceitos e fundamentação teórica.

O problema de pesquisa, está embasado em analisar se o movimento sindical rural contribui para o protagonismo, empoderamento e politização das mulheres do campo; e se, as mulheres participantes do movimento que sindical ocupam e exercem papel representativo em outros espaços da sociedade.

Concentrando-se nos sujeitos, este estudo tem como principais questionamentos, se o movimento sindical rural contribui para o protagonismo, empoderamento e politização das mulheres do campo? E se, as mulheres participantes do movimento sindical ocupam e exercem papel representativo em outros espaços da sociedade? Para responder as indagações, a centralidade do estudo compete analisar a participação das mulheres na FETAG-RS, e a partir destes problemas de pesquisa poder conhecer o perfil das mulheres

que participam da FETAG-RS e analisar aspectos da participação e da representatividade política das mulheres na federação e na sociedade.

Proceder uma análise acerca do papel da mulher frente ao movimento sindical possibilita entender o comportamento dos indivíduos e como se dá inserção de mulheres na sociedade politizada. A partir desta investigação seja ela positiva ou negativa aos nossos questionamentos esperamos estar instrumentalizando a trajetória vindoura e valorizando o caminho já percorrido por mulheres dentro do movimento de mulheres e na participação da mulher na sociedade.

Para esta investigação optamos por utilizar-se de uma metodologia que coubesse no planejamento e ao mesmo tempo que nos permitisse chegar aos resultados necessários, numa relação de custo-benefício sem comprometer o conteúdo e obtendo dados significativos. A pesquisa empírica através de questionários estruturados foi utilizada para contemplar os dados quantitativos, sendo fundamentais para conhecer o perfil das participantes da Comissão Estadual de Mulheres Trabalhadoras Rurais.

A partir da sistematização destes dados compomos as pesquisas qualitativas semiestruturadas que foram utilizadas para estudo de casos que contemplassem nossa análise. Valendo-se de dados cronológicos apurados em uma breve pesquisa documental são mobilizados afim de situar a construção e estruturação específica do objeto de estudo. Cabe salientar, que a observação participante compõe uma pequena participação na metodologia, sem comprometer ou destacar-se frente aos outros recursos metodológicos utilizados.

A estruturação do trabalho procura seguir uma sequência lógica e linear para que aspectos e pontos de encontros possam acomodar-se durante a leitura. O trabalho encontra-se dividido em cinco capítulos, e em cada um deles podemos apresentar sessões e/ou subseções, quando necessário. Inicialmente a introdução e a metodologia capítulos 1 e 2 respectivamente, que somadas buscam orientar sobre elementos gerais e sobre as escolhas metodológicas para a construção da pesquisa, assim pretender que o leitor se sinta estimulado a completar a leitura, fazendo internamente suas constatações.

No primeiro três estão apresentadas as referências teóricas iniciais, de forma objetiva movemos este capítulo para que se situe no âmbito da pesquisa em ciências sociais frente a temática do trabalho. Tecendo conceitos importantes sobre movimentos sociais, os novos movimentos sociais e a participação da mulher nos movimentos sociais, estes sendo utilizados como subsídios para o restante da construção.

Já no quarto capítulo, situamos a leitura para o cenário desta pesquisa movendo a partir de fundamentos teóricos e pesquisa documental. A partir deste capítulo o cerne da pesquisa instala-se, pontuando sobre o sindicalismo, o sindicalismo rural e a presença da mulher. E, tecendo sobre o cenário do nosso estudo, a FETAG-RS, a relevância necessária

para fundamentar demais aspectos que constroem o sujeito e o coletivo ora pesquisados. Neste capítulo, a construção e atuação das mulheres no movimento sindical rural do RS recebem centralidade.

No quinto e último capítulo, apontamos os resultados das pesquisas realizadas, a partir da construção empírica, entrelaçamos os dados obtidos com a apropriação teórica e à medida que respeitamos a subjetividade das participantes, os objetivos e o problema de pesquisa são respondidos nos transcorrer da dissertação. Este último capítulo elaborado em subseções adequadas aos dados, que incorporados contribuem para uma análise ampliada do sujeito coletivo. É partindo do subjetivo que construiremos o coletivo desta pesquisa, sem o objetivo de padronizar mas sim, de buscar compreender, relacionar pontos de encontros ou de desencontros que se assemelham e que elucidem o contexto geral.

Por fim, na conclusão retomamos os resultados atingidos de forma objetiva afim de consagrar esta pesquisa com análise sobre o protagonismo feminino não a medir as conquistas do grupo organizado, mas a evidenciar o papel da mulher no movimento social sindical e na sociedade e a concretização de um novo sujeito: mulher, agricultora e sindicalizada.

## 2. METODOLOGIA

Neste capítulo, os recursos metodológicos utilizados para compor este estudo, serão explicados, bem como algumas escolhas específicas para que assim, faça sentido a quem ler.

Inicialmente, quero pontuar que toda a escrita deste trabalho está feita na terceira pessoa do plural, de forma proposital e ideológica. Com exceção de alguns pontos na metodologia que estarão na primeira pessoa do singular. A escolha de utilizar a terceira pessoa do plural para discorrer este estudo, se dá como forma de respeito e reconhecimento de todos que contribuíram para sua construção, mesmo a escrita ocorrendo de forma individual o texto vai sendo acolhido à medida que, sentimentos experiências e vivências são afloradas e isto só é possível numa troca mútua de saberes entre pessoas. Além do que, a orientação exerce um papel essencial para a transformação da emoção empregada para a razão necessária para a construção acadêmica.

Ademais, queremos elucidar que este estudo tem por objetivo a análise da participação das mulheres na FETAG-RS, buscando conhecer o perfil das mulheres que participam da FETAG-RS e explorar aspectos da participação e da representatividade política das mulheres na federação e na sociedade. Proceder uma análise acerca do papel da mulher frente ao movimento sindical possibilita entender o comportamento dos indivíduos para a construção coletiva então, como se dá inserção de mulheres na sociedade politizada.

Os recursos metodológicos movidos para alcançarmos os resultados foram sendo inseridos conforme a pesquisa da fundamentação teórica apresentava aspectos relevantes a serem verificados Mesmo mobilizando aspectos teóricos importantes e fundamentais ao mundo da pesquisa, este trabalho está alicerçado na ação, trazendo ações e atuações realizadas pelo movimento ao longo da história. Ademais, os elementos teóricos colaboram transportar minha inquietação pessoal em dados buscando o entendimento e principalmente, mas não propositalmente e sim como consequência de um estudo social o despertar da minha consciência crítica.

Colocando-me na posição de graduanda em ciências sociais, busquei utilizar o trabalho de conclusão de curso para apresentar e colaborar para o mundo acadêmico, mas também para apropriar-se do olhar pesquisador e investigar um assunto o qual inquietava-me entender as relações. Me coloco como militante, acredito na força e na representatividade dos movimentos sociais e foi desta forma que cheguei ao movimento dos trabalhadores rurais há alguns anos. A partir da participação pude estabelecer laços com outros participantes do movimento sindical rural, o que de fato colaborou para o desenvolvimento da pesquisa.

Para uma análise de aspectos e contextos atuais necessitou que previamente ocorressem duas mobilizações, a fundamentação teórica através de pesquisas sobre obras que contemplassem tópicos principais do assunto de pesquisa, posteriormente necessitou mobilizar dados historiográficos que pautassem e referenciassem as teorias encontradas, pontuando a teoria para a realidade vivenciada aqui, no cenário da pesquisa.

Posteriormente, busquei contatar o Presidente da Federação sobre a intenção de tecer um estudo sobre a atuação das mulheres na federação, apresentei o projeto do trabalho para sensibilizar sobre a necessidade de evidenciarmos a trajetória das mulheres nos diversos espaços que elas ocupam. Com o primeiro contato realizado e sinalização de que iria ser possível esta construção, contatei outros sujeitos importantes que auxiliaram na execução do estudo e também, compuseram os sujeitos participantes.

A abertura da própria instituição através de relações de militância encaminhou-se para que realizasse algumas visitas à sede da instituição, e assim pudesse trocar informações, elementos da história e acessar alguns acervos. Em uma das visitas, realizei uma entrevista semiestruturada com o Presidente da Federação e com a Assessora Estadual, evidenciando estritamente sobre a relação de gênero na federação.

Conhecendo a estruturação organizativa e aprofundando através da pesquisa documental, viabilizei a aplicação de questionário com as integrantes da Comissão Estadual de Mulheres, com o suporte da assessora estadual. Estes questionários tornaram-se importantes para o mapeamento prévio do direcionamento do estudo, e também, por ter sido uma ferramenta de aproximação a algumas militantes. Algumas das participantes do questionário realizado on line, contataram-me via WhatsApp se colocando a disposição para contribuir e parabenizando pela iniciativa.

A partir da análise dos dados coletados nas entrevistas quantitativas e estruturadas com as participantes da Comissão Estadual, percebi alguns pontos chaves, então, construí outros dois questionários estruturados para o Presidente da Federação, para a Assessora Estadual e para a Coordenadora Estadual, a partir da mobilização destes dados pontuei lacunas de pesquisa qualitativa, recorrendo a assessora estadual sobre lideranças da Comissão Estadual que destacavam-se na conjuntura sindical para estreitar apontamentos da pesquisa.

Com as indicações da assessora, iniciei uma conversa informal com elas, de forma online e pude encontrar perfis diferentes, atuação e representação, mas ainda, sentia a necessidade de ter presentes outros perfis que pudessem contrapor os que já estavam participantes. Então, ocasionalmente este ano, em novembro tive a grata oportunidade de participar de um curso de Educação Popular do movimento sindical, foram três dias de formação intensa, e lá conheci novas pessoas que estão atuantes no movimento. Retornando

refleti sobre como utilizar aquele momento e algumas pessoas que chamaram minha atenção para incrementar este estudo, então selecionei alguns perfis e iniciei novamente uma conversa informal on line. A partir disto, selecionei novas participantes mulheres, lideranças, algumas participantes da Comissão Estadual outras não e convidei para participarem desta pesquisa.

A troca mútua esteve muito presente em toda a construção, como uma forma de pesquisa, mas debrucei-me sobre contextos e métodos oficiais como pesquisa/questionário estruturado e semiestruturado. Senti a necessidade de mesmo tendo observação participante não deixar este aspecto interferir na condução do trabalho, meu objetivo era de fato, analisar o cerne do problema de pesquisa, sem contrapor o que eu tinha vivido e presenciado até então.

As pesquisas foram realizadas num período entre final de outubro a dezembro de 2022, e totalizaram 40 participantes oficiais, mas como já mencionado a troca mútua de outras participantes estiveram em torno do estudo, mas não mobilizaram dados qualitativos. Este estudo tem um propósito acadêmico, mas reflete também, a mim, como autora, mulher e sindicalizada. Na medida que desenvolvia a pesquisa tomava posse de outros ângulos do sindicalismo, e dos meus próprios objetivos dentro do estudo. Sinto-me satisfeita pois, que sou emoção consegui ser razão e construí este estudo de forma racional e não empreguei o meu olhar, avaliei dados e resultados e pude construir com senso crítico este estudo que compartilho com quem ler.

### 3. REFERÊNCIAS TEÓRICAS

#### 3.1. OS MOVIMENTOS SOCIAIS

Os movimentos sociais ao longo da história afirmaram sua importância e expressão, essa organização coletiva pautada em um objetivo comum reúne indivíduos que buscam o atendimento de suas demandas, centralizado em algum problema social. À medida que os movimentos sociais se articulam e travam lutas a sociedade vai se transformando, o que entendido e identificado como fenômeno social.

Apesar deste estudo não ter a finalidade de apresentar ou revisar conceitos acerca de movimentos sociais, nem mesmo dissertar sobre a construção do movimento social no mundo. No entanto, torna-se pertinente expormos de forma sucinta a visão de dois sociólogos sobre movimentos sociais que colaboram com a finalidade deste trabalho.

Karl Marx (1818-1883) é responsável pela teoria clássica de movimento social, desenvolvendo o conceito de práxis que explicou e fundamentou a ação dos movimentos. Práxis tornou-se um termo que unificou a relação entre a ação do movimento e sua fundamentação teórica, vislumbrando a transformação social, de forma que o movimento social na visão de Marx existe quando ações práticas são realizadas.

O sociólogo italiano Alberto Melucci (1943-2001) desenvolve que os movimentos sociais são ações coletivas baseada na solidariedade entre os indivíduos participantes frente a adversidades e assim, confrontam aquele que entendem como adversário buscando romper com o que impede o atendimento de suas demandas.

[...] um conjunto de práticas sociais que envolvem simultaneamente certo número de indivíduos ou grupos que apresentam características morfológicas similares em contiguidade de tempo e espaço, implicando um campo de relacionamentos sociais e a capacidade das pessoas de incluir o sentido do que estão fazendo. (s.d. MELUCCI apud, PONCHIROLLI 2022).

À medida que a sociedade foi desenvolvendo-se os movimentos sociais tornaram-se mais presentes, sendo uma ferramenta importante na busca da transformação social, pautada em justiça e igualdade. Mesmo com as evoluções, as teorias de Marx e Melucci são fundamentais para entendermos a relação entre movimento social e a busca de transformações sociais pois, são facilmente identificadas quando analisamos um movimento social: está pautado em ações e articulações para o atendimento de suas pautas e necessita da solidariedade entre os participantes para manter a vitalidade.

Os movimentos sociais tiveram fases de evolução até chegarmos aos novos movimentos sociais, fase atual. Os Movimentos sociais como um todo, são alvos de estudos

por cientistas de diferentes áreas, justamente pelo grande poder que exercem sobre as massas e de articulação para transformações. Neste capítulo abordaremos de modo breve o que são os novos movimentos sociais e como o feminismo e/ou a pauta feminista começa a tomar força.

### 3.2. NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Os novos “movimentos sociais” são aqueles que tiveram efervescência ao final do século XX, e tem essa identidade de novos por apresentarem um teor diferente ao que se moldava até então. Os movimentos tradicionais, antecedem a fase dos novos movimentos sociais, tinham um perfil embasado na luta da classe-social, operário-sindicais. Quando os movimentos deixaram de ter apenas essa conjuntura de empregado X empregador e passaram a moldar-se a partir da identidade do sujeito e/ou a qual ele identifica-se, ingressamos na era dos “novos movimentos sociais”. Considerando, as análises, interpretações e dados mobilizados para esta pesquisa podemos dizer que, os movimentos tradicionais não deixaram de existir eles foram moldados e ampliados para atender essa nova identidade que chama-se novos movimentos sociais, a forma pura que se tratava anteriormente a relação dos movimentos tradicionais, classe trabalhadora versus proprietários, abriu espaço para a pluralidade do contexto social e de sujeitos, trazendo para dentro destes outros movimentos já consolidados a décadas questões dos novos movimentos sociais.

Desta maneira, importa tecer considerações acerca dos movimentos sociais surgidos nas últimas décadas, os novos movimentos sociais, sendo ampla a gama de atores sociais e a pauta de reivindicações dos mesmos, especialmente a partir da década de 1970. Segundo Gohn (2011, p. 336, grifo da autora):

[...] na realidade histórica, os movimentos [sociais] sempre existiram, e cremos que sempre existirão. Isso porque representam forças sociais organizadas, aglutinam as pessoas não como força-tarefa de ordem numérica, mas como campo de atividades e experimentação social, e essas atividades são fontes geradoras de criatividade e inovações socioculturais. A experiência da qual são portadores não advém de forças congeladas do passado – embora este tenha importância crucial ao criar uma memória que, quando resgatada, dá sentido às lutas do presente. A experiência recria-se cotidianamente, na adversidade das situações que enfrentam. Concordamos com antigas análises de Touraine, em que afirmava que os movimentos são o coração, o pulsar da sociedade. Eles expressam energias de resistência ao velho que oprime ou de construção do novo que liberta. Energias sociais antes dispersas são canalizadas e potencializadas por meio de suas práticas em “fazer propositivos”.

Assim, ao passo em que a sociedade se transforma ao longo do tempo, transformam-se também as experiências, as demandas dos grupos sociais que compõem o tecido da sociedade, que pode ser então alargado, costurado, refeito. Após a redemocratização do país, grupos que foram lançados a margem da sociedade ou excluídos pela Ditadura Civil-Militar reorganizaram-se, ressignificaram sentimentos de pertencimento e de identidade e passaram a reivindicar direitos. Este processo deu origem aos novos movimentos sociais, marcados não mais pelo modelo dicotômico da luta de classes, mas adquirindo outras roupagens, com outras pautas de luta, que não apenas a do trabalho, na medida em que estas novas realidades se impunham.

E não só isso, o advento de uma era mais conectada, com mais acesso à informação, o uso das redes sociais, a integração com outros atores, impulsionou a mobilização destes movimentos, modificando a sua práxis. Inclusive, a transformação do modelo sócio econômico do país, também refletiu neste contexto, conforme explica Ferraz (2019, p. 354):

[...] a articulação em redes de movimentos sociais, sindicatos e ONGs conectados em fóruns e coletivos a partir de determinados temas e demandas e por meio de encontros e plenárias, bem como a transnacionalização, parece ter sido a melhor estratégia para enfrentar a nova realidade econômica e política.

Portanto, das lutas da classe operária na Era Vargas aos movimentos negro, indígena e Lésbicas, Bissexuais, Travestis, Transexuais, *Queer*, Intersexo, Assexuais e Pansexuais (LGBTQIAP+) da atualidade, dentre inúmeros outros movimentos, o que permanece visível é que não é possível tornar determinada situação estagnada no tempo. Historicamente houveram formas de resistência que transformaram, mediante a luta, a realidade de grupos e pessoas. Ao que tange esta pesquisa necessita discorrer que as mulheres estiveram presentes nos movimentos, mesmo que não em grande quantidade e sem ter o devido reconhecimento, permanecendo na invisibilidade tornando-se atuantes na medida que mudanças sociais eram impostas para que tivessem o devido lugar dentro dos movimentos e assim, poderem construir suas pautas. A frente veremos a pauta feminista a partir dos novos movimentos sociais.

### 3.3. MULHERES NOS MOVIMENTOS SOCIAIS: AS ESPECIFICIDADES FEMINISTAS AO LONGO DO SÉCULO XX E XXI

As reivindicações feministas, como por exemplo, a luta por igualdade de gênero, pelo direito ao voto, acesso à educação formal, ao trabalho e renda em igualdade de condições, dentre outras, tiveram ao longo do Século XX, o objetivo de transformar a realidade vivida

pelas mulheres. Convêm referir que os caminhos percorridos pelas mulheres na busca por seus direitos foram árduos e os ciclos destes movimentos denominam-se como “ondas”, sendo a primeira delas ocorrida no final do século XIX e início do século XX, com a luta pelo direito ao voto, a segunda no início dos anos 1960 e a terceira na década de 1990.

Segundo refere Pinto (2010, p. 17):

[...] com a redemocratização dos anos 1980, o feminismo no Brasil entra em uma fase de grande efervescência na luta pelos direitos das mulheres: há inúmeros grupos e coletivos em todas as regiões tratando de uma gama muito ampla de temas – violência, sexualidade, direito ao trabalho, igualdade no casamento, direito à terra, direito à saúde materno-infantil, luta contra o racismo, opções sexuais.

Em vista disso, as transformações ocorridas neste período e os questionamentos das realidades impostas como “naturais” pelo sistema de patriarcado que possui raízes muito profundas em nossas origens, começaram e seguiram derrubando questões estruturais e a quebrar paradigmas, mudando inclusive a legislação, como por exemplo, a Lei Maria da Penha<sup>1</sup>. A Maria da Penha aprovada em 2006, tem como objetivo punir agressores e proteger mulheres vítimas de violência doméstica, seja ela física, psíquica ou patrimonial, além da garantia de proteção a lei possibilitou ampliar e intensificar o debate sobre a violência contra mulher, inclusive para além do lar. A violência tem sido uma bandeira expressiva de luta do movimento de mulheres rurais, a partir da Comissão Estadual de Mulheres como veremos mais à frente neste estudo.

Com relação às questões específicas da mulher rural, Pimenta (2013), refere que através do movimento organizado, em pouco mais de duas décadas, essas mulheres alcançaram resultados expressivos para superar as desigualdades de gênero e conquistar espaços junto ao movimento sindical. Hoje pode-se dizer que estamos vivenciando a quarta onda feminista, ancorada nas redes sociais, cujo alcance é mais efetivo na medida em que consegue englobar mais pessoas. Para autores como Felgueiras (2017), esta quarta onda pode ser caracterizada pela atuação do *ciberfeminismo*<sup>2</sup> que se refere principalmente:

[...] pelo uso da internet e das redes sociais como forma de mobilização, debates e divulgação do feminismo [...] pelo uso de ferramentas tecnológicas como canais de vídeos, blogs, sites e redes sociais com jovens militantes que foram criadas já na era digital e que compreendem o alcance desta ferramenta de comunicação e sabem muito bem como utilizá-la (FELGUEIRAS, 2017, p.119).

<sup>1</sup> BRASIL, Lei N° 11.340, de 07 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Brasília, DF, 2006. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/11340.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11340.htm) Acesso em: jan. 2023.

<sup>2</sup> *Ciberfeminismo* pode ser compreendido como o ativismo que se utiliza da internet e das redes sociais para promover a pauta feminista.

Dessa forma, o alcance dos movimentos sociais ao longo do Século XX e início do Século XXI, evidenciam-se por conquistas, ainda que marcadas por longas lutas das mulheres no mundo, assim como no Brasil. As conquistas angariadas a partir dos movimentos sociais atenderam demandas coletivas e importantes para o papel da mulher na sociedade, mas não por completo, a ponto de julgarmos que a mulher definitivamente está em par de igualdade com homens. Ainda há uma extensa pauta feminista a ser enfrentada questões como, a violência sexual, o assédio no ambiente de trabalho, a participação política, igualdade de remuneração, a dupla jornada e da própria condição biológica que a mulher é exposta e muitas vezes a fragiliza no mercado de trabalho precisam ser vencidas, o próprio feminismo ainda é um assunto, uma pauta TABU na sociedade e nos próprios movimentos mistos.

As grandes demandas do movimento feminista no Brasil do século XXI concentram-se, em geral, nas questões relacionadas ao combate da cultura do estupro e no combate ao assédio, à violência contra mulher, na criação de políticas públicas que garantam o bem-estar e a igualdade de condição das mulheres e no combate à desigualdade salarial existente no mercado de trabalho. ( )

No que tange a mulher trabalhadora rural, a caminhada ocorreu vagorosamente para verem-se além da categoria trabalhadora, necessitou um período maior para que as mulheres rurais somassem a pauta das reivindicações de classes pontos específicos do gênero. Os movimentos sociais foram e são ferramentas importantes, como veremos adiante no que diz respeito à mulher trabalhadora rural, alvo deste estudo.

## **4. MOVIMENTOS SOCIAIS NO RURAL, A PRESENÇA DAS MULHERES E O SINDICALISMO.**

Para visualizar e compreender em que momento as mulheres passam a ser entendidas como sujeitos de classe, posteriormente de gênero na conjuntura de movimento social e sindical precisamos retomar a construção cronológica do sindicalismo no Brasil, o sindicalismo rural no Estado do Rio Grande do Sul para darmos notoriedade a FETAG-RS que pertence ao objeto deste estudo, de modo que faremos no capítulo que segue.

### **4.1. O SINDICALISMO NO BRASIL**

A instauração do Estado Novo, Era Vargas, marca o reconhecimento do sindicalismo no Brasil a partir do ano de 1930. No entanto, este sindicalismo tinha um caráter controlador por parte do Estado já que as organizações representativas de classe precisavam atender regulamentações expedidas pelo Ministério do Trabalho.

Adiante, governo de Getúlio Vargas conduz iniciativas para regulamentar os cenários de trabalho e fiscalizar empregadores. Despertados pelo medo de que o Brasil devido à disparidade social pudesse viver tensões da classe trabalhadora, a exemplo das que ocorreram na Europa. Dessa forma, um interesse controverso pela classe trabalhadora desencadeia uma série de ações por parte do Governo, o que, conforme Cézár (2008, p.14) evidencia:

A tendência crescente de maior consideração pelos interesses das classes menos favorecidas foi também observada no Brasil, onde, mesmo antes da revolução de 1930, já se verificava um ambiente mais propício à proteção legal das classes trabalhadoras. A classe política brasileira já entendia a necessidade de avançar em termos de garantias sociais dos trabalhadores como forma de desestimular golpes de movimentos radicais de esquerda ou de direita.

À medida que a Consolidação de Leis do Trabalho (CLT) é efetivada, em 1943, ela traz uma herança de outras leis e regulamentações individuais que antecederam e regulamentavam mercados específicos de trabalho no Brasil. Cabe destacar que a publicação da CLT resolve inicialmente um problema organizacional e de normativas gerais, Cézár (2018) reflete que a intensificação de leis (antes a CLT) ocorreu de forma desordeira e individualizada a cada categoria e ainda lesava as profissões que não estavam em nenhuma destas leis.

Dito isto, pertence acentuar que a CLT foi aprovada no dia 1º de maio de 1943 através do Decreto-Lei nº5452. A aprovação gerou descontentamento, indagações e apontamentos

de alterações que foram todos rejeitados, por estes motivos o início da vigência ocorreu somente em novembro, ou seja, três meses após a aprovação (CEZAR, 2018).

Absolutamente, a Consolidação das Leis do Trabalho contorna um cenário e traz uma nova conjuntura ao mercado de trabalho no Brasil, mas ela ainda não é decisória quanto à cobertura de direitos sociais a todas as categorias de trabalho, conforme apresentado por Batistella (2015):

[...] a legislação trabalhista, previdenciária e sindical estava voltada para uma população de trabalhadores urbanos, enquanto os trabalhadores rurais, autônomos e domésticos (constituindo a maioria da população trabalhadora do país) ficaram de fora da estrutura de proteção que, então, se inaugurava.

Em questão, a construção do Sindicalismo no Brasil oscila entre interesses do governo, participações religiosas e leis que pautam o trabalho das entidades representativas. Dessa forma, tem uma construção conturbada e claramente questionável quanto ao atendimento das necessidades dos representados. Este perfil de sindicalismo é relatado por D'Araújo (2003, apud BATISTELLA, 2015, p. 24):

O modelo sindical brasileiro foi, assim, construído visando ao controle social que pudesse levar à construção de um país harmonioso e pacífico. Visava impor uma filosofia social em contraposição à filosofia individualista do liberalismo ou à filosofia classista do marxismo. Essa “terceira via” traduziu-se no corporativismo e, com ela, buscava-se manter as hierarquias, mas diminuir as desigualdades sociais, evitar o conflito, banir a luta de classes e gerar harmonia social, progresso, desenvolvimento e paz.

Como apresentado, o sindicalismo tinha um caráter urbanizado, em face a expansão industrial, até então pouco se sabia e se fazia sobre as necessidades específicas do meio rural. A necessidade do pleito ao reconhecimento dos agricultores como uma categoria de trabalhador que também necessitava de amparo e direitos sociais discorreremos a seguir.

#### 4.2. O SINDICALISMO RURAL NO BRASIL

Como já pautado, na Era Vargas, especialmente a partir de 1943, convencionou-se marcar nacionalmente, conforme Pinto (2020, p.1), o “recomeço [...] [do Sindicalismo], privado, porém, de liberdade e submetido a rígido controle do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, do qual jamais se emancipou”.

Entretanto, com relação ao rural, a estruturação inicial fomentada pela Igreja Católica articulou-se um pouco mais tarde. No que tange a organização sindical de trabalhadores rurais, ela é oficialmente reconhecida em 1962, porém conforme relatado por Abrão e Santos

(2010, p. 1) “Na década de 1950 há um forte processo de organização dos trabalhadores rurais.”, demonstrando uma lacuna de tempo até o reconhecimento dos trabalhadores rurais como classe e organização, “As lutas e a relevância política forçam o Estado a reconhecer os sindicatos dos trabalhadores rurais.” (ABRÃO E SANTOS, 2010, p.1).

Neste recorte do sindicalismo rural dos anos 50, cabe frisar o papel da Igreja Católica junto ao Estado para tornar os sindicatos um método de controle das demandas de direitos sociais rurais (MORAES, 2021). Os sindicatos rurais ou grupos organizados de trabalhadores/proprietários rurais, inicialmente se utilizavam das estruturas das igrejas para realizar reuniões e encontros. À vista disso, exerciam o poder da ordem junto a estes grupos, não de forma dominante, mas sim, doutrinada e sutil:

A capacidade da Igreja de tornar práticas sociais impostas em atos voluntários, aceitos socialmente como se fossem de escolha dos próprios indivíduos, permite a aproximação com o Estado brasileiro, que se serve dos interesses e concepções comuns com ela. (SILVA, 2020, p.45).

Esta conduta da Igreja legitima o poder de aproximação comunitária com o propósito de mostrar ao Estado a autoridade e a capacidade de organização exercida sobre as massas. Contudo, a Igreja exercia capacidade ímpar de articulação central entre governo e povo, atuando para que pudesse contentar ambos e desempenhar suas ideologias. Podemos acentuar este enredo a partir do apontamento de Silva (2020, p.51):

Enquanto, neste momento, na chamada Primeira República, o governo desprezava as massas, a Igreja aproximava-se delas e buscava conduzi-las. O prestígio advindo desses movimentos foi importante para a aproximação entre Igreja e Estado na década de 1930.

Posto isto, a Igreja agiu de forma que as lideranças eram sabedoras de seus limites no exercício das funções atribuídas, ao ponto de que não fosse motivo de revolta o abandono que vivia o meio rural. Quanto a políticas públicas, algumas questões importantes ao homem do campo começam a ganhar aceitabilidade a partir destes grupos. Porém, se perpetuava nestas organizações o espírito ordeiro que fazia parte da doutrina repassada pela Igreja, tanto que as lideranças tinham esse perfil e mantinham atitude passiva.

Os sindicatos na época (anos 50-60) consolidavam-se como um instrumento que executa e viabilizam políticas assistencialistas aos agricultores, políticas estas definidas pelo governo, que buscavam resolver de forma emergente e genérica as dificuldades de acesso à saúde. Logo, os sindicatos não eram uma ferramenta de luta dos agricultores, mas assumiam o papel de moeda de troca entre benefícios e opressão/submissão. Na época esta postura adotada pelos sindicatos era denominada de peleguismo:

Os Sindicatos tornam-se organismos tolerados, desde que contenham dentro das atribuições legais. O termo conhecido como “peleguismo”, isto é, o fenômeno gerador de dirigentes sindicais que se contenham dentro das atribuições legais e se tornem instrumentos dóceis para que a organização atue menos no interesse de classe. (RODRIGUES, 1968, p.19).

Dessa forma, a organização sindical acabava por atender também as demandas dos patrões, em detrimento dos reais interesses dos trabalhadores. Com um novo cenário posto, a CLT, inicia-se articulações diferentes para a busca de direitos dos trabalhadores rurais, repercutindo na forma de atuação dos sindicatos, que necessitam se posicionar em favor da classe que representam.

Como já mencionado, a consolidação da CLT não amparava os trabalhadores rurais, diante disto surgem formas de buscar os interesses da classe conforme aponta Limão (2015, p.38):

Diante dessa forma de tratar os empregados é que surgiram, entre 1945 e 1950, as primeiras formas de organização dos trabalhadores rurais, as Ligas Camponesas, depois transformadas em União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícola do Brasil. Entidades que passam a lutar contra as injustiças sociais e a defender os direitos do trabalhador rural e que contribuíram para o surgimento, no início da década de 60, dos sindicatos rurais.

A partir destas articulações, elabora-se em 1963 o Estatuto do Trabalhador Rural (ERT), que se aproxima de uma CLT para a área rural. Da mesma forma que na conjuntura urbana o Estado mantém o controle sobre a atividade sindical com limitações e obstáculos aos direitos do trabalhador rural (LIMÃO, 2015).

Contudo, a ERT não atendia as especificidades do meio rural, e gerou inúmeras contestações dos mais variados grupos. O estatuto não beneficiava com direitos trabalhistas os pequenos proprietários de terra, dificultava a contratação de mão de obra efetiva por parte de grandes proprietários e ainda, facilitando a contratação de mão de obra provisória. Sobretudo, o Estatuto não contemplou as necessidades e carências do meio rural, tornando-se ineficaz sendo revogado em 1973.

Posterior a ERT, outras medidas legais foram realizadas na tentativa de atender os anseios do meio rural, todavia, o olhar genérico sob o meio rural impossibilitou avanços significativos sobre os sujeitos e os cenários do meio rural.

Durante a década de 70 desencadeiam-se no campo movimentos de refutação aos atuais movimentos sindicais da época e assim, fortalece e faz surgir novos grupos relacionados à luta do campo e suas dinâmicas próprias. Tais articulações não foram

desmerecidos pela Igreja Católica, pelo contrário, marca uma nova ideologia, a Progressista<sup>3</sup>, identificando assim, uma nova era do Catolicismo. Sobre este novo momento Boni disserta:

Não apenas o movimento de oposição sindical, mas também os demais movimentos tiveram em sua organização a presença de lideranças católicas: setores progressistas da Igreja Católica foram formando essas lideranças para que pudessem assumir a coordenação dos movimentos, processo que era parte das ações de grupos da Igreja identificados com a Teologia da Libertação, que buscava a construção de um sindicalismo “autêntico”, combativo, envolvido com as bases. Esse novo sindicalismo procurou romper com a postura assistencialista e paternalista dos sindicatos tradicionais ou “acomodados” [...] o novo preferia a mobilização dos agricultores e o engajamento do maior número possível de trabalhadores. (BONI, 2004, p.291, grifos do autor).

Nesta nova conjuntura o papel da Igreja não era mais doutrinar, mas contribuir para que a população compreendesse e analisasse o alvoroço social, econômico e político que vivia o país (SCHAAF, 2002). Cabe frisar que durante o período supracitado, o Estado ainda exercia grande poder sobre o enredo sindical e desta forma, controlava as atividades e a forma que as lideranças atuavam. Ao final da década de 70, de forma morosa, iniciam-se articulações para que os sindicatos tenham um perfil de enfrentamento às injustiças e as necessidades de atendimento ao meio rural e não ser apenas um braço assistencialista do governo. Essa alteração no controle do Estado sobre o movimento sindical é apresentada por Limão (2015):

[...] com o processo de abertura política, quando segmentos sociais passa a reivindicar mudanças. Momento em que são retomadas as greves na luta dos trabalhadores por melhores condições de vida e de trabalho, no campo e na cidade. Uma luta que reclama também o fim da tutela do Estado sobre os sindicatos. (LIMÃO, 2015, p.38).

Em termos cronológicos, a partir de 70 temos o advento de um novo sindicalismo que vem contrapor o velho, marcado pela intervenção patronal, do Estado e pautado na busca de direitos ao sujeito do campo. Com isto, o reconhecimento dos agricultores enquanto trabalhadores rurais a partir da estruturação dos sindicatos não ocorreram com flexão de gênero, pelo contrário, as mulheres foram ignoradas durante este processo construtivo inicial.

---

<sup>3</sup> “De 1962 a 1965, foi realizada a elaboração do Concílio Vaticano II, a partir dele, a Igreja Católica coloca-se a missão de se pronunciar sobre as questões políticas e, sempre que necessário, interferir nas questões que envolvem aquilo que considera como direitos fundamentais do homem. A publicação dos documentos do concílio se deu justamente no momento de profundas mudanças políticas no Brasil. As diretrizes propostas vão sustentar, a partir de então, as ações dos clérigos no cenário social e acirrar ainda mais as divergências entre os modelos de igreja e de sociedade pensados por diferentes setores do clero católico”. (DA SILVA PORTELA, 2014, s.p.).

Pimenta (2013) frisa que o cenário do sindicalismo rural era dominado pelo gênero masculino e que cerceava a participação feminina:

O sindicalismo rural se estruturou no Brasil a partir dos anos 50-60 como um espaço político de exercício masculino. As práticas sociais e a cultura política hegemônica, não somente excluíram as mulheres trabalhadoras rurais, como as silenciaram, colocando-as na invisibilidade. (PIMENTA, 2013, p.2).

A década de 70 traz grandes conquistas ao movimento sindical e aos agricultores. Embora, há que se questionar qual o impacto que principia o início das intervenções sofridas pelos sindicatos por parte do governo militar e o quão assistencialista poderia ser o FUNRURAL<sup>4</sup> para os agricultores. Sobre esta questão, Ferrante (1976, p. 201, grifo da autora), aponta que:

Com isso, esvazia-se ainda mais o sindicato, já mutilado pela política de intervenção governamental – o trabalhador rural passa a depositar mais confiança no agente do Funrural do que no presidente sindical – e cria-se um vínculo de dependência entre o trabalhador rural e o Funrural, necessário para o governo, principalmente porque o não cumprimento das obrigações trabalhistas passa a segundo plano e a consciência do trabalhador rural parece estar voltada para o interesse do Estado em lhe conceder “coisas a mais”.

Essa questão fica evidente quando foram concedidas as primeiras aposentadorias para trabalhadores rurais. Em 1º de maio de 1972, o então Ministro do Trabalho, Júlio Barata, em evento alusivo as comemorações ao Dia do Trabalho, reúne em Belo Horizonte, Minas Gerais, os 10 primeiros agricultores do Brasil para receber, simbolicamente o título de aposentadoria<sup>5</sup>. Cabe neste momento destacar que novamente a mulher fica às margens da legislação, pois:

[...] o PRORURAL [ligado ao FUNRURAL] previa a aposentadoria por velhice e por invalidez para trabalhadores rurais maiores de 70 anos de idade, no valor de ½ salário mínimo; pensão, equivalente a 70% da aposentadoria, e auxílio funeral, para dependentes do beneficiário; serviços de saúde, incluindo assistência médico cirúrgico-hospitalar e tratamento odontológico; serviço social em geral. As mulheres só seriam beneficiadas diretamente caso fossem chefes de família (algo muito raro no Sul do Brasil) ou assalariadas rurais. (BRUMER, 2002, p. 56).

---

<sup>4</sup> O FUNRURAL: Fundo de Assistência e Previdência ao Trabalhador Rural foi criado a partir da Lei nº4.214, de 2 de março de 1963 que dispõe sobre o Estatuto do Trabalhador Rural. O FUNRURAL tinha a finalidade de atender as necessidades dos trabalhadores rurais destinado ao custeio da prestação de assistência médico-social ao trabalhador rural e seus dependentes conforme especificidades da lei vigente.

<sup>5</sup>Matéria veiculada no Jornal O Globo, em 01 de maio de 1972, sob o título: “Belo Horizonte em festa é capital do trabalho”.

Essa situação legal só irá se resolver após a Constituição Federal (CF) de 1988, no início da década de 1990, após muita luta e protestos dos movimentos de mulheres e dos sindicatos, entretanto, só a partir de 1992 foram concedidos benefícios integrais a mulheres.

A partir da concessão da aposentadoria integral as mulheres, o movimento sindical rural vai necessitar readequar sua rota para o atendimento de outros anseios vividos e sentidos no meio rural pelas mulheres, com maior autonomia sobre a conjuntura organizacional, estatutária e sobre as ações.

Apesar da conquista da aposentadoria rural e a cobertura do FUNRURAL para assistência médico-social, o meio rural em meados dos anos 1980, ainda era um campo minado de escassez e desigualdade, torna-se plausível abrimos um parêntese figurado sobre a sólida participação do MST nos movimentos sociais e sindicais do campo e a contribuição de militância para busca de direitos aos trabalhadores rurais.

O surgimento do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), no Centro Sul do Brasil redesenha o cenário rural brasileiro, suas necessidades e anseios. Atuando como um pilar importante do movimento rural e de sindicalismo, articulou a luta por terras, pautando futuramente a reforma agrária, a dignidade de vida e a opressão sofrida por trabalhadores rurais no final da década de 1970 e inícios da década de 1980, conforme bem destaca Carvalho (2005, p. 5, grifo da autora):

O MST é fruto do processo de resistência do campesinato brasileiro e desde a sua origem utilizou as ocupações de terras como forma de luta, sua formação está diretamente relacionado com a ocupação de terra, já que o mesmo nasceu desta e desde o primeiro congresso do Movimento o lema “Ocupação é a única solução” já estava bem definido no confronto com o latifúndio.

Dentro deste quadro de início da redemocratização do país na década de 1980, a luta pela terra alcança seu ápice e segue adiante durante os anos de 1990 e 2000. As resistências encontradas tanto por parte do governo, como também de ruralistas, foram violentas e virulentas, tanto que “em maio de 2.000, o Movimento sofreu um dos ataques mais ferozes da mídia e do governo. O governo acusou o Movimento, que ocupou prédios públicos nas principais capitais do país, de “colocar em risco a democracia” e mandou prender várias lideranças” (FERNANDES, 2009, p.36).

O MST como ferramenta de luta evidenciou as carências do meio rural, debatendo temas importantes no cenário político ocasionando muitos embates, tal como a reforma agrária, uma temática sensível e que gera muitas divergências políticas e sociais.

O sindicalismo rural no Brasil passou por vários momentos ideológicos como apresentado acima.

Notoriamente, as regiões do Brasil possuem suas particularidades, de povos, culturas e históricas, e com o movimento sindical rural não foi diferente, este desenhou e moldou-se conforme as especificidades de cada região. Isto posto, será relevante evidenciar a construção do movimento sindical rural no Estado do Rio Grande do Sul, conforme faremos no próximo capítulo.

### 4.3. O MOVIMENTO SINDICAL RURAL NO RS

Em vias de contextualização, relataremos neste capítulo a caminhada do movimento sindical rural no Estado do Rio Grande do Sul. De forma breve neste primeiro momento sobre a construção do movimento sindical representativo, posteriormente teceremos aspectos da história da FETAG-RS, visto que exerce um papel importante no estudo. No capítulo que segue estabeleceremos aspectos sobre a organização das mulheres rurais no Brasil e no Rio Grande do Sul com contornos expressivos ao sindicalismo rural.

No Rio Grande do Sul, o movimento de trabalhadores rurais perpassa por tensões, uma arena, cujo objetivo era encampar a tutela do movimento. Aqui se destacaram - a partir de 1960 -, o Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER), organizado pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), com Leonel de Moura Brizola à frente, e a FAG (Frente Agrária Gaúcha), de cunho conservador, sob liderança da Igreja Católica, na pessoa de Dom Vicente Scherer (BASSANI, 2009).

Nessa perspectiva, segundo Bassani (2009, p.49) “[...] a disputa principal entre a FAG e o MASTER era com relação à liderança do movimento camponês do Rio Grande do Sul” e que “tanto para o Master quanto para a FAG, criar o maior número de sindicatos era sinal de vitória na corrida para obter o reconhecimento da FETAG e sua respectiva filiação junto a CONTAG” (BASSANI 2009, p. 49). Ainda segundo Bassani (2009), dessa queda de braço resultou que a FAG beneficiou-se do golpe militar de 1964, conseguindo suplantar o MASTER, que foi extinto, duramente atingido pela repressão levada a cabo pelo Estado.

A trajetória da Frente Agrária Gaúcha (FAG) se mistura com a de criação da FETAG-RS, gerando divergências históricas, é sobre a história da FETAG-RS que reportará o próximo subcapítulo.

#### **4.3.1 A Federação dos Trabalhadores na Agricultura - FETAG-RS como representação do movimento sindical rural no Rio Grande do Sul**

Para assimilarmos a organização das mulheres no movimento sindical rural necessitamos ter previamente conhecimento sobre como se deu a estruturação da Federação

dos Trabalhadores na Agricultura no RS – FETAG-RS, visto que, não há como tratar de forma isolada parte integrante de um contexto maior.

Posto isto, a FETAG-RS foi fundada a partir da estruturação de sindicatos pela Frente Agrária Gaúcha, Sindicatos dos Pequenos Proprietários e/ou dos Sindicatos dos Trabalhadores na Lavoura e em alguns casos também Sindicatos de Assalariados. Posteriormente alguns sindicatos fundam a Federação Estadual, conforme apresentado no site da instituição que cronologicamente denomina esta fase como período de formação entre 1963 e 1969:

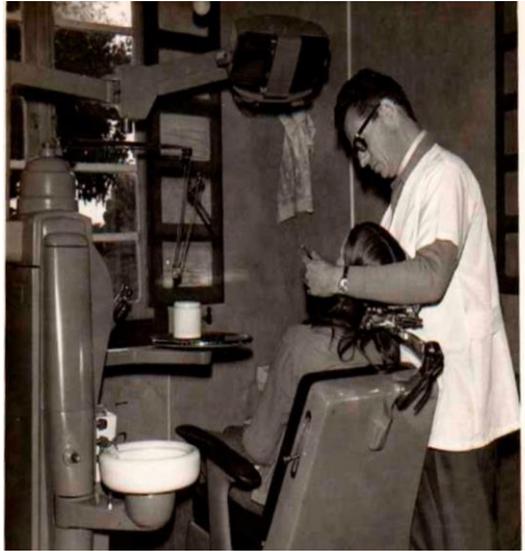
[...] oito (8) sindicatos (Porto Alegre, Taquari, Veranópolis, Caxias do Sul, Antônio Prado, Santa Rosa, Torres e Farroupilha) ligados a FAG em 6 de outubro de 1963 fundaram a Federação dos Pequenos Proprietários e Trabalhadores Autônomos do RS, reconhecida em 26 de outubro de 1965 como Federação dos Trabalhadores na Agricultura no RS – FETAG-RS. (FETAG-RS, S.d.).

Nota-se, o conteúdo pertinente a história da FETAG-RS contrapõe os dados trazidos por Bassami anteriormente, o autor refere que a FAG atuou para criar o maior número de sindicatos para obter o reconhecimento da FETAG, enquanto a Federação especifica que sua fundação ocorreu devido a iniciativa de sindicatos ligados a FAG. Apesar de fazermos este recorte seguiremos trazendo o que está registrado na história da Federação.

Inicialmente FAG e FETAG-RS atuavam timidamente sobre as inquietações da questão agrária e sindicalização, na formação de líderes do cenário rural, na educação de base do agricultor, além de ações de cunho assistencial e cultural. Por um período, ambas as frentes funcionaram nas mesmas instalações prediais (FETAG-RS, S.d.). O sindicalismo dos trabalhadores rurais no Rio Grande do Sul surge inspirado no que vinha ocorrendo no Brasil, mas aqui acaba tendo à representação frente a pequenos agricultores e em uma expressão menor, de trabalhadores rurais, relacionando-se isso a realidade do Estado, de ter um grande número de propriedades menores, que hoje se intitula Agricultura Familiar.

Nos primeiros anos após a fundação da federação, são realizados congressos para deliberar ações de atuação buscando desenvolver o sindicalismo no Estado. A década de 70, no que tange o contexto histórico da federação estadual, amplia a atuação sindical no território do Rio Grande do Sul, e justamente pela ampla oferta de serviços prestados aos agricultores: “no campo da previdência social, o que propiciou um crescimento do número de associados e permitiu a estruturação patrimonial dos sindicatos e FETAG.” (FETAG-RS, S.d.) E assim, os sindicatos passam a receber do governo incentivos para atender demandas de atendimentos médicos, odontológicos e encaminhamento da aposentadoria através do FUNRURAL. (FETAG-RS, S.d.).

**Figura 1: Gabinete dentário em sede de STR.**



Fonte: FETAG-RS, S.d.

Até 1979 a FETAG-RS vive o período denominado de consolidação da estrutura, o Governo Federal, através do Ministério do Trabalho, tinha domínio das atividades sindicais, sobre o destino do imposto sindical e o estatuto estava estruturado de forma imposta pelo Governo.

Apesar do engessamento que a federação enfrentava, este período foi importante para organizar a conjuntura sindical e assim otimizar a dinâmica de trabalho e atuação:

Em 1975 o Estado foi dividido em nove (9) regiões e dezessete (17) sub-regiões, de acordo com as “culturas, mão-de-obra, população rural, uso da terra, hábitos e origem comuns”. Essas sub-regiões serviram de base para a criação das regionais sindicais, onde cada regional possuía dois ou três coordenadores que eram os responsáveis para receber e buscar informações junto à FETAG e repassá-las aos demais sindicatos. (FETAG-RS, S.d.).

A formação das regionais sindicais supracitadas, foi importante para a elaboração de projetos e ações em diferentes esferas do meio rural. A exemplo disso, tem o processo formativo educacional, elemento presente no cerne do movimento sindical rural que possibilitou a formação de novos líderes locais, em 1968 ocorre a criação do Departamento de Educação<sup>6</sup>.

---

<sup>6</sup>Em 1969 foi firmado um convênio com os Institutos de Educação de Bom Princípio, Nova Prata e Tapera, administrados pela FAG, destinados a ministrar cursos a jovens agricultores.

Com a organização de regionais foi possível definir e desenvolver cursos<sup>7</sup>. Para que estas iniciativas educacionais de fato representassem um avanço significativo no meio rural, era preciso atingir os jovens assim, o Ministério do Trabalho e Previdência Social fizeram o repasse dos valores para bolsas de estudo aos filhos de sindicalizados. Mas ainda havia omissões que caminhavam nas entrelinhas como atendidas no cenário rural, mas na verdade mascaravam o verdadeiro cenário, como era o caso de acesso à saúde.

O Período de Organização e Mobilização 1980 – 1992 há intensas mobilizações, ações reivindicatórias, ocupações e protestos, tendo em vista que neste período ocorre a publicação da Constituição Federal de 1988, reconhecendo a mulher como trabalhadora rural e dando-lhe direito a aposentaria e também a criação do SUS, que foi pauta de reivindicação do movimento sindical rural.

A criação de comissões<sup>8</sup> muda a conjuntura de trabalho da Federação e o torna mais técnico e abrangente e organizar para atender demandas específicas. É nesse período, 1985, que a Comissão Estadual de Mulheres é criada, ou seja, 22 anos após a fundação da Federação é que a pauta das mulheres conquista seu espaço dentro do debate sobre a agricultura. Entretanto, a atuação das mulheres no que tange a Federação já ocorria, alguns sindicatos já tinham mulheres que se destacavam na participação e na luta sindical. No entanto, como referem os dados históricos:

O marco inicial da participação da mulher na vida da Federação foi a presença de 13 trabalhadoras rurais no 2º Encontro Anual de Dirigentes Sindicais, realizado em março de 1982. Em fins de 1982, 40 mulheres participam da Assembleia de Planejamento da FETAG. Já em novembro de 1984 promoveu-se um Encontro Estadual de Lideranças das Trabalhadoras Rurais que contou com a participação de 98 mulheres. (FETAG-RS, S.d.).

Uma caminhada de reivindicações em grupo permeia a atuação das mulheres, em 1987 a Comissão Estadual de Mulheres realiza a que foi identificada como a primeira ação de gênero, “o protesto em março de 1987 em Porto Alegre, onde cerca de 25 mil agricultoras vão às ruas contra a discriminação da mulher na sociedade.” (FETAG-RS, S.d.). Se até então as lutas travadas envolviam apenas demandas da classe trabalhadora, agora passariam a ter demandas específicas sobre mulheres. A preocupação do movimento com

---

<sup>7</sup>Os principais cursos de Administração Sindical; Curso para Funcionários; Cursos de Lideranças Sindicais, Semanas de Promoção do Trabalhador Rural; Cursos de Cooperativismo; Congressos de Jovens e Encontros de Coordenadores Regionais. (FETAG-RS, S.d.).

<sup>8</sup> Comissão de Política Agrícola e Agrária, de Enquadramento Sindical, Legislação Trabalhista Rural, Saúde e Previdência. Com o passar do tempo e o surgimento de novas necessidades, outras comissões são criadas, de Assalariados, Comissão de Mulheres e de Jovens e Comissão de Finanças e Administração.

preparar e despertar a consciência de classe dos trabalhadores rurais e dos dirigentes sindicais marca o quarto período (1993-2003):

A Formação como um instrumento de geração de consciência de classe foi trabalhada com afinco, realizando capacitações, seminários e diálogos em todo o estado e assim, proporcionando a organização da categoria como um todo, jovens, mulheres, aposentados, assalariados rurais. [...] Ainda durante o período foram realizadas muitas atividades voltadas às comissões de jovens, mulheres e aposentados, entre eles, quatro Seminários de Jovens e início dos Congressos Estaduais da Juventude Rural; Encontros Estaduais de Mulheres Dirigentes Sindicais; o 2º Encontro Estadual das Mulheres Trabalhadoras Rurais. (FETAG-RS, S.d.).

O quarto período foi de “grandes lutas e muitas conquistas”, ocorrendo dois marcos importantes para a caminhada e organização de gênero, sendo o primeiro: a Marcha da Margaridas<sup>9</sup> no ano de 2000 onde mulheres gaúchas participaram, e o segundo sobre atuação das mulheres na integralidade, em 2002 a nova diretoria da FETAG-RS é composta por 30% de mulheres em seu quadro diretivo, uma conquista de caráter combativo, e que acenou contra o cenário patriarcal e machista do movimento sindical.

Também nesse momento, a Federação acreditando que a discussão em torno de questões da agricultura e que os líderes rurais precisam estar presentes em debates mais amplos e diversos, no ano de 2004, atuou de modo incisivo na municipalização da agricultura, fomentando e garantindo a participação dos Sindicatos em Conselhos Municipais e assim, empoderar a base para dialogar sobre os anseios locais e próprios do meio rural (FETAG-RS, S.d.).

O quinto intervalo 2004-2010, denominado de Novos espaços e avanço nas políticas públicas, foi uma fase importante, pois, marca a conquista da política pública que foi capaz de estruturar muitas propriedades rurais, o PRONAF MAIS ALIMENTO<sup>10</sup>, demanda oriunda do

<sup>9</sup> “A primeira Marcha das Margaridas aconteceu em agosto do ano de 2000 e reuniu cerca de 20.000 trabalhadoras rurais em Brasília. Em adesão à Marcha Mundial de Mulheres que mobilizou mulheres no mundo inteiro contra a fome e a violência sexista, as trabalhadoras rurais protagonizaram a maior mobilização de mulheres do movimento sindical tendo como lema: ‘2000 razões para marchar: contra a fome, a pobreza e a violência sexista’. [...] Pela primeira vez na história, o governo brasileiro se dedicou a negociar e analisar uma pauta específica das trabalhadoras rurais, e também pela primeira no movimento sindical de trabalhadores/as rurais, uma negociação desse alcance é protagonizada pelas mulheres, considerando as diversas questões que dizem respeito à categoria como um todo” (O TRANSFORMATÓRIO DAS MARGARIDAS). O texto se encontra disponível em: [https://transformatoriomargaridas.org.br/?page\\_id=243A](https://transformatoriomargaridas.org.br/?page_id=243A) Acesso em: 29 dez. 2022.

<sup>10</sup> “O Programa Mais Alimentos foi criado em 2008 com o objetivo de fomentar a produção de alimentos e incrementar a produtividade da agricultura familiar. O Mais Alimentos garante produção tecnologia para os produtores financiamento e, ao mesmo tempo, assistência técnica. Tudo isso por meio de linhas de crédito direcionadas à modernização da infraestrutura das unidades produtivas do Pronaf Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) e da realização de parceria com a indústria nacional para ofertar produtos de qualidade a preços mais acessíveis”. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/politica-agricola/credito-rural/programa-mais-alimentos> - Acesso em: 29 dez. 2022.

4º Grito da Terra Brasil<sup>11</sup> ocorrido em Brasília no ano de 2008. Já em 2010, a Comissão Estadual de Mulheres Trabalhadoras Rurais realiza o VII Encontro Estadual de Mulheres Dirigentes Sindicais, para debater sobre a caminhada das mulheres no movimento sindical e quais lacunas ainda precisam ser superadas.

Os dois últimos períodos compreendem os anos de 2011-2015 e 2016 a 2019 apresenta-se como período de desafios, o quadriênio marca a participação e articulação da diretoria em cenários estaduais, nacionais e até mesmo internacionais, levando a pauta do movimento sindical. A Federação atua nesta fase para manter políticas públicas alcançadas e vislumbra novos mercados, como a Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER. Em 2017, o governo articula a reforma da previdência o que gera grande preocupação do movimento sindical, pois, os agricultores seriam atingidos necessitando mobilizações e articulações. O cenário rural ao longo dos anos mudou da mesma forma que os sujeitos do campo também, de tal forma, a FETAG-RS e os STR's precisaram adaptar suas funções para além da representatividade e militância.

Nestes últimos anos, a Federação assume um papel importante, o de articulador, estando no centro dos debates sobre o meio rural e a agricultura familiar. E os sindicatos ampliaram sua funcionalidade sendo um espaço de articulação prestação e de serviços aos agricultores/trabalhadores rurais, visando a sustentabilidade do movimento e o atendimento das necessidades impostas pelos agricultores.

#### **4.3.2 A FETAG-RS atualmente**

Relatada a construção histórica da FETAG-RS é fundamental visualizarmos como está atualmente a federação no que tange aspectos numéricos, estruturais e organizacionais e consequentemente de forma breve observamos como a entidade chega as 6 décadas de existência.

---

11O Grito da Terra Brasil é a principal ação de massa do Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR). É promovido pela CONTAG, Federações dos Trabalhadores na Agricultura (FETAGs) e pelos Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTRs). Reúne anualmente, na capital federal, milhares de pessoas de todo o país, entre lideranças, agricultores(as) familiares, assalariados(as) rurais, assentados(as) e acampados(as) da reforma agrária, dentre outros que apoiam as bandeiras de luta da população rural. É um espaço de proposição, reivindicação e negociação de políticas públicas para o campo e floresta, além de ser um processo mobilizador, formativo e informativo. A pauta de reivindicações é um documento de construção de propostas para valorizar o espaço rural como um lugar capaz de promover transformações sociais. Ela concentra demandas relativas a todas as áreas de atuação do MSTTR, inclusive que atendam a todas as idades e gênero. É construída durante o ano a partir da identificação de problemas e demandas do meio rural. Disponível em: <https://fetase.org.br/mobilizacoes/grito-da-terra-brasil/> Acesso em: 29 dez. 2022.

A presidência da Federação participou desta pesquisa a partir de entrevistas estruturadas, semiestruturada e não estruturadas contribuindo para a construção de dados empíricos que a partir deste ponto serão apresentados conforme necessidade e pertinência.

A FETAG-RS completará no ano de 2023 seus 60 anos de fundação, considerada a entidade representativa das classes dos agricultores, agricultura familiar e de trabalhadores rurais que hoje são intitulados de assalariados rurais. Busca através de sua organização mobilizar os trabalhadores rurais, conforme apresenta na missão da entidade:

Coordenar e mobilizar a categoria dos trabalhadores rurais, a partir dos problemas sentidos e vividos, centrando a ação na construção de um modelo alternativo de desenvolvimento, tendo presente a organização e o crescimento da consciência de classe, cujo objetivo é uma sociedade mais justa e igualitária. (FETAG-RS, S.d.).

Atua em ações conjuntas com Sindicatos de Trabalhadores Rurais espalhados pelo estado do Rio Grande do Sul também está alinhada com a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura –CONTAG-, acreditando e defendendo a agricultura familiar como modelo de desenvolvimento rural sustentável, buscando alternativas que oportunizem a sucessão rural.

Em linhas gerais numéricas, a federação é composta por 321 sindicatos filiados e em sua maioria, contam com extensão de base para atendimento de municípios que não possuem sindicato. Dessa forma, o território rural gaúcho é atendido por algum sindicato filiado a FETAG-RS, o que é importante para acolher as demandas do meio rural, o Presidente reflete sobre estes números:

A FETAG está presente no Estado. Somos 321 sindicatos, com as extensões de base chegamos em quase 450 municípios... nos preocupamos em atender os anseios dos agricultores nos mais diferentes cenários de produção agropecuária. Nossos sindicatos são atuantes e presentes, procurando estar ao lado dos produtores... é só estando na base, conhecendo a realidade é que temos a capacidade de lutar por políticas públicas que melhorem a vida de quem está lá no campo produzindo. (Presidente da FETAG-RS).

Segundo dados institucionais, através dos 321 sindicatos a FETAG-RS atinge a marca de representar aproximadamente 716 mil agricultores e pecuaristas familiares. Estes sindicatos estão organizados estruturalmente em 23 regionais, compostos por afinidade territorial e familiaridade de produção agrícola. As regionais atuam diretamente nas deliberações junto a FETAG-RS através dos coordenadores regionais.

Para atender as demandas diversas que compõe o movimento sindical, a produção agropecuária e a conjuntura do meio rural, a federação está organizada em comissões

permanentes, são 13 comissões que tem um papel importante dentro da entidade, conforme apresenta o Presidente:

Atualmente contamos com 13 comissões permanentes, tentamos contemplar boa parte das demandas do meio rural e da produção agropecuária do Estado. Nossos diretores atuam diretamente articulando ações a partir do que é levantado dentro das comissões... é de Política Agrícola: Leite, Integrados, Uva, Hortifrutigranjeiros, Meio Ambiente, Fumo, Erva-mate, Arroz, Assistência Técnica, Agroindústria Familiar; Mulheres trabalhadoras rurais; Jovens trabalhadores(as) rurais; Previdência social; Aposentados rurais; Saúde; Comunicação social; Formação sindical; Gestão e finanças; Pecuária Familiar; Política Agrária; Educação do Campo e Habitação. Dentro dessas comissões há a representação de todas as regionais, com exceção quando a região não contempla a produção agrícola.... Para nós, enquanto entidade, as comissões são uma ferramenta articuladora para buscar soluções para os problemas enfrentados no campo...todas exercem um papel fundamental. (Presidente da FETAG-RS).

Em vista disso, próximo aos 60 anos de existência, a preocupação está na sustentabilidade e a vitalidade do movimento, manter a representação dos agricultores familiares (em que surgem novos movimentos representativos), a inserção de jovens nos quadros sociais dos sindicatos e o atendimento dos cenários que compõe a pluralidade do meio rural e seus indivíduos, desta maneira é que as comissões são amplas e diversas.

Posto o contexto histórico, estruturais e organizacionais da FETAG-RS que concentra o objeto de nosso estudo e representa o movimento rural sindical, delinearam-se pontos relevantes que vão culminar com o que será apresentado posteriormente, à medida que interligarmos estes aspectos com o que será revelado pelas participantes do estudo, quando poderemos vislumbrar como ações tomadas nos primórdios, fundamentam até hoje a atuação do movimento sindical dos trabalhadores rurais. Adiante, traremos no próximo capítulo a perspectiva sobre a construção do movimento sindical de mulheres no Brasil e no Rio Grande do Sul e poderemos pontuar como a FETAG-RS atuou frente à construção próprias das mulheres.

#### 4.4. A CONSTRUÇÃO DO MOVIMENTO SINDICAL RURAL DE MULHERES NO BRASIL E NO RIO GRANDE DO SUL

Com relação aos momentos da construção dos movimentos sociais no Brasil, essencialmente a construção do sindicalismo rural no Brasil e no Rio Grande do Sul, pontuamos até aqui, a atuação da FETAG-RS como representação do sindicalismo rural no Estado, bem como esboçamos sobre as mulheres nos movimentos sociais e as especificidades feministas do século XX e XXI. Nesta seção serão apresentados aspectos

relacionados a trajetória das mulheres no movimento no sindicalismo rural no Brasil e no Rio Grande do Sul.

Ao iniciarmos o quarto capítulo pautaremos nosso estudo sobre a construção do movimento sindical rural das mulheres no Brasil e no Rio Grande do Sul e como ocorreu esta estruturação especificamente, destacando eventos e ações importantes para a consolidação do movimento.

#### **4.4.1 A atuação das mulheres no movimento sindical rural**

O movimento de mulheres no rural assentou seu surgimento no debate acerca do reconhecimento da classe trabalhadora, ou seja, como agricultora. A mulher buscava ser vista para além da dona de casa, “do lar”, e havia o anseio de ocupar seu espaço em outros contextos em torno da vida no campo, como o Sindicato, assim como a legitimação e o reconhecimento na contribuição para o trabalho produtivo da família e também poder exercer na sociedade outros papéis. Apesar de hoje o cenário não ser o ideal, esse embate das mulheres frente aos movimentos sociais e sindicais possibilitou grandes avanços quanto a participação feminina.

As trajetórias individuais se tornam buscas coletivas e foram responsáveis pelo processo de estruturação do movimento de mulheres no rural e na agricultura. (Re)construir a história é promover a inquietação sobre como e porque a luta de mulheres é específica e de que forma a atuação se deu ao longo do tempo. O princípio da organização coletiva das mulheres rurais foi invisível perante a sociedade, estando pautado no direito de serem reconhecidas como categoria trabalhadora e assim receberem benefícios como tal.

O final da década de 1970, e início da década de 1980 é marcado pela redemocratização e o movimento de mulheres rurais começa a destacar-se com mais ênfase, e a busca de visibilidade para mulher do campo. Este período dos anos 70 até o início da década de 90 compreende a primeira fase do movimento de mulheres rurais, conforme identifica Zarzar (2015, p. 77):

Este foi o período marcado pela luta pela redemocratização do país, pela aprovação da nova Constituição Federal, pelas lutas para efetivar os direitos conquistados e pelo surgimento da primeira experiência de movimento em rede nesse campo do movimento de mulheres no país.

A luta da mulher rural pelo direito de existir enquanto sujeito e também ter acesso a direitos, culminou após muita pressão destes movimentos de mulheres, com o reconhecimento da profissão de trabalhadora rural na Constituição de 1988 (CONTE, WESCHENFELDER, 2012).

Quanto ao sindicalismo rural, é a partir dos anos 80 que a luta de mulheres começa a tomar corpo. Como já apresentado, a igreja tem forte participação para a organização neste sentido, nos grupo de mulheres as quais, religiosas eram responsáveis pela introdução destas no sindicalismo. Schaaf (2002, p.415) efetiva este momento:

Foi através das religiosas que as agricultoras começaram a participar ativamente na renovação sindical que formou o gérmen da mobilização social no campo rio-grandense, a abertura política. A ligação com o sindicato permitiu traduzir a valorização do trabalho em reconhecimento profissional e entrar na demanda por benefícios sociais.

Esta participação inicial promovida pela igreja ocorre de forma tímida, as mulheres são coadjuvantes no enredo, de forma passiva contribuem para a luta de agricultores/trabalhadores rurais, uma vez que a pauta reivindicatória era construída por homens sem levar em conta as especificidades do gênero. Além do reconhecimento como classe trabalhadora rural, a grande motivação para organizarem-se estava sobre o direito de sindicalizar-se, visto que as mulheres pertenciam a ficha do marido. O reconhecimento político pelo Sindicato e pelo Estado era um anseio das mulheres, sendo uma demanda específica:

A principal demanda das mulheres desses movimentos, nesse período, foi o seu reconhecimento político como trabalhadoras rurais, tanto pelo Estado quanto pelos sindicatos de trabalhadores rurais, uma vez que estes constituíam as principais estruturas organizacionais do meio rural. (2016, apud AGUIAR; MORAES, 2015).

Considerando que o Estado não via as mulheres do campo naquele momento, como trabalhadoras, então ser sindicalizada era uma articulação importante que poderia possibilitar o atendimento de outras inquietações através da coletividade. Para isto, necessitou uma organização coletiva para buscar o direito de pertencer a uma organização, neste caso garantir o direito a sindicalização.

O fato de a mulher não ser reconhecida como sujeito de direito estava atrelado a visão tradicional que se tinha da mulher rural e a expressão exercidas por elas na sociedade no contexto político. A partir da organização coletiva de mulheres no Rio Grande do Sul, partindo da sindicalização rural, começa a estruturar a emancipação das mulheres, conforme apresenta:

É um movimento em que as mulheres tiveram uma participação massiva, procurando modificar a imagem tradicional da mulher agricultora desrespeitada, negligenciada, invisível e sem voz, em combinação com sua escassa participação política partidária. (SCHAAF, 2002, p.412).

Ao engajar-se na luta construindo uma nova perspectiva para o sujeito e o ser mulher, vislumbra-se alcançar outras lacunas da vida cotidiana das mulheres rurais. Tornando-se coletivo, as mulheres compõem narrativas próprias do gênero e ousam questionar o que era entendido como normalidade. Apesar da questão de gênero não estar na agenda de debates das mulheres rurais, esta pauta, bem como a do trabalho, já eram alvos de questionamentos e estudos acadêmicos muito antes de se tornarem pautas do movimento de mulheres rurais.

No entanto, o olhar direcionado às mulheres urbanas, estudos e teorias não contemplava o pragmatismo da vida das mulheres agricultoras. De acordo com Heilborn e Sorj (1999 apud ZARZAR, 2017) o tema trabalho foi responsável por trazer para a vida acadêmica as feministas, no final dos anos 1960 e início dos anos 1970, que tentavam explicar a exclusão das mulheres no mercado de trabalho. Isto possibilita nos fazer entender que a cultura do trabalho feminino desenvolve-se em segundo plano, já que o enredo destas épocas é de uma vida de submissão da mulher ao personagem masculino numa relação patriarcal<sup>12</sup>, e que também refletia esta realidade no sindicalismo rural.

As teorias marxistas responsáveis por dar vazão a análises sobre o mercado de trabalho não contemplavam a vida e as demandas das trabalhadoras rurais, o que despertou estudos específicos que pudesse dar ênfase as especificidades destes sujeitos e confrontasse o apresentado até então, traçando um olhar acurado a partir das articulações das agricultoras, conforme Paulilo (2004, p.172) salienta, “a ação das mulheres agricultoras permitiu fazer uma releitura das teorias existentes, uma vez que colocou em xeque a aceitação corrente de sua submissão e de seu papel subalterno.”

Reforçando que a luta das mulheres rurais era para além das próprias particularidades, pois ingressavam em um ambiente predominantemente ocupado por homens, sem maiores preocupações com as diferenças de gênero, Carneiro (1987, p.12) apresenta esta unicidade em prol da construção maior. “O que mobilizava era o reconhecimento de pertencer a determinada categoria social e política, que atribuía indistintamente a homens e mulher uma única identidade coletiva.”

#### **4.4.2 A construção do movimento sindical rural no Rio Grande do Sul e os enredos em torno da comissão estadual de mulheres da FETAG-RS**

Ao apresentar contextos gerais da FETAG-RS identificamos a existência de comissões para a realização de trabalho mais específico em cada uma das áreas. Neste

---

<sup>12</sup> Conforme Narvaz e Koller (2006), o patriarcado apoia-se na subordinação das mulheres e dos jovens aos homens mais velhos, sendo esta uma forma de organização social.

subtítulo, pautaremos nossa escrita sobre momentos importantes na construção e na atuação das mulheres no movimento sindical rural pela via da FETAG-RS, de forma que utilizaremos com o mesmo sentido as expressões, Comissão Estadual de Mulheres, mulheres trabalhadoras rurais, Comissão, Comissão Estadual de Mulheres Agricultoras do RS e/ou CEMTR para nos referirmos a instância estadual, quando de situações sobre comissões regionais e/ou municipais utilizaremos apenas comissão(s) Estadual e/ou Municipal.

De tal forma a Comissão Estadual de Mulheres é uma comissão permanente composta por coordenadoras das 23 regionais, atuando de forma constante e expressiva, articulando para que as mulheres participem dos debates sobre o movimento sindicalista e nas pautas específicas da própria condição de gênero e na atuação da comissão para os debates, ainda, promovem ações coletivas de nível estadual e regional.

A Comissão Estadual de Mulheres está presente como instância organizacional da federação, prestes a completar 38 anos de criação enquanto a FETAG-RS ingressa em 2023 no seu 60º ano de atuação. A tal ponto, evidencia que a criação da comissão foi resultado de articulações, mobilizações e da participação das mulheres gaúchas dentro do movimento sindical rural mesmo antes de estarem organizadas como comissão.

Convém entrelaçar alguns pontos da articulação das mulheres até a efetivação da Comissão e assim contrapor com o que o movimento sindical vinha construindo no Rio Grande do Sul até o referido momento, bem como evidenciar como foi sendo construindo a pauta das mulheres dentro do próprio movimento.

De acordo com os dados levantados na homepage da instituição sobre as mulheres trabalhadoras rurais e a articulação dentro do contexto da federação, a participação efetiva ocorre no ano de 1981 com a realização do 1º Encontro Estadual de Liderança com 13 mulheres presentes, as quais representavam 5 regionais distintas do Estado: Passo Fundo, Caxias do Sul, Santa Rosa, Ijuí e da Grande Porto Alegre. A realização da segunda edição, 1982, ocorre com definição de pauta específica: a origem do sindicalismo e o direito de sindicalização das mulheres.

No entanto, na visão e na construção histórica da FETAG-RS o “marco inicial da participação da mulher na federação” (FETAG-RS, S.d.) foi o 2º Encontro Anual de Dirigentes Sindicais com a participação de 13 trabalhadoras, no ano de 1982, no mesmo ano 40 mulheres participam da Assembleia de Planejamento da federação. Há de se considerar que a linha cronológica da CEMTR diverge do histórico da federação sobre o início da expressividade das mulheres na federação.

No ano de 1983, um grande acontecimento a nível nacional marca o movimento sindical rural, especialmente a luta de mulheres, pois, a líder e presidente de Sindicato,

Margarida Alves, é assassinada<sup>13</sup>. Esta tragédia desperta mais tarde reivindicações de mulheres sobre a violência de gênero, atualmente Margarida Alves é símbolo da luta feminina no movimento sindical. Neste mesmo ano as mulheres do movimento sindical rural do Rio Grande do Sul realizam um terceiro encontro de lideranças em que se amplia a discussão sobre a necessidade de se organizar coletivamente como uma forma de fomentar o surgimento de lideranças femininas.

Na realização do 4º Encontro Estadual de Liderança Viamão, 1984, o olhar está direcionado para ação, pois as mulheres decidem organizar comissões que possam atender suas demandas, formando nesta edição do encontro a comissão de educação. Alinham neste encontro a necessidade de estarem presentes também em outros espaços, e de reivindicarem junto aos deputados de suas regiões mais posicionamento frente as pautas da área rural. A partir destas ações e posicionamentos, se percebe que as mulheres vislumbravam para além das questões de gênero, o contexto social do campo e o cenário político eram motivadores de articulações e discussão.

A homepage da federação aponta que no mês de novembro de 1984 ocorreu um Encontro Estadual de Lideranças das Trabalhadoras Rurais, tendo a participação de 98 mulheres. No entanto, a linha cronológica da CEMTR refere que no ano de 1985 ocorre no Estádio Gigantinho em Porto Alegre, o 1º Encontro Estadual de Mulheres com a participação de 10 mil mulheres. Independente de qual tenha sido o primeiro encontro estadual referenciamos que é um resultado alcançado a partir da organização e dos encontros de lideranças que antecederam quaisquer feitos maiores a nível estadual. o movimento sindical rural do Estado tem caminhando um grupo expressivo e organizado.

O ano de 1985, 10 anos após o Ano Internacional da Mulher decretado pela ONU, é que no movimento sindical rural do Rio Grande do Sul as mulheres consolidam sua força e capacidade de articulação, mas também, o anseio de pertencimento. A Comissão Estadual de Mulheres Agricultoras do RS - CEMTR - torna-se realidade sendo uma instância organizativa da federação, com a representação de 12 regionais do Estado, e comissões como de educação, já compunham a federação.

---

<sup>13</sup> “No dia 12 de agosto de 1983, Margarida Maria Alves, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande, na Paraíba, foi assassinada com um tiro de espingarda calibre 12 no rosto. A primeira mulher a liderar um sindicato de trabalhadores rurais no Brasil morreu aos 50 anos, na frente de casa, perto de seu marido e do filho de oito anos, que brincava na calçada. [...] Margarida tornou-se um símbolo da luta das mulheres camponesas. Desde o ano 2000, sempre em agosto, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), o Movimento dos Sem Terra (MST) e outras entidades realizam em Brasília a Marcha das Margaridas, levando reivindicações e propostas das mulheres do campo”. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/2019/08/14/quem-foi-margarida-alves-inspiradora-da-marcha-das-margaridas/>>. Acesso em: 31 de dez. de 2022.

Mas cabe ressaltar que somente após 23 anos depois da fundação da federação, uma mulher chega ao cargo de presidente de Sindicato, no município de Casca, a senhora Rosa Maria Lorenzato Tres que assume o maior cargo da instância sindical municipal, desafiando o contexto da época e demonstrando que a liderança e atuação feminina estavam de fato ocorrendo; a primeira mulher Presidente de Sindicato desponta junto com esta consolidação do trabalho feminino.

Com a realização do II Encontro Estadual de Mulheres Trabalhadoras Rurais em 1987, a pauta estava direcionada para debates sobre discriminação, reconhecimento da profissão, reforma agrária, saúde e aposentadoria; contando com a participação de cerca de 25 mil mulheres. É importante frisar que a mulher não era ainda reconhecida pelo Estado como trabalhadora rural e por este fato, a pauta estava direcionada em especial para questões que necessitavam de atendimento, como o reconhecimento da profissão e a aposentadoria.

Em 1988 as mulheres trabalhadoras rurais são reconhecidas, através da Constituição Federal de 1988, que faz a reparação da injustiça cometida até então e outorga o direito de acessar previdência social para a tão almejada aposentadoria. Mas para que de fato isso ocorresse, o movimento sindical precisou articular mobilizações, atos públicos e acampamentos em frente agências previdenciárias para que a constituição fosse cumprida somente em 1992.

Este levantamento sobre a construção dos primeiros eventos é trazido para dentro deste estudo com a função de apontar como o movimento sindical de mulheres nasceu dentro da federação e quais foram suas primeiras ações e a que estavam pautadas. Promover uma análise do que necessitou para que as mulheres trabalhadoras rurais que hoje compõe a Comissão Estadual pudessem tecer conquistas, desafios e seus anseios do futuro, necessita fundamentalmente de um embasamento histórico.

Podemos expor neste quadrante inicial, em nenhum momento se refere a participação da igreja na construção do movimento, questões específicas como violência e saúde da mulher também tinham uma expressão pequena no contexto; a presença de mulheres dentro das instâncias deliberativas da federação e de sindicatos era mínima e pouco se deliberava sobre este aspecto específico, trabalhava-se para formar lideranças femininas mas não em disputar campo ou buscar igualdade participativa. Nesta tangente, refletimos que as mulheres iniciam capacitando-se, preparando-se para ocupar uma posição, justamente pelos preconceitos, entraves e julgamentos que giram em torno da liderança feminina.

Apontamos que a organização de mulheres no movimento sindical demandou a construção de lideranças, promovendo ações pequenas e progressivas, em alguns

momentos apenas estando presente, buscando o pertencimento junto ao movimento e a partir dele tornar sua contribuição importante e fundamental. As mulheres se inspiraram a organizar-se coletivamente para validar a contribuição que davam ao movimento sindical e na sociedade, que na época era muito mais voltado ao universo masculino, e também para buscar o atendimento daquilo que elas construísem enquanto sujeitos.

A comissão de mulheres dentro do movimento sindical construiu seu caminho com um trabalho de pertencimento, encorajamento de outras mulheres e mostrando a força do coletivo feminino. Apontamos aspectos relevantes até a consolidação do reconhecimento da mulher enquanto trabalhadora rural, que foi o cerne da organização inicial; ademais a partir de 1992 outros objetivos. A organização coletiva caminha até hoje progressivamente, o “movimento está em movimento” acreditando e pautando do sujeito de gênero para a construção coletiva de forma heterogeneamente e linear.

## 5. ANÁLISE DA PARTICIPAÇÃO FEMININA NA FETAG-RS

Neste novo capítulo compomos os dados que foram levantados para esta pesquisa e buscaremos analisá-los de acordo com os objetivos que definimos previamente, no entanto, a nível de contribuição e valorização dos dados teceremos aspectos que se destacam ao longo dos relatos das participantes. A participação das mulheres na federação está além da comissão de mulheres, de modo que, hoje as mulheres estão presentes em todos os setores, instâncias organizativas e estruturais e mesmo que nosso estudo tenha como objeto principal de análise a Comissão Estadual, é inevitável trazermos alguns aspectos de outras instâncias.

Analisar a participação feminina na FETAG-RS é desafiador; a federação é um exemplo de movimento social sindical rural no Rio Grande do Sul, apesar de ter uma conotação de representatividade de classe trabalhadora, a atuação dos indivíduos que compõe a federação caracteriza-se como um movimento social, justamente por externarem além da federação questões sociais, como acesso a terra, políticas públicas, sucessão rural, entre outros. Compor uma análise global da participação e atuação feminina no movimento sindical rural e também na federação é utópico, justamente pelos diversos cenários e papéis que as mulheres assumiram ao longo do tempo. A coletividade é construída a partir de múltiplos aspectos em um meio desigual, mas longe de tornar-se uma construção medíocre, pelo contrário, ela reflete a pluralidade do que anseiam e principalmente do reconhecimento mútuo do que é ser mulher em um mundo masculino.

### 5.1 QUEM SÃO AS PROTAGONISTAS? APRESENTANDO AS PARTICIPANTES

Se a coletividade é construída a partir desse reconhecimento tanto de si quanto do outro, apresentar quem são as mulheres de nosso estudo é de forma breve mostrar a subjetividade de cada uma e que as colocam no coletivo, e que espaço ocupam dentro o cenário. Dirimimos até aqui, questões importantes sobre o cenário e iniciamos este novo capítulo construindo sobre as mulheres que atuam na Comissão Estadual e também, algumas lideranças que se destacam no movimento sindical e que indiretamente atuam com comissões de mulheres.

Na metodologia discorreremos sobre nossas escolhas e como chegamos nas participantes, e no decorrer do estudo já apontamos elementos que descrevem a Comissão Estadual de Mulheres, nos direcionamos neste momento em quem são as participantes. As participantes se dividem em dois grupos, o primeiro é composto das integrantes da Comissão Estadual de Mulheres e segundo refere-se a lideranças que atuam no movimento sindical rural, FETAG-RS. Vejamos suas especificidades a seguir.

O primeiro grupo, são integrantes da Comissão Estadual de Mulheres e que são coordenadoras de mulheres em suas regionais por isto, estão na Comissão Estadual. Cada regional nomeia duas mulheres (coordenadora e suplente) para coordenar a comissão de nível regional e representar a nível Estadual geralmente uma delas, mesmo as duas compondo a Comissão Estadual de Mulheres. Na nossa pesquisa, 31 coordenadoras participaram das 46 que compõe a Comissão Estadual, a totalidade não ocorreu por dois motivos: 1 - pela liberdade de participar ou não do estudo e 2 – pelo fato que nem todas as 23 regionais há a participação plena das duas coordenadoras por motivos que não compete a este estudo averiguar.

Já o segundo grupo, é composto por lideranças mulheres que atuam direta e/ou diretamente com comissões de mulheres as quais apresentaremos detalhadamente a seguir, das 6 participantes, 3 também estão na Coordenação Estadual de Mulheres. Fazem parte deste estudo a Coordenadora Estadual de Mulheres da FETAG-RS e a Assessora Estadual da Comissão de Mulheres da FETAG-RS. A coordenadora estadual compõe a diretoria da FETAG-RS que foi eleita em 2020 e permanecem até 2024. A assessora estadual de mulheres está na função há 16 anos, sendo funcionária efetiva da federação. E, ainda apresentamos no estudo a participação do Presidente da Federação.

Apresentaremos a seguir sem nomear, identificando-as pelo mesmo número durante a pesquisa (como posto na metodologia) as lideranças que tiveram uma presença maior na nossa pesquisa, a apresentação foi descrita por elas sobre o enredo: trajetória e atuação no movimento sindical rural.

A liderança de número 1, tem entre 46-55 anos (faixa apresentada devido ao formato do questionário) e está no movimento sindical entre 16-20 anos, ocupou a função de coordenadora estadual de mulheres, neste momento é presidente do Sindicato de seu município. Descrevendo sua atuação da seguinte forma:

Minha atuação no movimento sindical se deu pela insistência do meu esposo que disse que eu precisava me associar ao sindicato, a partir daí despentei como liderança e antes mesmo de ter um cargo efetivo na diretoria do sindicato me vi coordenadora estadual de mulheres o qual me fez pegar gosto pela luta das mulheres o que me incentiva até hoje, cada vez mais lutar por todas e por nossa categoria, como presidente do sindicato me sinto feliz e motivada a enfrentar os problemas sentidos e vividos de nossas famílias, luto na defesa da agricultura familiar hoje e sempre muito importante na produção de alimentos que vai a mesa de todos, me sinto uma defensora incansável de uma categoria indispensável para toda a sociedade. (Liderança de número 1).

A liderança de número 2 tem 26 anos e está há pouco mais de 5 anos no movimento sindical rural, apresenta-se da seguinte forma:

Vice-presidente dos Trabalhadores Agricultores Familiares de Nova Petrópolis e Picada Café (2019/2023). Coordenadora de Jovens da Regional Sindical Serra (2017 até o momento). Comissão municipal de mulheres Integrante do Conselho Municipal dos Direitos da Mulheres de Nova Petrópolis...estou sempre atuante. (Liderança de número 2).

A liderança de número 3 tem 24 anos e está no movimento sindical há 5 anos. Apresenta-se como:

Sou agricultora familiar, estou como presidente do Sindicato dos trabalhadores Rurais de Canela, coordenadora da Regional Sindical Vale do Rio Sinos Serra, vice coordenadora da comissão regional de Jovens da mesma regional e coordenadora de núcleo da Sicredi Pioneira, dentre outras coisas. (Liderança de número 3).

A liderança de número 4, tem entre 46-55 anos e participa no movimento sindical há mais de 20 anos, define sua trajetória da seguinte maneira:

Minha caminhada no movimento Sindical iniciou muito cedo, desde criança, pois meus pais são sindicalizados e muito atuante neste movimento. Na qual eu enquanto filha de agricultores fui estudar e buscar qualificação profissional, mas nunca deixei de participar e acompanhar esse movimento, durante minha vida profissional atuei por muitos anos enquanto servidora pública e mais específico desde os anos de 2010 eu prestava assessoria ao sindicato nos projetos de habilitação, em 2015 me desliguei totalmente enquanto servidora e passei atuar diretamente e diariamente nas atividades do Sindicato, sendo a primeira assistente social atuando num sindicato de trabalhadores rurais no estado do RS. Atualmente sou secretária do sindicato de Santa Cruz do Sul, Sinimbu, Vale do Sol e Herveiras, sendo a primeira mulher a assumir um cargo na diretoria neste sindicato. Desenvolvo toda a parte de gestão, atividades com grupos de Mulheres e aposentados, educação do campo nas duas escolas familiares agrícolas - Efasol e Efasc com jovens filhos de agricultores. Também participo de diversos conselhos de direitos, saúde, educação, assistência social, Comdica, CMDM...entre outros. Estou na coordenação regional de Mulheres da Regional Sindical Vale do Rio Pardo e Baixo Jacuí. Na qual tenho 10 sindicatos sob minha orientação no que tange ações com mulheres. (Liderança de número 4)

A liderança de número 5, tem entre 36-45 anos e participa do movimento sindical há mais de 10 anos, apresenta sua participação no movimento sindical:

Estou presidente do sindicato do meu município e de coordenadora regional; componho a diretoria da FETAG-RS. Minha caminhada é de militante, acredito no movimento e que a união da categoria pode trazer para os agricultores e trabalhadores rurais. Sempre fui muito atuante o que me colocou diversas vezes em posições de liderança nos mais diversos lugares. (Liderança de número 5).

A entrevistada de número 6, última deste segundo grupo, tem mais de 55 anos e está no movimento sindical há mais de 20 anos. Apresenta sua caminhada:

Sou residente do município de Santo Antônio das Missões RS agricultora familiar ex vereadora, ex assessora parlamentar do deputado Paulo Pimenta, entrei para o movimento sindical em 2000 a convite do presidente da época s.r. E. I. DE L., pouco tempo depois já assumi a coordenação do trabalho com as mulheres no município e na Regional Sindical Missões II onde ainda tenho um trabalho de coordenação e coordeno o projeto arte de criar e recriar no movimento sindical, a mulher Protagonista do Movimento Sindical Sustentável e solidário. Projeto esse desenvolvido em 11 municípios contando hoje com 17 grupos de mulheres trabalhadores rurais distribuídos nos sindicatos da regional sindical missões II. (Liderança de número 6)

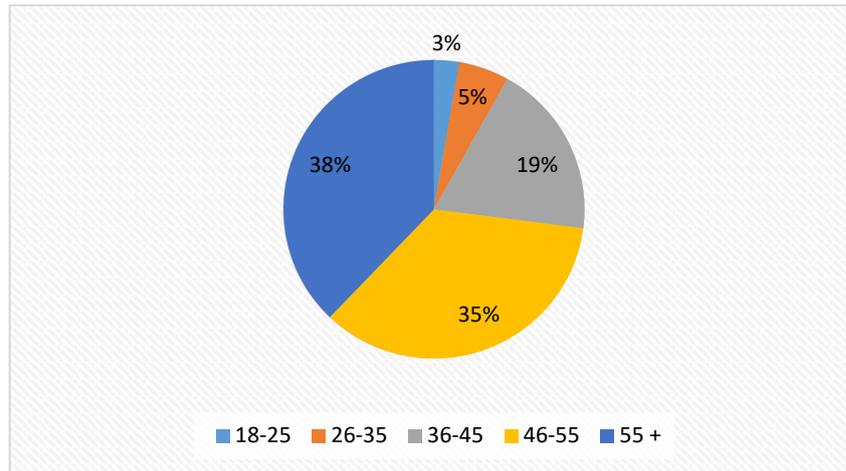
O que podemos analisar a partir desta apresentação realizada pelas próprias lideranças é que elas definem com objetividade a trajetória que possuem, e ainda, os múltiplos espaços que ocupam dentro movimento sindical. A forma que cada uma construiu o espaço do individual para o coletivo irá eventualmente surgir durante outros apontamentos neste estudo.

### **5.1.1 Aspectos gerais: idade, tempo de participação e escolaridade.**

Nesta seção apresentaremos aspectos gerais das participantes de nossa pesquisa, idade, tempo de participação e escolaridade, visto que estes pontos se tornam pertinentes à medida que movemos outros apontamentos para o debate. A idade e o tempo de participação se relacionam para analisarmos em que momento as participantes foram despertadas para a militância enquanto trabalhadoras rurais, pelo tempo que estão no movimento sindical puderam acompanhar os avanços, os desafios e as lutas da mulher rural ao passo que a sociedade também alterou suas relações. E, quanto a escolaridade trazemos para esta pesquisa para confrontarmos a ideia tradicional da mulher rural sem formação, estudo ou somente alfabetizadas. Vejamos como se apresentam estes dados a seguir.

Ao apresentar a faixa etária combinada com a diversidade das participantes podemos apreciar o seguinte dado:

#### **Gráfico 1: Faixa etária das entrevistadas**

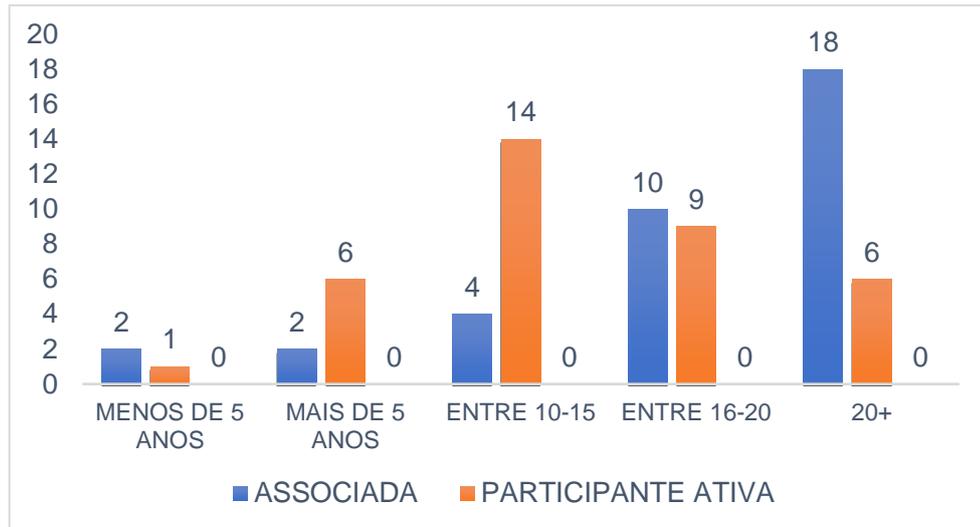


Fonte: criação da autora.

É perceptível, a faixa etária de 55 anos ou mais tem um maior número de participantes seguida pela faixa etária que compreende os 46-55 anos com uma diferença de 3%, mas cabe contrapor que há uma participação sendo ampliada que é dos 36-45 anos, correspondendo a 19 por cento. A partir da expressão das mulheres entre 36-45 anos, utilizamos o pensamento de Gomes que exprime que novas pautas e a participação das mulheres esteja relacionado com novas políticas: “Um dos focos está na integração e criação de novas políticas para as mulheres que promovam arranjos de gestão participativa, que possibilitem o fortalecimento de seu lugar no desenvolvimento territorial.” (GOMES et al, 2016, p.156).

Importa tecer dois pontos: 1) sobre o período em que as entrevistadas são associadas ao Sindicato; e 2) há quanto tempo participam ativamente das atividades propostas pelo movimento sindical. Estes dados compõem, como já mencionado um fator importante, a associação ao sindicato não significa a militância no movimento. E para considerar que em algum momento após a associação junto ao sindicato é que as mulheres sentem despertadas ou motivadas a exercerem a militância é que trazemos estes dados comparativos.

### **Gráfico 2 – Tempo de associação ao sindicato versus tempo de participação ativa das entrevistadas**



Fonte: criação da autora

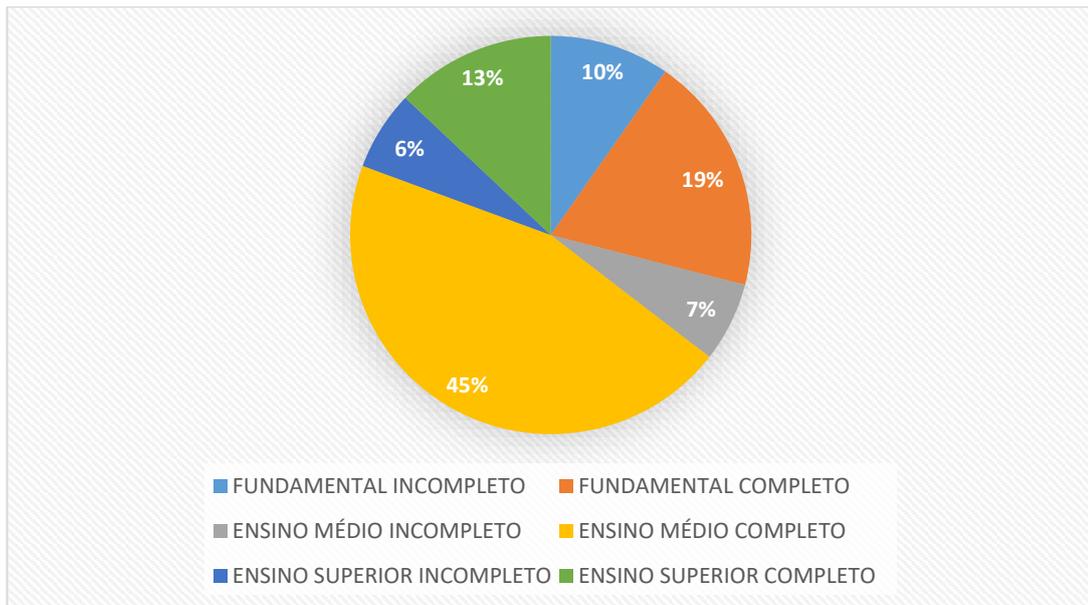
Com este gráfico podemos analisar que as mulheres de maior faixa etária ingressaram ativamente nas atividades desenvolvidas pelo movimento sindical um tempo maior após tornarem-se associadas. As participantes de menor idade tiveram o início da militância num período menor após a associação junto ao sindicato. Este pode ser um reflexo ao espaço já conquistado, uma vez que as mais novas ingressam num cenário estruturado há muitos anos. E as de faixa etária maior necessitaram viver ou presenciar a impossibilidade de serem sócias até a regra mudar após mobilizações e reivindicações internas e estruturais. Conforme Pimenta (2012), aproximadamente três décadas após a criação do movimento sindical dos trabalhadores rurais é que as mulheres conquistaram o direito de se sindicalizar, a nível de FETAG-RS já trazemos que após 22 anos de fundação da federação é que as mulheres foram contempladas com uma comissão específica para atender demandas específicas da trabalhadora rural.

Para favorecer a questão entorno da militância e sindicalização, embora o movimento sindical rural do Rio Grande do Sul, FETAG-RS, represente aproximadamente 716 mil agricultores e pecuaristas, deste número estima-se que até 35% sejam mulheres. Não há como medir a militância dos integrantes, “Só é preciso não confundir sindicalização com militância política”. (PAULILO, S.d, p.12). Todavia, nota-se que na faixa de tempo de participação ativa tem maior expressão entre 10-15 anos o que demonstra a abertura, melhor dizendo, conquista de novos espaços a partir das implementação de cotas, do trabalho realizado pelas comissões de mulheres (a nível municipal, regional e estadual) e também, a luta por bandeiras específicas do gênero.

Quanto a escolaridade levantamos qual o nível de instrução das participantes de nossa pesquisa, com o objetivo de verificar se o fato de a participação mais expressiva ser de

mulheres de 55 anos ou mais, iria impactar no nível de escolaridade. Entretanto, temos consciência de que escolaridade não significa mais ou menos saber, mas não podemos questionar o poder transformador que o estudo escolar/acadêmico oportuniza. Apresentamos qual as escolaridades das participantes da pesquisa.

**Gráfico 3: Nível de escolaridade das integrantes da comissão estadual de mulheres.**



Fonte: criação da autora.

Pelo presente gráfico podemos apreciar que as participantes possuem um bom nível de instrução, o maior percentual refere-se as que tem ensino médio completo e as que possuem o menor nível de escolaridade, ensino fundamental incompleto, representam 10% e já as que possuem ensino superior completo que é o maior nível pontuado pela pesquisa, são 13%. Consideramos que o nível é satisfatório, comparando-se a faixa etária de maior expressão das participantes com as dificuldades que haviam no passado para acesso ao ensino regular, e as da faixa etária intermediária é proporcional as que possuem ensino médio completo e/ou ensino superior.

A formação é uma constante dentro do movimento, em 1968 foi criado o Departamento de Educação, o que reflete a preocupação em preparar as pessoas que atuam no movimento sindical, hoje este departamento tornou-se uma comissão de formação e educação sendo responsável por preparar embasada na educação popular o que pode ser um reflexo da participação da Igreja Católica nos primórdios do movimento sindical. Verificamos a seguir quanto a orientação religiosa das participantes.

Como já posto, a formação do movimento sindical rural esteve estritamente ligada à Igreja Católica, inicialmente como instigadora da organização e posteriormente como articulador do sindicato mais combativo, conforme apresenta PAULILO & SILVA (2007, apud. GOMES; et al, 2016, p.152): “as religiosas incentivam a participação das mulheres rurais nos movimentos sindicalistas e, as feministas reivindicavam mais participação nas articulações e decisões políticas dentro dos espaços de disputa e poder.”. Para compor, SCHAAF (2003, apud GOMES; et al, 2016, p.152) demonstra que:

[...] as religiosas inspiradas na Teologia de Libertação davam consolo e esperança àquelas que, na vida cotidiana, enfrentavam grande desigualdade e fornecia-lhes argumentos da Bíblia para que se levantassem contra a opressão e alcançassem a libertação.

Nos coube questionar como a participação da Igreja Católica reflete na contemporaneidade, se ainda há uma relação entre esses elos, Igreja e Sindicato. Para sanar esta inquietação, perguntamos às 31 integrantes da Comissão Estadual de Mulheres Trabalhadoras Rurais, qual era sua orientação religiosa e se participam ativamente das atividades religiosas. Obtemos o seguinte panorama: das 31 integrantes, apenas uma declara sua religião como Evangélica Luterana, as demais informam que são católicas. Destas, 23 delas informam que participam ativamente das atividades religiosas. Por esta razão, perguntamos as católicas se em algum momento a religião despertou para a participação no sindicato:

Ah de certa forma sim... a participação na igreja e na comunidade vão despertando a gente para o trabalho coletivo e comunitário. Como igreja sempre somos incentivados a viver em comunidade, e nos organizar. O Sindicato organiza os agricultores para buscar suas demandas né, então a gente precisa fazer parte. Eu lembro de ouvir algumas vezes no sermão do padre que os agricultores precisam valorizar o sindicato, que na lavoura não é só safra boa, tem as ruins também e aí nessas o sindicato tá lá pra ajudar a gente. (Entrevistada de número 4).

Se para a entrevistada de número 4 o trabalho coletivo é reiterado pela vivência na comunidade e na Igreja, contrapondo o cenário, apontamos a explanação da entrevistada de número 7:

Eu acredito que de forma direta e decisiva não, eu participo porque tive esse incentivo e exemplo em casa. Meus pais são sindicalizados e muito atuantes neste movimento. Então, acabei me juntado a eles. Talvez eles tenham participado devido a influência da igreja, era mais comum na época deles isso...mas eu não. Eu foi porque vi esse exemplo em casa mesmo. (Entrevistada de número 7).

Entendemos que a partir dos dados coletados, há uma maior participação de mulheres oriundas da Igreja Católica, já pelo fato de que o movimento sindical teve uma relação histórica mais próxima com esta entidade. Nesta relação por vezes considerada ambígua, algo que se perpetuou ao longo da história e está nas entrelinhas uma delas é a valorização do trabalho dos sindicatos. Indagamos a federação sobre este fenômeno de intensa participação de mulheres que seguem a religião católica:

Sabemos que a Igreja Católica teve um importante papel para a estruturação dos Sindicatos e conseqüentemente da FETAG-RS, essa relação sempre foi muito próxima. Talvez esse perfil de mais mulheres serem da Igreja Católica tenha relação com a proximidade que os Sindicatos nos municípios têm com a Igreja. Muitos terrenos e prédios onde hoje funcionam os STR foram doados pela Igreja lá no início... então fica essa proximidade. Mas o movimento sindical não tem credo e nem doutrina religiosa, respeitamos e acolhemos todas elas. (Presidente da Federação).

Observamos que apesar do movimento sindical rural ter se tornado multicultural e até se distanciado da sua relação hierárquica e próxima com a Igreja, ainda se faz presente na vivência particular e coletiva do movimento, através de alguns participantes. No entanto, este fato não reflete em decisões e nem separa os demais.

### **5.1.2 Perfil geral das mulheres atuantes no sindicalismo rural da FETAG**

Buscamos revelar qual o perfil das mulheres atuantes no movimento sindical de trabalhadoras rurais e se há relação em algum aspecto a partir da visão das participantes deste estudo. Mesmo com as diferenças movidas até aqui nos inquietou saber se as mulheres que exercem a militância possuem algum diferencial com a relação as demais. Para buscar este dado, indagamos as participantes do grupo 2 acerca do questionamento: Em seu ponto de vista, qual o perfil geral das mulheres atuantes e participativas do movimento sindical dos trabalhadores rurais. Vejamos a seguir quais aspectos foram apontados por algumas delas: “As mulheres que participam são determinadas, sabem o que querem, geralmente tem uma autoestima elevada, são atuantes em outros espaços também, e são independentes financeiramente”. (Liderança de número 1).

A entrevistada de número 6, em seu ponto de vista o perfil de mulheres atuantes e participativas é o seguinte:

[..] as mulheres quase na maioria possuem estrutura familiar própria tem meios de vida no território que estão inseridas, existe ainda algumas que não são alfabetizadas, mas a maioria possui o ensino fundamental completo algumas o ensino médio, possuem laços conjugais, filhos netos, a renda mensal e o salário mínimo (referente a aposentadoria rural) ... Algo que as

torna independente do "MARIDO OU COMPANHEIRO"), desempenham um papel importante na produção rural principalmente quando se refere ao plantio das hortas e pequenas lavouras (plantio e colheita). Muitas possuem doenças como depressão, ansiedade, alto índice de câncer, hipertensão. a violência doméstica visível em muitas famílias (desafio e o fortalecimento de políticas públicas para o enfrentamento que ajudem no combate) a maioria tem acesso as redes sociais. (Entrevistada de número 6)

A entrevista de número 2, apresenta que as participantes já atuam em outros espaços:

Em geral são mulheres que já participam de várias bandeiras, fazem diversas lutas já na sua comunidade/município/região. Sendo estas bandeiras direcionadas para agricultura, mas principalmente com foco em temas diversos e alternativos como o lado social, agroecologia, turismo rural, agroindústria e se preocupando bastante com a sucessão rural familiar. Na maioria, são mulheres de 30 a 65 anos. E, muitas possuem histórias de superação, tiveram diversas lutas pessoais para chegar onde estão hoje. (Liderança número 2).

Intensificando estes apontamentos ampliamos nossa inquietação e questionamos sobre ter ou não alguma característica diferente entre a mulher participativa e a não participativa. Dessa forma trazemos dois apontamentos pertinentes a este estudo, neste momento:

As mulheres que participam acabam com o tempo se libertando de paradigmas, de padrões que a própria família e a comunidade impõe, isso muitas vezes causa um choque no meio em que essas mulheres vivem, mas é libertador ouvir os relatos das mulheres, que começam a se impor em situações que antes simplesmente aceitavam. Uma das situações é a questão financeira, a qual muitas mulheres ainda hoje dependem do marido, mesmo que ela participe ativamente do processo produtivo da propriedade ela não recebe dinheiro por isso. Em muitas famílias isso vem mudando a partir do momento que elas entendem que elas também produzem esse dinheiro e que merecem ter uma parte, que elas não precisam pedir dinheiro para o marido e dar satisfação que é para comprar calcinha ou absorvente. Isso auxilia muito na sucessão rural, pois as mulheres intervêm na discussão em defesa dos filhos, incentivando a permanência deles no campo. (Liderança de número 3).

A liderança de número 1 aponta de forma objetiva o que para ela torna diferente a mulher que participa para a que não participa: "A que não participa, quase sempre tem alguém em casa que não permite, é aquela que ainda não consegue dividir os ganhos com a produção dependem de o marido liberar". (Liderança de número 1).

Com estes apontamentos, vemos que as entrevistadas trazem a subjetividade a partir do olhar de cada uma, mas há pontos de encontro que analisaremos, sendo eles: (acesso a) renda/independência financeira e a participação ou serem participativas em outros locais além do movimento sindical. Entre outros conceito trazidos pelas lideranças que tem significado porém, a renda e politização em outras instâncias são os de maior expressão, nos

fazendo afirmar que a participação no movimento sindical está relacionada a participação em outros setores da sociedade e que o acesso a renda e/ou independência financeira ainda é algo que dificulta a participação feminina.

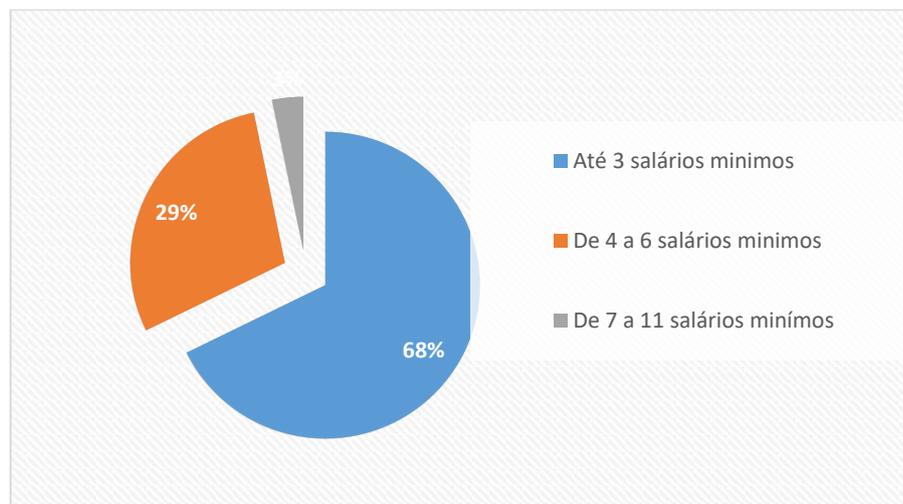
De tal forma, o olhar das lideranças motiva a apresentar como é composta a renda das mulheres que compõem a CEMTR e como é a participação delas em outros setores da sociedade que estão inseridas, vejamos a seguir.

### 5.1.3 Renda familiar entre as entrevistadas

Entender se empoderamento e participação feminina pode estar relacionado a independência e/ou acesso a recursos econômicos concomitante a maneira que entendem sua contribuição a composição a renda da família faz parte desta pesquisa justificando-se que o cenário do meio rural no tocante acesso a renda pelas mulheres ainda é uma lacuna. Notoriamente, há muitas mulheres que não participam das decisões econômicas do grupo familiar, sendo o homem o responsável por gerir e decidir de que forma aplicar o dinheiro construído em conjunto pelo núcleo familiar. E este aspecto, segundo apontamento das lideranças entrevistadas, seria um fator impeditivo a participação das mulheres no movimento.

Quanto a renda familiar das integrantes da Comissão Estadual de Mulheres está composta da seguinte forma:

**Gráfico 4: Renda familiar das entrevistadas<sup>14</sup>.**



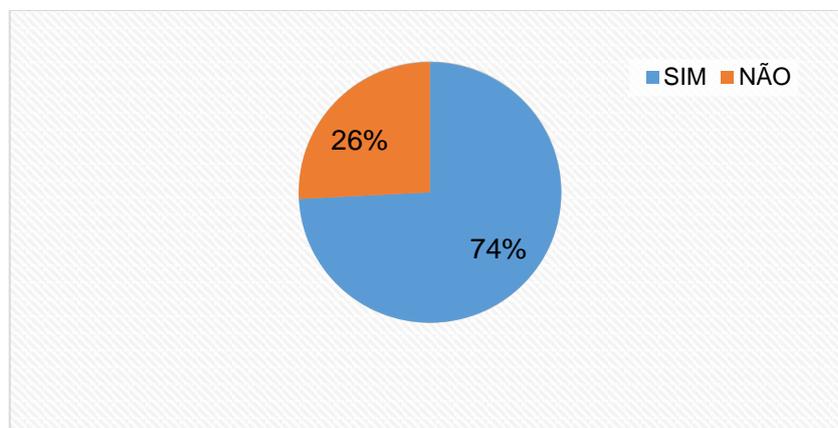
Fonte: criação da autora.

<sup>14</sup> Referência baseada no salário-mínimo nacional vigente em 2022.

Destacamos ainda dois elementos que compõe a questão sobre o aspecto econômico, sendo o primeiro se possuem outro ganho financeiro e/ou atividade econômica além da produção na propriedade ou trabalho rural e assim verificar que a independência financeira e/ou acesso a renda mobilizado pelas participantes está relacionado a outra forma de ganho que não unicamente a produção agropecuária do grupo familiar.

Obtemos o seguinte dado quando questionamos se as participantes possuem outra fonte de renda:

**Gráfico 5: outra fonte de renda além da produção agropecuária**

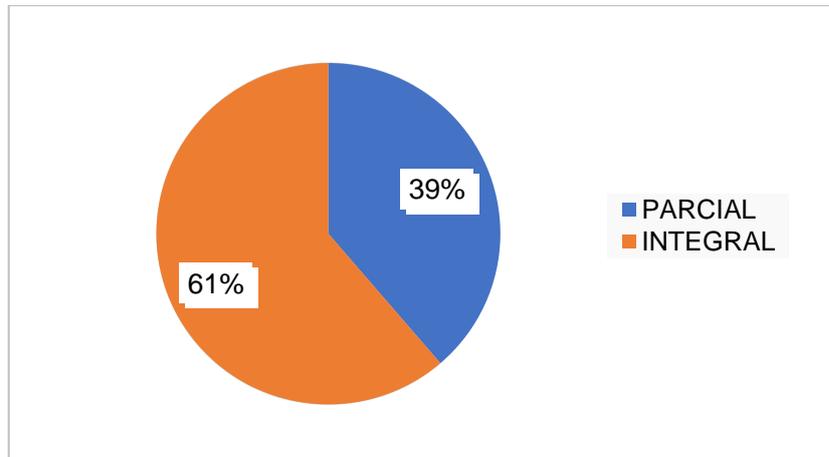


Fonte: criação da autora.

Necessário esclarecer que as atividades econômicas das integrantes da comissão estadual de mulheres são diversas. O teor de nossa pergunta era se a fonte de renda própria era unicamente da produção desenvolvida na propriedade em que trabalham e/ou são proprietárias. Desta forma, evidenciamos que as 23 que possuem outra fonte de renda, distribuídas entre vínculos de aposentadoria, exercício de função de professora, membro de diretoria do sindicato de forma remunerada, fisioterapeuta, diarista, segurança, vereadora, comerciante e ainda quem vende algo produzido secundariamente na propriedade (flores, bolachas, doces e artesanato).

Entender de que forma as mulheres veem a contribuição que dão para a composição da renda familiar, faz parte do processo de visualizar o empoderamento que possuem, e é comum vermos que muitas mulheres que não valorizam o que desempenham dentro da propriedade e desta forma, desconsideram toda a mão de obra empregada por elas para as mais diversas atividades dentro da propriedade. Sendo assim, perguntamos as participantes qual era a contribuição desempenhadas por elas para a atividade produtiva econômica da família:

**Gráfico 6: contribuição para a atividade econômica produtiva do grupo familiar.**



Fonte: criação da autora

A partir destes dados, podemos entender que o fator econômico é um diferencial para a plena participação, não podemos afirmar que o mesmo seja determinante pois, isto faz parte subjetividade de cada uma. No entanto, percebemos que o incremento da renda atinge acima dos 70% das coordenadoras regionais o que lhes oportuniza terem uma renda própria e desta forma, certa independência.

Refletimos também sobre como as entrevistadas enxergam suas atividades na propriedade pois 23 declaram ter outra fonte de renda e 8 que não possuem outro fator econômico envolvido, quando questionadas sobre a contribuição na atividade econômica produtiva da família 19 responderam que integral. Ou seja, percebemos que as mulheres compreendem que independente de possuírem outra fonte de renda, o trabalho que desenvolvem na propriedade é importante para a composição da renda, visto que, a agricultura de subsistência e os afazeres domésticos devem ser valorizados como mão de obra produtora.

Nota-se que algumas participantes apresentaram que parte de sua renda é oriunda do exercício da função desenvolvida junto ao Sindicato, ou seja, são membros da diretoria e desta forma, são remuneradas pelas atividades desenvolvidas. Se para o direito de sindicalizar-se as mulheres organizaram-se coletivamente para a busca deste direito, de que forma se deu para que mulheres garantissem seu lugar junto as instâncias de deliberações do movimento sindical? Neste próximo subcapítulo trataremos desta construção.

## 5.2. A PARTICIPAÇÃO E REPRESENTATIVIDADE FEMININA NO MOVIMENTO SINDICAL RURAL

A participação feminina e a busca por representatividade dentro de espaços públicos, políticos e comunitários pautou nas mais diversas áreas, articulações para que se garantisse esse acesso. Muitos entraves se opõem ao caminho da mulher para que possa desempenhar o seu próprio papel; estes entraves estão relacionados a vida pessoal, familiar, da própria condição biológica de ser mulher, da sociedade e também das organizações que embora fomentam igualdade para os ambos os sexos, sendo que as mulheres não partem do mesmo ponto que os homens.

Expomos até o momento de que forma se construiu a participação feminina nos movimentos sociais, no movimento sindical rural, e como a atuação vem sendo desempenhada. Verificamos que ocorreram processos formativos para que lideranças femininas fossem despertadas, além de incentivos como a criação da comissão estadual de mulheres e sua ampliação para os demais níveis (regional e municipal), e eventos específicos para mulheres como forma de organizá-las.

Problematizando, ações como as apresentadas acima garantem a ampliação da participação feminina dentro da própria federação? As mulheres tornaram-se os personagens principais ou apenas coadjuvantes representativas da pauta feminina? Há somente a inserção ou ocorre a participação? A partir destas questões iremos dar continuidade a nossa pesquisa, verificando em que nível está a participação feminina na federação e prosseguiremos analisando quais aspectos que são determinantes para que as mulheres decidam participar do movimento sindical.

A partir da participação feminina alguns espaços que até então eram ocupados por homens, passam timidamente a ser ocupados por mulheres, mas não de forma natural, espontânea e livre. Afinal, a inserção das mulheres torna-se o oposto do que a sociedade estava acostumada a presenciar, e mesmo para as próprias mulheres, eram atuações novas que traziam consigo toda uma conjuntura de romper com barreiras impostas e sedimentadas no senso comum. Gomes traz um apontamento frente a esta questão:

Ao ocuparem os espaços tradicionalmente delegados aos homens, as mulheres precisam refletir como compor modo de presidir, liderar, como falar para serem escutadas e, ao mesmo tempo, não repetirem comportamentos e modos de se posicionar atribuídos historicamente e criticados aos/nos homens. A desnaturalização da cultura machista, com seus “modo de ser masculino e feminino” exige reinvenção de si (GOMES, 2016, p.155, grifo do autor).

Desnaturalizar a cultura machista, como refere Gomes, ainda hoje é enfrentamento constante, e para chegarmos no cenário atual da Federação e do Movimento Sindical como um todo embates culturais precisaram ser travados. Numa linha cronológica é possível apontar a construção da participação feminina, mas nenhum estudo ou pesquisa será capaz

de mensurar o que mulheres dentro da individualidade tiveram que travar para que outras mulheres futuramente pudessem ocupar espaços em debates e decisões.

Vejam como foi a construção cronológica das mulheres na Federação Estadual, com alguns pontos relevantes. No ano de 1989 registra-se as primeiras mulheres na diretoria da FETAG-RS, ocupando cargos de 1ª tesoureira e suplente, ambas já eram atuantes na luta, dois anos após uma delas compõe a suplência na diretoria da CONTAG. Cabe frisar que a comissão nacional de mulheres trabalhadoras rurais foi criada no ano de 1991, ou seja, 6 após a criação da comissão estadual do Rio Grande do Sul, o que demonstra que a articulação e construção do movimento de mulheres trabalhadoras rurais ocorreu de forma crescente (da base para o cenário nacional).

No ano de 1992 em nova eleição na federação estadual 4 mulheres ocupam cargos dentro da diretoria e/ou conselho fiscal. Destas 4, duas são reconduzidas da diretoria anterior ocupando cargos de suplência ou segundo escalão. Mas no ano de 1995 no Congresso Eleitoral da FETAG-RS duas mulheres são eleitas sendo empossadas diretoras, uma delas assume a Coordenação Estadual de Mulheres, inclusive.

Em 1997, no 7º Congresso da CONTAG, são impostas cotas de participação feminina na gestão, as quais deveriam compor no mínimo 30% dos nomes. O ano seguinte refletiu na participação de duas mulheres na diretoria da CONTAG, sendo uma delas do Rio Grande do Sul.

Nos anos seguintes, com a participação feminina, várias ações compuseram a construção do movimento sindical. Alguns com maior identificação de classe, outras na formação e construção do sujeito militante, debate em torno das atividades agrícolas e de forma mais tímida, discussões em torno do gênero. A Marcha das Margaridas (em homenagem a Sindicalista Margarida Alves) é um dos exemplos de organização, ocorrendo a cada quatro anos. A primeira marcha ocorreu nos anos 2000 em Brasília e contou com a participação de 20 mil mulheres, sendo 600 do nosso Estado, tendo como lema “2000 Razões para marchar contra a fome, a pobreza e a violência sexista” (FETAG-RS, S.d.). A Marcha das Margaridas é uma ferramenta importante para a visibilidade e articulação da pauta das mulheres, sendo objeto de estudos acadêmicos, além de lembrar a luta da sindicalista Margarida Alves.

Na realização do 11º Congresso da CONTAG em 2013 marcou os 50 anos da instituição e trouxe definições importantes sobre as cotas e paridade de gênero dentro das instâncias do movimento:

Cota de, no mínimo, 30% de mulheres nos cargos de direção da CONTAG, Federações e Sindicatos, bem como em todas as instâncias deliberativas do MSTTR e de 50% de mulheres em todos os espaços de formação. Passados

15 anos da aprovação e implementação da política de cotas de participação das mulheres nos cargos de direção. (FETZNER *et. al*, 2013, p.90).

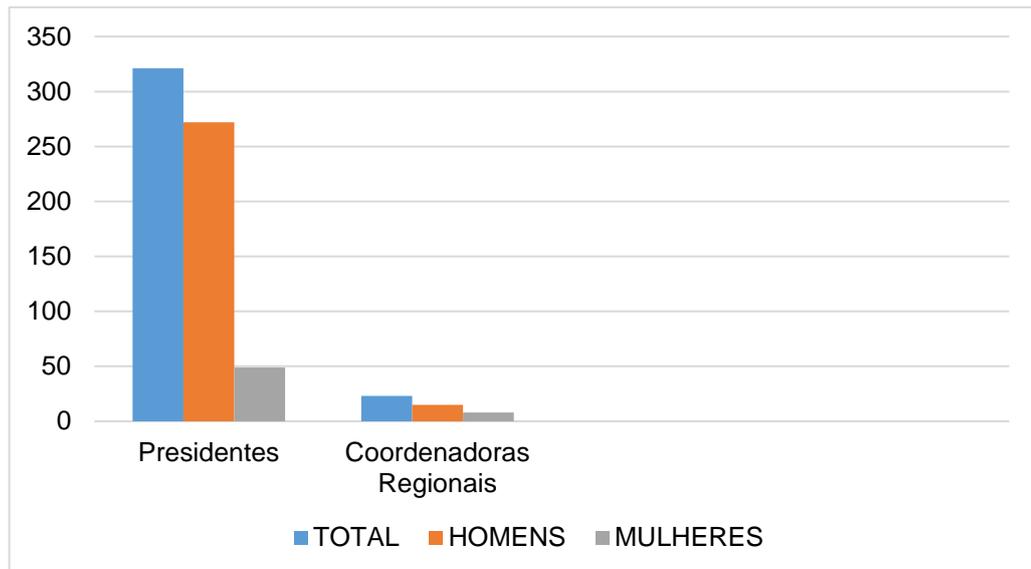
Iniciou-se então, no 11º Congresso da CONTAG um debate para pleitear a paridade de gênero e aprofundamento do tema com meta até a realização do 12º Congresso estar esta definição e realização consolidada. Os delegados presentes no 11º Congresso entenderam a necessidade de ampliar e buscar a paridade devido a expressão das mulheres dentro do movimento:

[...] os delegados/as presentes no 11º CNTTR deliberam que a igualdade de gênero, com o combate a todas e quaisquer forma de discriminação, é um princípio básico do MSTTR e deve ser buscado em todas as políticas e ações desenvolvidas por suas entidades. É preciso avançar na construção democrática, o que significa investir na igualdade política entre homens e mulheres. A proposta de paridade participativa nos cargos de direção e nas instâncias de deliberação responde a este desafio, associado ao investimento na formação política e na defesa da ética das relações sindicais. (FETZNER *et. al*, 2013, p.95).

Atendendo esta definição, a atual diretoria da FETAG-RS, eleita em 2020 é composta por 26 membros de forma paritária, 13 membros homens e 13 mulheres desde a diretoria efetiva, conselho fiscal e na diretoria suplente, a tal forma que há a presença feminina em todas as instâncias. O cumprimento das normas estatutárias é um ponto importante para a atual diretoria da Federação, o que aparentemente não é consenso no movimento sindical, necessitando um trabalho firme, atuante e presente para garantir a plena participação das mulheres. Questionamos o Presidente da Federação sobre quais ações efetivadas dentro do atual mandato para garantir a participação das mulheres no movimento sindical: “Fazer cumprir as cotas estatutárias. A direção dos Sindicatos e na federação, assim como garantir o espaço da comissão das mulheres estaduais, regionais e municipais e também abrir espaços para elas ter voz”. (Presidente da FETAG-RS).

As normas estatutárias que garantem a participação das mulheres na diretoria dos Sindicatos filiados a FETAG-RS, mas não é cumprido à risca, nem todos os sindicatos cumprem a deliberação da paridade. A deliberação não reflete no maior cargo dentro do Sindicato, o de Presidente, geralmente mulheres ocupam outros cargos dentro da diretoria. Consultamos o número de mulheres que ocupam o cargo dentro dos 321 sindicatos, e da mesma forma dentre as 23 regionais quantas são coordenadas por mulheres chegamos ao percentual abaixo apresentado:

#### **Gráfico 7: expressão feminina nos cargos de presidente e coordenadores regionais**



Fonte: criação da autora

Conseguimos apreciar diante deste gráfico que a presença masculina ainda é maior, em um percentual muito expressivo tanto em presidentes de sindicatos como em coordenadoras regionais, o que fortalece a ideia de que as mulheres ainda tem dificuldade de chegar ao maior cargo.

Dentro deste enfoque, questionamos o Presidente da Federação, sobre a existência ou não de resistência quanto a participação das mulheres dentro do movimento estadual de trabalhadores rurais: “Infelizmente ainda temos lideranças que ainda não entenderam a importância da participação das mulheres, ainda precisa forçar para cumprir os estatutos”. (Presidente da FETAG-RS).

Veçamos, o estatuto é um instrumento que reitera a participação feminina dentro da diretoria do Sindicato, mas não é um modo que por si só coloca a mulher numa posição de destaque. Observa-se que para as mulheres estarem nestas posições, é necessária uma atuação de liderança diferenciada. Não é raro que homens ocupem os cargos mais altos nas diretorias, mesmo que as mulheres apresentem um currículo mais qualificado ou estejam mais preparadas, mas não consigam chegar ao cargo de alto nível. Para homens há uma preocupação menor, comparado a mulheres sobre a aceitação externa, diferente das mulheres que se questionam e são questionadas sobre estar preparadas para enfrentar as dificuldades na função.

Analisamos junto às mulheres que participam desta pesquisa, grupo 2, se há resistência masculina na vivência delas, justamente por estarem em posições de destaque dentro do movimento sindical. Desta forma, indagamos se já presenciaram ou sentiram resistência masculina com mulheres em cargos de liderança. Despontando inicialmente o cenário político na visão de uma das participantes:

Existem fatos e relatos bem graves na questão de resistência masculina tanto no movimento sindical, mas muito grave também na política que a mulher só e vista para completar as cotas e se torna uma "ameaça" quando avança na ocupação dos espaços. Eu sofri muita resistência na ocupação de cargos na política o que é mais grave e que sempre são por parte de companheiros dentro dos partidos políticos. (Entrevistada de número 6).

A entrevistada de número 3 apresenta que na base sente que há menor resistência, mas que há por parte de outras lideranças e que é preciso militar dentro do próprio movimento:

Como mencionei a cima, da base poucas vezes senti essa resistência, mas muitas vezes já senti por parte de outras pessoas que se dizem lideranças dentro do movimento. Muitas vezes precisamos ser militância dentro do nosso próprio movimento. Mas seremos resistência para que possamos abrir caminhos para nossas companheiras que virão. (Entrevistada de número 3),

Também questionamos a Coordenadora Estadual de Mulheres, se há divergências dentro do movimento sobre a participação das mulheres:

Sim! Muitas divergências ainda sofremos preconceito, discriminação. Infelizmente ainda há uma divergência de entendimento entre algumas lideranças sindicais referente as cotas. Para algumas pessoas as cotas para mulheres e jovens é desnecessário, mas só nós sabemos a importância desta representação para o MSTRR.

No entanto, a partir da fala da coordenadora podemos apreciar que as cotas são importantes para garantir a representação dentro do movimento sindical, no caso de jovens e mulheres, mesmo não sendo cumprida rigorosamente.

Embora, a partir do gráfico poderemos perceber que a representação feminina dentro dos espaços mistos de construção do movimento sindical dos trabalhadores rurais seja pequena ao considerar a totalidade, a representação das mulheres é importante para construir pautas que expressem, os anseios das mulheres. Para espaços além do movimento sindical as mulheres sindicalizadas despontam em participação e atuação, contribuindo para que assuntos pertinentes a classe de trabalhadora rural e especificidades do meio rural esteja presente nos diversos locais da sociedade civil organizada.

Perguntamos as entrevistadas sobre qual a representatividade das mulheres sindicalizadas no espaço em que elas estão inseridas para verificar se a sindicalização consegue chegar em outras esferas e torna-se uma ferramenta de disseminação da pauta do movimento sindical rural. A entrevistada de número 5 aponta que a representatividade é uma forma de se elaborar políticas específicas: “Em todos, municípios, estaduais e

nacional e também estamos buscando espaços na representação política, para termos quem pense e elabore política pública produtivas e inclusivas para as mulheres”. (Entrevistada de número 5).

As cotas foram apresentadas como um método de garantir a participação feminina, no entanto, ela nem sempre é encarada com otimismo pelas participantes por acreditarem que ela seja utilizada para amenizar a diferença e preconceito que há dentro do contexto:

Estamos avançando, as cotas são exemplos de que ainda existe um problema social, se não tivéssemos problemas não precisaríamos de cotas. Mas com elas é possível aumentar a participação efetiva das mulheres nas instâncias deliberativas. Espero que possamos aumentar a representatividade das mulheres na política.

Apesar das conquistas para as mulheres em espaços da sociedade civil terem sido alcançados, uma participante aponta que ainda pode-se avançar mais: “Ainda pouco, precisamos mostrar ainda mais para as mulheres que o nosso querer pode mudar nossa realidade. (Entrevistada de número 1).

Uma visão importante que ao mesmo tempo que é benéfica, torna-se negativa é que a cota de paridade está firmada no movimento sindical, em muitos outros espaços não há garantia para a participação das mulheres:

Felizmente possuímos paridade no movimento sindical, ainda que nem todos os sindicatos cumpram com estas. Mas em diversos espaços isto não acontece como diretorias de comunidades, cooperativas, sociedades... Alguns sindicatos possuem comissão de mulheres, assim como as regionais e nossa comissão estadual e nacional que seguem fortes e com grande representatividade. Mulheres sindicalizadas em geral são mais ativas e buscam apoiar uma as outras. (Entrevistada de número 2).

Cabe frisar a importância da representação para as mulheres e como este espaço é construído, à medida que vai avançando. Os contextos mudam, e mudam também os sujeitos que nele se encontram, tornando as trajetórias sinuosas e heterogêneas, composta por perfis diversos que formam o coletivo. Entretanto, a participação plena das mulheres ainda é motivo de divergências dentro do movimento, ocasionando embate entre ideologias diferentes. Podemos concluir, apesar da participação feminina estar presente no movimento sindical há longas décadas e a presença feminina em diretorias estar garantida por cotas ainda há resistência dentro do próprio movimento sobre a representação de mulheres, verificamos que muitos sindicatos não cumprem as cotas estatutárias e que mesmo com um intenso trabalho de representatividade é pequeno o número de mulheres no cargo mais alto do sindicato e da regional, presidente e coordenadora respectivamente.

Entretanto, nos inquieta saber o que desperta as mulheres para a militância sindical, apesar das divergências as mulheres seguem organizadas e buscando estarem presentes em todos os espaços possíveis. Vejamos a seguir o que motiva a participação das mulheres no movimento sindical e em outros espaços da sociedade civil organizada.

### 5.3. O QUE DESPERTA A MILITÂNCIA FEMININA E ONDE ELA PODE CHEGAR

Apurar o motivo determinante para a sindicalização dessas mulheres se torna importante no transcorrer da pesquisa para que possamos fazer um recorte sobre em que momento e qual circunstâncias despertaram para que de mulher, agricultora, torne-se mulher, agricultora e sindicalizada. Já expomos os perfis que compõem as mulheres participantes da pesquisa, da mesma forma qual é o perfil da mulher atuante do movimento sindical na opinião das entrevistadas e em que ponto se diferem das não militantes. Neste subcapítulo apontaremos se há um fator dominante para o despertar da militância, através dos relatos das lideranças que compõe o grupo 2.

A militância desencadeia na participação, transformando-se em ações coletivas e na luta por causas que nem sempre contemplam a subjetividade. Ser militante no movimento sindical é exercer a empatia não sendo omissos a dor e anseios alheio.

Quanto a que altura, em que momento e porque tornaram-se mulher sindicalizada da pauta rural:

Me tornei uma mulher sindicalizada em primeiro lugar por um convite, já que exercia um papel de liderança na comunidade em que vivia (Ministra da igreja e diretora das várias organizações da comunidade), uma oportunidade de libertação já que passava por um quadro de várias formas de violência doméstica, vi no sindicato algo que poderia me tirar daquela situação e depois foi surgindo as oportunidades infinitas de qualificação de capacitação. (Entrevistada de número 6).

A sensação de pertencer a uma categoria e que através desta é possível angariar políticas públicas específicas do grupo, direitos e amparo é um dos motivos da participação: “Por acreditar que somente através de uma categoria representante que teremos voz e vez”. (Liderança de número 4).

Os sindicatos prestam serviços característicos aos agricultores/trabalhadores, com um valor diferenciado para associados então, alguns indivíduos se aproximam do sindicato pela gama de serviços ofertados e pelo valor aplicado aos que são sócios da entidade. Uma das entrevistadas apresenta este contexto:

Me associei ao Sindicato pois necessitava acessar alguns serviços oferecidos por eles no escritório e sendo sócia o valor era menor, meu marido não era sócio e como eu que cuidava desta parte burocrática na propriedade aproveitei e me associei. Tenho um perfil extrovertido e participativo na nossa comunidade. Comecei a participar das assembleias do nosso sindicato, por me conhecer o presidente me convidou para participar de alguns encontros de mulheres a nível municipal, e aí me despertou o interesse sobre o negócio porque passei a entender que o sindicato não era somente para buscar serviço, era um movimento de luta por nossa classe... aí comecei a ir pra regional como a representação de mulher do nosso município. Hoje sou mais que uma sindicalizada, me sinto parte importante deste movimento que busca organizar os agricultores e buscar melhorar nossas vidas. As formações que participei foram importantes para entender toda essa conjuntura que é a federação e me fizeram pegar gosto pela luta. (Liderança de número 5).

O núcleo familiar desempenha um papel diferenciado quanto ao exemplo e motivação para que a participação seja efetivada: “Motivação do marido, depois peguei muito gosto hoje sou uma sindicalista que me sinto bem consciente da importância do sindicato na vida de toda a categoria”. (Liderança de número 01).

O histórico familiar como fator relevante:

Pelo histórico familiar e por entender a importância da luta coletiva. Meu nono (avô) foi o primeiro presidente eleito do sindicato, permaneceu na presidência de 1969 a 1987, não vivi esse período, mas sei do legado que ele deixou na família e no movimento sindical e isso é muito forte até hoje. (Liderança de número 03).

O convite e incentivo são apontados como importantes para a participação, mas também, o acolhimento e o sentimento de semelhança aos demais são apontados como relevante para a continuidade da participação:

Primeiramente o convite e incentivo de minha mãe, e depois por vontade própria, pois aqui encontrei semelhantes, jovens, agricultores e agricultoras. Me senti parte, me encontrei neste espaço e queria estar nele para fazer a diferença onde pudesse ajudar. Com o processo formativo ENFOC JOVEM 2018 o espírito de militância só aumentou. Sou muito feliz em me encontrar neste espaço de luta e trabalho na Agricultura e pela Agricultura. (Liderança de número 02).

A partir destes relatos conseguimos visualizar cenários que implicaram na sindicalização das entrevistadas, importa reforçar que pela idade e regional (espaço em que estão inseridas), a sindicalização ocorreu em tempos e ambientes diferentes. Como já apontado, a participação ativa ocorre em momentos distintos da sindicalização no grupo, o que não significa, necessariamente o despertar a militância. Contudo, a militância pode colaborar na inserção e ampliação de espaço na sindicalização.

Evidenciamos o que as participantes apresentaram sobre o motivo da sindicalização, contudo, podemos concretizar que o convite de alguma pessoa que já esteja atuante no movimento sindical é o fator determinante, colaborando com alguma forma de motivação pessoal, seja de um membro da família, pelo exemplo, a busca de serviços ou outro fator específico.

A partir do convite, cada liderança desempenha a caminhada de forma própria dentro do contexto coletivo. Promover um estudo sobre a sindicalização, participação, representatividade e politização das mulheres, apontando construções é diferente de narrar fatos históricos ou revisar bibliografias justamente, por cada um saber os ganhos e as percas para chegar ao ponto em que estão. Mas trazemos para este estudo a partir das entrevistadas o fator que fizeram chegar onde estão na militância do movimento sindical rural é a propiciar-se um pouco do êxito da luta destas mulheres que representam as demais protagonistas das próprias histórias.

Desta forma, acreditamos ser importante tecer sobre a visão das lideranças entrevistadas o que ocasionou chegarem na posição que se encontram dentro do movimento sindical, que abordaremos a seguir.

Sentimentos próprios emanam para ações diárias à medida que se faz o caminho, conforme relatou a entrevistada: “Acredito ser minha força de vontade e determinação de fazer o que acredito ser importante”. (Liderança de número 1).

Os espaços ocupados, à medida que contribuem com experiência e maturidade mobilizam a realizar ações em benefício a outras mulheres:

Foi uma caminhada, primeiramente com a juventude trabalhadora rural e depois com as mulheres. Me reconheci em ambos espaços, bandeiras. Em 2019 fui eleita a 1º mulher vice-presidente do Sindicato que já tinha mais de 55 anos. A partir deste momento comecei a trabalhar também com mulheres no Sindicato e deste 2021 realizamos 4 encontros com mulheres em nossa abrangência, alcançado mais de 200 mulheres/ano nos chamados "Café com as Agricultoras. (Liderança de número 2).

Para ocupar uma posição de destaque enfrentar desafios é um ingrediente comum, mas novamente apresenta-se o perfil atrelado a construção da coletividade e do papel de liderança:

Sempre fui muito envolvida em "causas coletivas", fui líder de turma de escola desde pequena, participei de grêmio estudantil e cooperativa escolar. Quando concluí o curso técnico em agropecuária retornei para casa, foi o momento que fiz meu talão de produtora e me associei ao sindicato, no mês seguinte o presidente me convidou para uma reunião, quando participei dessa eu já me apaixonei, desde então não larguei mais o movimento, foi aí que muitos associados também me motivaram à me candidatar à presidente da entidade para fortalecer o lado social, uma surpresa que tive, pois imaginava que o

preconceito seria maior do que o apoio, mas para felicidade tivemos 98% dos votos favoráveis a chapa da diretoria na eleição, isso mostra que mesmo com o preconceito com as mulheres e com a juventude, em um mundo conservador as pessoas entendem a importância do processo de renovação e também das mulheres ocuparem os seus espaços. (Liderança de número 3).

Para vislumbrar uma posição de destaque é preciso que oportunidades sejam oferecidas e conseqüentemente ocupadas, a partir disto, outros caminhos surgem dentro do próprio movimento, que rumam a novos espaços, os quais se ocupados são uma oportunidade de exercer a representatividade:

O movimento sindical foi me oferecendo espaços e oportunidades, já no início no segundo mês de associada me tornei coordenadora municipal das mulheres trabalhadoras rurais e na sequência coordenadora regional das mulheres trabalhadoras rurais da regional sindical Missões II, tomei da “cachaça do movimento”, ocupei espaços de representação de gênero, tive oportunidade de formar e trazer novas mulheres líderes que também passavam vários tipos de problemas e que hoje se destacam em vários setores da sociedade e do MSTTR. Também foi através da liderança que tinha no sindicato que fui eleita vereadora por dois mandatos e por consequência assumi a presidência da mesa diretora por duas vezes sendo a única mulher até hoje que exerci esse papel aqui no município. (Liderança de número 6).

Pudemos apreciar nas falas das lideranças desta pesquisa, quando indagadas sobre o que foi determinante para chegarem à posição de destaque em que estão, há certa centralidade sobre oportunidades, e a ocupação dos espaços que surgem no percorrer do caminho. Ademais, é uma construção própria que reflete a realidade vivenciada dentro do movimento sindical, não há uma trajetória progressiva. Cabe frisar que algumas regionais não possuem atividades organizadas da Comissão de Mulheres de forma a despertar a militância e a liderança feminina, o que provavelmente impacta no surgimento e participação de novas mulheres no movimento.

Entretanto, para o alcance de posições de liderança, representação ou destaque para as mulheres, ainda é necessário superar paradigmas, preconceitos, julgamentos e incertezas, como já trazemos apontamentos. nem sempre ocorre de forma tranquila. Almejar posições de liderança e atuação dentro do movimento sindical pressupõe que é ocupar um lugar que já está ocupado. Com esta constatação prévia questionamos qual a principal dificuldade e/ou desafio para a participação enquanto mulher no movimento dos trabalhadores rurais.

De imediato surge sobre a necessidade que há de a mulher a todo tempo ter que provar capacidade para o exercício da liderança e da atuação:

Um dos maiores desafios que enfrentei foi o de ter que provar o tempo todo que a mulher tem capacidade igual ou muito maior que o homem, a questão

do machismo por parte de homens e mulheres, a aceitação do meu crescimento pessoal por parte do meu ex-marido...não era mais só a Claudete esposa que cuidava do lar da lavoura, da horta dos filhos, tinha conseguido abrir as asas, ele nunca aceitou. (Entrevistada de número 6).

Demonstramos diversos avanços e conquistas das mulheres dentro do movimento sindical rural, FETAG-RS, no entanto, o machismo e patriarcalismo ainda são entendidos como desafio e dificuldade: “Desafio é sempre mostrar que sabemos e podemos fazer, ser mulher ainda é complicado dentro de um meio tão patriarcal e machista, todos os dias somos colocadas em prova. (Entrevistada de número 1).

As diretorias dos sindicatos formam uma equipe representativa, mesmo sendo uma equipe não significa que há concordância quanto a participação da mulher. Os espaços delegados as mulheres são diferentes quando a participação é mista: “A falta de espaço e o machismo de alguns homens diretores. Mas isso nunca me fez desistir, pelo contrário me dá mais energia e vou para o debate e enfrentando sempre baseada em muitos argumentos e dados. (Entrevistada de número 4).

Ainda há muitos embates vividos pelas mulheres, mesmo com maior ocupação de espaços, há um clima de disputa em que seguidamente é necessário justificar a posição que ocupam. O preconceito, o machismo e as desigualdades de gênero ainda permeiam as relações dentro do movimento sindical, conforme apresentaram as lideranças, estes fatores impactam na participação e atuação das mulheres. Apesar de não nos atermos as especificidades do gênero importa apontar que a discussão de gênero ainda é uma pauta delicada dentro do movimento sindical rural e que precisa ser analisada com mais veemência.

A organização coletiva é uma forma de enfrentar situações como as elencadas acima, como formas de minimizar as dificuldades que podem desmotivar mulheres a participarem de grupos mistos. A Comissão Estadual de Mulheres dos Trabalhadores Rurais é uma ferramenta de fortalecimento e preparação para que as mulheres possam ocupar espaços mistos. É sobre a CEMTR que seguiremos nossa pesquisa.

#### 5.4. A COMISSÃO ESTADUAL DE MULHERES TRABALHADORAS RURAIS COMO FERRAMENTA DO PROTAGONISMO FEMININO

Já apresentamos a construção histórica da Comissão Estadual de Mulheres na Federação Estadual, agora teceremos enfoques quanto o papel e o objetivo pleiteado pelas Comissões de Mulheres a partir da óptica dos participantes desta pesquisa acadêmica.

A comissão é uma instância organizativa dentro da Federação que oportuniza a participação de coordenadoras regionais em reuniões bimestrais junto à sede da entidade. As reuniões são formas de articular proposições específicas das mulheres dentro do movimento

sindical, levantar suas bandeiras de luta, além de oportunizar formações para que as representantes possam disseminar os conhecimentos adquiridos na regional e de âmbito municipal.

**Figura 1: Reunião da Comissão Estadual de Mulheres (Sede FETAG-RS, nov. 2022)**



Fonte: arquivo FETAG-RS.

A comissão além de participar e elucidar pautas específicas, torna-se conexão da entidade estadual com a base, ou seja, as associadas que estão nos municípios, tendo a responsabilidade de orientar outras mulheres, como apresentado pela assessora estadual da comissão sobre o papel da comissão junto ao movimento sindical: “De contribuição e

participação junto a diretorias dos sindicatos. De estar na base, nos municípios que tem sindicato, esclarecendo, orientando todas as mulheres agricultoras familiares”. (Assessora da CEMTR).

O presidente da federação, apresentou sua visão sobre o papel da comissão estadual de mulheres, e reflete sobre a importância das políticas de desenvolvimento:

É de organizar a participação das mulheres nos sindicatos, colaborar com as pautas as lutas e junto fomentar políticas de desenvolvimento rural para melhorar a vida das pessoas e para ocupar o espaço de decisão de igual para igual com os homens. (Presidente da FETAG).

Torna-se importante apresentar o ângulo das lideranças sobre o papel da comissão, afinal elas atuam diretamente com a organização e/ou na participação em âmbito regional, municipal ou estadual. Quando da atuação enquanto coordenadoras regionais, desempenham atitudes de organizar atividades no espaço que estão inseridas:

Como coordenadora tenho que estar acompanhando, sugerindo e instigando todas as mulheres dos demais municípios a ocupar seus diversos espaços, propor e promover ações nas diversas localidades do interior de seus respectivos municípios. Enquanto coordenadora realizamos encontros mensais onde são repassadas as orientações informadas diversos. Organização do Encontro Regional de Mulheres Trabalhadoras Rurais que sempre ocorre no dia 8 de março de cada ano em um município diferente da nossa regional. (Liderança de número 4).

Ainda, dentre os múltiplos papéis desempenhados por mulheres lideranças está o de promover a união de todos os sujeitos envolvidos e ser um agente comunicador:

A comissão de mulheres dentro do movimento sindical tem um papel fundamental, para agregar cada vez mais todos os membros da família, dentro da organização, a comissão de mulheres é o elo necessário para levar e trazer informações que vão mudar a vida de todos é muito importante no sentido de propagar o que já foi feito e o que precisamos fazer pra podermos continuar fortes e organizados. (Entrevistada de número 1).

As atividades formativas surgem em vários momentos como importante, e a partir da organização de mulheres é possível trabalhar diversas temáticas buscando a qualidade de vida no campo, conforme relata a entrevistada de número 2:

Organizar e fortalecer os movimentos de mulheres e mulheres trabalhadoras do campo, através de eventos, atividades e cursos de formação. Trabalhando diversos temas e levantando bandeiras de luta para que todas sejamos livres, com vida digna no campo, com espaço, vez e voz. (Liderança de número 2).

Buscamos entender sob o ponto de vista das lideranças, para além do papel da comissão, qual é o objetivo ao organizar as mulheres de forma coletiva dentro do movimento sindical. Entender o que buscam enquanto lideranças e o que esperam de resultados frente a organização de gênero se torna um aspecto relevante para a construção deste estudo.

Apontamentos sobre a busca do protagonismo feminino e a forma que este pode contribuir para fazer a diferença na sociedade quanto ao reconhecimento do trabalho das mulheres na sociedade:

Que essas sejam protagonistas enquanto mulheres e façam a diferença nas vidas das demais mulheres e sociedade. E passam a buscar e reivindicar seus direitos e acesso as mais variadas políticas públicas. E principalmente tornar o trabalho destas mulheres visíveis pra toda a sociedade, pois o trabalho das mulheres rurais passa invisível muitas vezes e não tem o devido reconhecimento. (Entrevistada de número 5).

O papel das comissões de mulheres também é estreitar os laços com a base, sendo uma forma de verificar os anseios vividos no meio rural e fomentar a ocupação de cargos de liderança para que a expressão do coletivo seja uma forma de ganhar força na luta por pautas específicas:

Dialogar com a base é sempre muito importante, pois é neste espaço que estamos mais próximos dos problemas sentidos e vividos. Por isso o maior objetivo é estar próximo, dialogar, trabalhar a auto estima, empoderar e ocupar cargos de liderança, e assim, juntas lutarmos por nossas bandeiras. (Liderança de número 3).

Intensifica-se o olhar sobre a transformação da sociedade, angariar a autoestima das trabalhadoras rurais, sendo este o objetivo ao organizar as mulheres trabalhadoras rurais e sindicalizadas, reconhecendo a importância da mulher na história da sociedade, conforme relata a liderança 6:

Fortalecer a luta pela transformação na sociedade, que a mulher trabalhadora rural aprenda a valorizar-se e ter um espaço onde tenham voz, participem consigam levantar propostas, apresentem dividam e somem seus saberes, sabores e culturas, elencando elementos para o fortalecimento da agricultura familiar e geração de renda que ajuda também na autoestima das mesmas. Precisamos ser protagonistas da história que ajudamos a construir. (Liderança de número 6).

Importa tecer, mediante os relatos levantados para esta pesquisa podemos entender na visão das mulheres participantes que o papel da Comissão de Mulheres e o Objetivo de organizar mulheres sindicalizadas é de despertar nas próprias mulheres o empoderamento necessário para mobilizarem outras mulheres a ocuparem espaços e assim, transformarem a

sociedade. Vejamos, há um trabalho que está focado nas mulheres, de modo que elas se sintam preparadas para buscar a mudança na sociedade.

Notamos ainda que nas falas surgem que a partir da valorização, empoderamento e fortalecimento das mulheres é possível articular pautas, políticas públicas e ocupação de cargos/posições na sociedade por parte das mulheres. É sobre preparar as mulheres para enfrentar as dificuldades e desafios que a sociedade impõe para sua participação e desta forma, conseguir alcançar espaços e atuações representativas. Cabe, apreciar como as mulheres do movimento sindical rural, a partir da FETAG-RS, ocupam outros espaços além do movimento sindical.

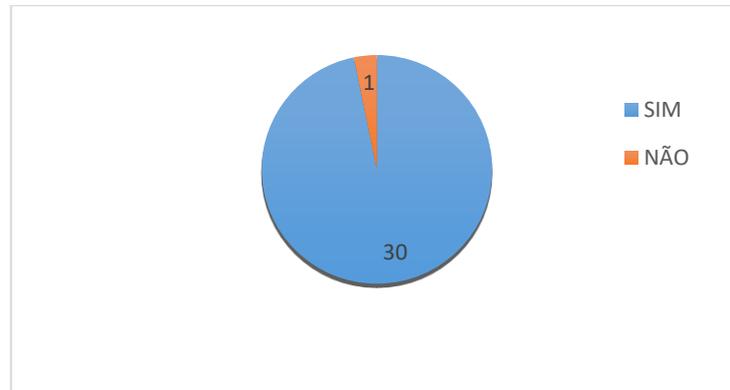
## 5.5. A POLITIZAÇÃO DAS MULHERES SINDICALIZADAS E A ATUAÇÃO NA SOCIEDADE CIVIL

Com o que foi verificado até o momento, a politização das mulheres para além do movimento sindical é visto como uma consequência do empoderamento feminino, não sendo um objetivo ao organizar as mulheres coletivamente em comissões específicas. No entanto, as participantes apontaram para perfil de mulheres participativas, comunicativas e empoderadas que já desempenhavam ou desempenham papel coletivo e/ou de liderança em outros espaços.

Verificar se as integrantes da CEMTR e as lideranças participantes atuam em outros espaços da sociedade importa para apreciarmos se a politização das mulheres ocorre de forma plena e quais espaços permeia. A participação feminina em espaços deliberativos e construtivos da sociedade civil organizada, ampliou nas últimas décadas, seja por políticas de cotas, e/ou pela organização coletiva e solidária em consequência a anseios em comum.

Quando apontamos para um cenário de gênero misto, a incorporação das mulheres ocorre entre adversidades, de forma que muitas mulheres podem sentir-se desmotivadas e despreparadas ao ocuparem cargos de liderança e representação. De tal forma, buscamos saber se aspectos citados e apresentados como ferramentas de encorajamento e preparação surtem resultados, e as mulheres estão presentes em espaços diversos. Entender se a participação de mulheres sindicalizadas em outros setores da sociedade reflete na disseminação e atendimento da pauta rural, é um dos aspectos que teceremos a seguir.

Para compor dados importantes sobre a participação das mulheres centro desta pesquisa, as questionamos sobre participarem de outras entidades, associações, cooperativas, comunidades e/ou conselhos. Tendo o dado a seguir:

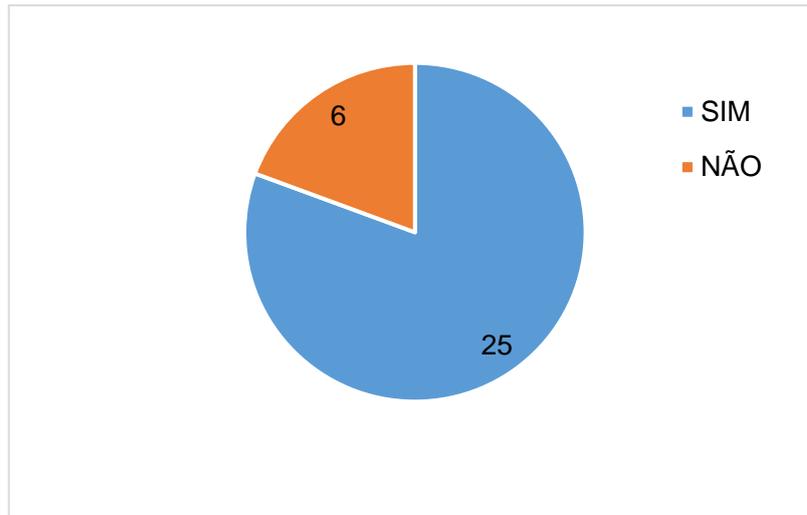
**Gráfico 8: participação das coordenadoras regionais em outras entidades**

Fonte: criação da autora

Vejamos que das 31 participantes que compõe a CEMTR apenas uma delas não desempenha atuação em outra entidade fora do movimento sindical, de modo que a politização das mulheres é expressiva. Nos inquietou saber quais são os espaços que as mulheres exercem representatividade a partir do movimento sindical rural, sendo: conselhos de saúde, agricultura, assistência social e de direitos das mulheres. Mas há também a presença em igreja, comunidades, cooperativas de crédito e de produção e associações diversas; houve outras indicações de menor expressão que também atuam, como piquetes e clube de mães.

Construindo ainda dados sobre a politização das mulheres, torna-se importante apresentar se a participação das mulheres em outros espaços se dá ocupando cargos de liderança, ou tão somente sejam representação do gênero. Vejamos como se quantifica este dado:

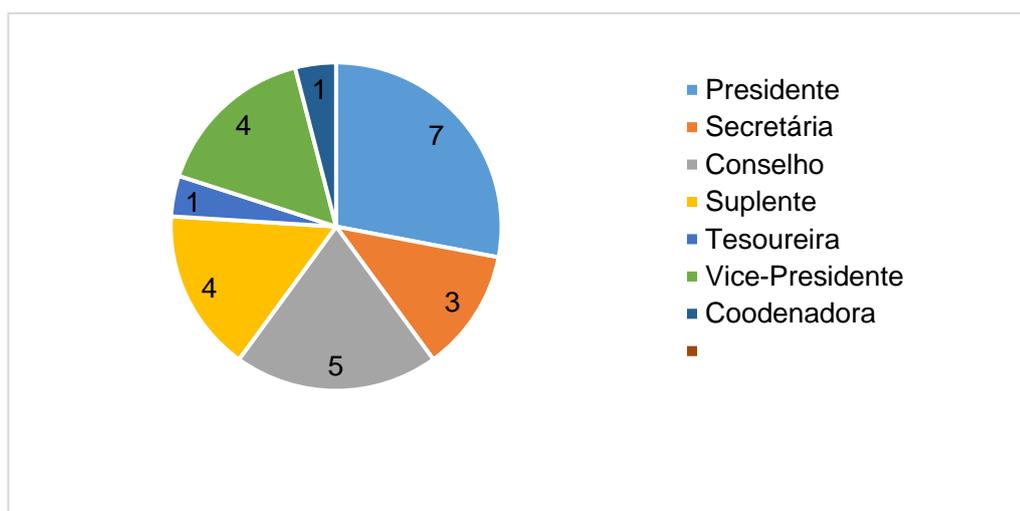
**Gráfico 9: papéis de liderança em outras instâncias**



Fonte: elaboração da autora.

Conseguimos apreciar que das 31 mulheres, 25 delas ocupam cargo de liderança dentro de algum ou mais espaços que estão inseridas. Mas quais são estes cargos? Eles têm expressão dentro da entidade? Para visualizar melhor este cenário separamos os cargos ocupados pelas 25 que possuem cargo de liderança, cabe frisar que os questionamentos se deram para além do movimento sindical, é sobre outras instâncias da sociedade civil organizada:

**Gráfico 10: Cargos ocupados pelas lideranças que ocupam outros espaços além do movimento sindical**

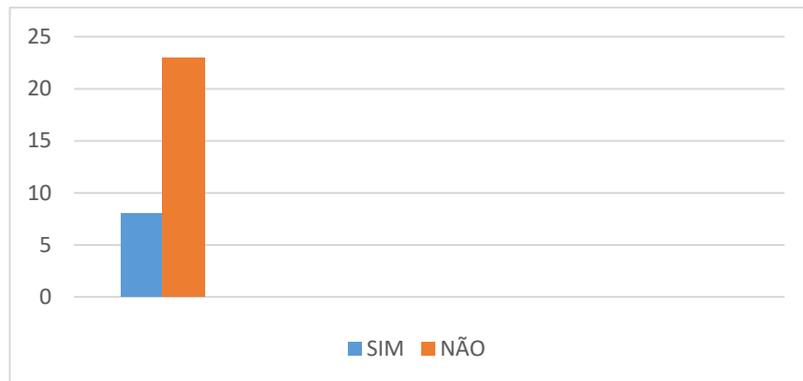


Fonte: elaboração da autora.

Constata-se a partir do gráfico acima que os cargos ocupados pelas lideranças são multifacetados, o cargo de presidente está representado por sete mulheres, o que analisado reflete o decenário de representatividade e protagonismo feminino.

Ampliamos nosso olhar sobre outro cenário que evidencia muitas divergências quanto a participação feminina, o cenário político partidário e de cargos eletivos, justamente por ser um cenário em que cotas foram necessárias para oportunizar a participação feminina. Vislumbramos quantificar a politização das lideranças que compõe a comissão estadual de mulheres da FETAG-RS a partir de cargos eletivos e partidos políticos. Indagamos as coordenadoras regionais que compõe a Comissão Estadual se são filiadas algum partido político, vejamos como se moldou este dado:

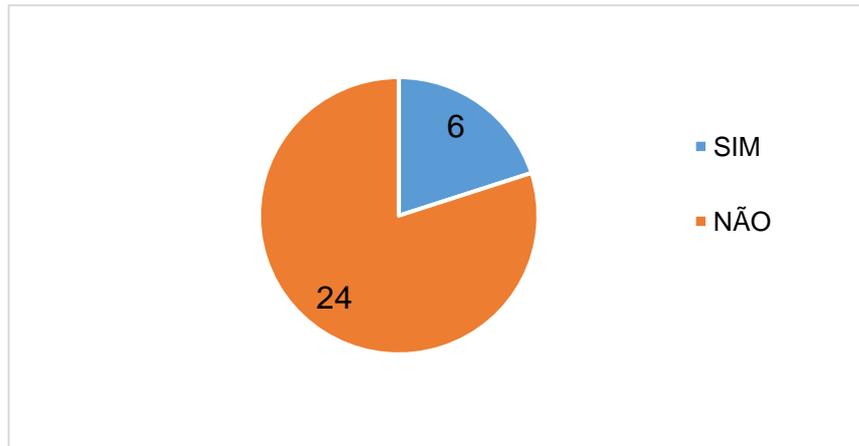
**Gráfico 11: Filiação partidária das entrevistadas**



Fonte: criação da autora

O resultado é de que 8 mulheres das 31 entrevistadas, são filiadas algum partido político, avançamos indagando quantas mulheres já concorreram algum cargo eletivo. Obtendo que 6 mulheres já disputaram eleições para cargos eletivos sem especificar a modalidade, mas entre as opções de vereadora, prefeita, vice-prefeita, deputada ou conselheira tutelar, como vemos abaixo:

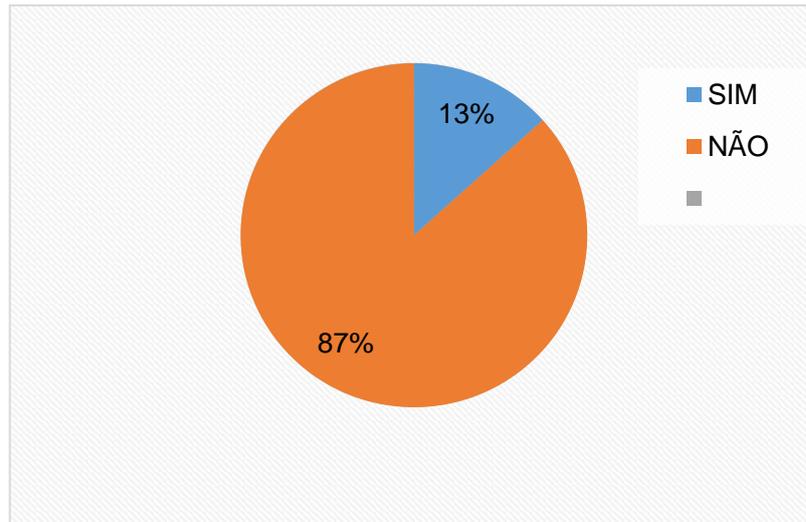
**Gráfico 12: Cargos eletivos (tentativa) pelas entrevistadas**



Fonte: criação da autora

Apesar do número de filiadas ser pequeno, ainda questionamos se as participantes tem o interesse de disputar algum cargo eletivo, pois, acreditamos que a política partidária pode ser uma das ferramentas elencadas para o atendimento das pautas do movimento sindical rural de mulheres. Vejamos:

**Gráfico 13: Cargos eletivos (pretensão futura) pelas entrevistadas**



Fonte: criação da autora

Apenas 4 mulheres afirmaram terem a intenção de disputar algum cargo político, o que é um número relativamente baixo e não alcança nem mesmo o valor das que possuem filiação partidária.

Consideravelmente os números trazidos apontam que a participação política não tem grande expressão na atuação e nos anseios das mulheres da CEMTR, sendo uma área sensível dentro dos trabalhos das lideranças feminina.

No entanto, não é somente o campo da política que permeia a representação das mulheres do movimento sindical, atentamos a considerar a participação em outros setores da sociedade civil organizada, já que os gráficos 8 e 9 mostram que as mulheres participam em outros setores. Primamos com as participantes que compõe o grupo 2, em ser questionar o objetivo que ocorre a representação da pauta das mulheres sindicalizadas e/ou a pauta das mulheres rurais em alguma instância fora do movimento sindical rural.

A ocupação de espaços é evidenciada como importante, principalmente por a mulher do campo ter suas especificidades e que a partir do momento em que estão representadas, os olhares ampliam-se para além da mulher urbana:

Eu participo do Conselho Municipal do Direito da Mulher e do Comitê Mulher da Sicredi Pioneira, buscando nos fortalecer de maneiras diversas para trabalhar com as mulheres do Movimento Sindical. Além de, principalmente considerar importante que nós agricultoras ocupemos este espaço, que na maioria das vezes é ocupado somente por mulheres urbanas. Gostaria de dizer que atualmente estou Rainha do Folclore Alemão, o evento maior e representa o meu município (já fui soberana de outros dois eventos do interior), e também considero isto muito importante. Mulheres agricultoras também devem ocupar este espaço, divulgando para sociedade e mídias de que na agricultora temos além de tudo mulheres capacitadas, inteligentes e lindas. (Liderança de número 2).

Em outros espaços há oportunidade de inserir a pauta específica das mulheres rurais, e uma das participantes traz um comparativo entre o sindicalismo e o cooperativismo, demonstrando que ainda há espaços em que não se tem políticas de gênero:

Fora do movimento sindical sou coordenadora de núcleo da Sicredi Pioneira, a qual defendo a pauta da juventude rural e das mulheres rurais. As mulheres devem estar inseridas em diversos espaços, cooperativismo ainda é um ambiente muito machista em suas diretorias, ainda não avançamos tanto quanto no sindicalismo, mas precisamos nos preparar para também ocupar esses espaços. (Participante de número 3).

Apesar da política partidária ter uma expressão pequena entre as coordenadoras regionais, umas das nossas participantes abordou sobre a necessidade e importância da representação política:

Fora do movimento então participo de conselhos municipais e estaduais, representação política. E assim levo a pauta das agricultoras do movimento sindical e sou um elo de comunicação entre o movimento e esses outros espaços. Acredito que esses espaços são importantes para levar nossas pautas e reivindicar para os agricultores e agricultoras um espaço de fiscalização dos recursos públicos e que na maioria das vezes se não estivermos atentos o meio rural fica fora das pautas e da aplicação de recursos. (Participante de número 4).

Dentre as atividades do movimento sindical, a partir da comissão estadual de mulheres, há oportunidades de formação e preparação em torno das atuações das mulheres no cenário sindical e demais ambientes de representação. Buscamos atender a necessidade de registrar se na visão das lideranças se, a organização das mulheres trabalhadoras rurais fomenta a ocupação das mulheres sindicalizadas em outros espaços da sociedade.

Aponta-se nesta tangente, a formação como um método eficaz para preparar as mulheres, neste caso, a serem lideranças em diversos espaços, posto isto colocamos em análise com as participantes se, a organização das mulheres trabalhadoras rurais fomenta a ocupação por parte das mulheres sindicalizadas em espaços diversos de liderança:

Com certeza, os cursos de formação de lideranças do nosso movimento sindical preparam os indivíduos a serem líderes, não necessariamente presidentes de sindicato. Esses demais espaços precisam da nossa atuação, pois sem ter comunidades fortes acaba sobrecarregando o sindicato com demandas desnecessárias ou com objetivos e demandas individuais e não coletivos. (Liderança de número 3).

A trabalho coletivo acena como uma forma de fortalecer individualmente cada uma das mulheres, através dos exemplos compartilhados há uma motivação para rumar ao empoderamento e protagonismo:

Tenho certeza que sim, a organização de mulheres nos sindicatos, na regional e na comissão estadual nos mostra e nos encoraja a partir de exemplos... vemos muitas mulheres que possuem uma grande atuação na comunidade, nos seus municípios. Entendemos que as mulheres podem chegar onde desejam, apesar de enfrentar desafios bem mais complexos que os homens, mas é a partir de um trabalho de conscientização que as mulheres são preparadas para romper essas barreiras impostas pela sociedade... há um incentivo para que as mulheres se sintam capazes. O movimento sindical vem cada vez mais batendo em cima da questão de gênero, precisamos falar sobre isso para as mulheres para que acreditem umas nas outras. (Liderança de número 5).

Enquanto a política partidária é entendida como lacuna no movimento sindical, em contrapartida, há uma atuação por parte das mulheres em espaços mais comunitários:

Acredito que as mulheres ocupam os espaços mais nas comunidades, conselhos e escolas...só que nos poderes é pouca a participação das mulheres como um todo...tem as cotas, mas os espaços são restritos e disputados pela questão do machismo, temos cotas mas não temos cadeiras garantidas há muita violência de gênero na política. Ainda não fomos despertadas dentro do movimento sindical para a importância da atuação das mulheres na política como forma de atendimento de nossas demandas. (Liderança de número 6).

Contudo, vemos que mesmo sendo lideranças antes do movimento sindical a partir do momento em que tornam-se sindicalizadas e militantes as mulheres atuam em outros espaços como representação do sindicalismo rural. No entanto, há espaços em que a participação da mulher não tem a preocupação que tem dentro do movimento sindical, mulheres estão presentes mas se tem um trabalho específico para despertar ou aprimorar nas mulheres o senso de liderança.

Nos inquietou saber se ocorre um trabalho específico para incentivar a participação das mulheres em outras instâncias e assim evidenciar a pauta das mulheres agricultoras/trabalhadoras rurais. Nos estimulou avaliar se há ligação do movimento sindical rural com o bom índice de participação das lideranças participantes em outras instâncias da sociedade.

A importância de trabalhar a saúde mental e despertar nas mulheres o empoderamento, são apontados por uma das lideranças: “Se trabalha bastante a autoestima e empoderamento feminino, para que as mulheres possam sentir-se preparadas para ocupar seus espaços”. (Liderança de número 3).

As regionais tem um papel centralizador de ações, que oportuniza ampliar o número de beneficiadas das formações realizadas pela FETAG-RS, no entanto, algumas regionais desenvolvem trabalhos pioneiros para fortalecer o movimento de mulheres e a participação

feminina, e alguns casos rumando para temas importantes dentro do cenário específico da regional:

Quanto ao trabalho específico temos aqui na nossa regional o projeto ARTE DE CRIAR E RECRIAR NO MOVIMENTO SINDICAL, que abrange 11 municípios da regional sindical missões II, hoje desenvolvido com 17 grupos contemplando mais ou menos 400 mulheres onde se proporciona todos os tipos de fomento em relação ao papel da agricultora familiar, pecuarista familiar, mulher trabalhadora rural, o papel e a importância da mulher em todos os espaços da sociedade da questão da representatividade de gênero e geração e a produção orgânica. (Liderança de número 6).

O trabalho da Comissão Estadual ocorre de várias formas e com temáticas diferentes, pautadas em bandeiras de luta e reivindicações, no entanto, a partir da visão de uma liderança o fomento para que mulheres ocupem de fato cargos de lideranças, não ocorre diretamente, mas a partir de formações prepara a mulher para estes cenários:

Na Comissão Estadual de forma direta e específica não, nas entrelinhas e indiretamente sim, acaba sendo incentivando e encorajando as mulheres a ocuparem outros espaços através das formações realizadas. Mas sabemos que algumas regionais vêm desenvolvendo projetos específicos de liderança feminina, um trabalho mais voltado ao gênero. (Liderança de número 5).

A partir deste panorama vemos a participação das mulheres fora do movimento sindical, de que forma e em qual nível o movimento atua para consolidar esta participação. Apuramos como as próprias lideranças enxergam essa atuação e quais as lacunas que ainda inquietam as participantes. Destaca-se que a formação se torna um evento importante para preparar a atuação e a liderança das mulheres. O trabalho coletivo é um diferencial para o empoderamento e busca da participação feminina. Neste sentido, a coordenadora estadual reflete sobre a caminhada das mulheres nas mais diversas esferas:

Estamos a 38 anos de luta no RS para efetivação da participação efetiva das mulheres nos espaços de poder e decisão nas diversas esferas políticas, creio que estamos aos poucos avançando neste sentido. Mas, precisamos de mais mulheres inseridas no movimento sindical e nos espaços de decisão. Há muitas mulheres ainda no anonimato, esquecidas e desvalorizadas. (Coordenadora Estadual de Mulheres da FETAG-RS).

Ela apresenta seu apontamento sobre a contribuição da comissão estadual de mulheres para a politização das mulheres participantes:

A partir da valorização de cada sujeito olha do para sua identidade, sua história, da vivência e da experiência de cada uma delas. Neste sentido elas se sentem empoderadas para lutar por aquilo que acreditam em defesa da

vida, do direito do seu corpo, por igualdade de gênero, pertencimento das ações do MSTTR. (Coordenadora Estadual de Mulheres da FETAG-RS).

A atuação fora do movimento sindical pode ser considerada uma ferramenta para a ampliação e disseminação da pauta das mulheres trabalhadoras rurais, sendo que na maioria ocupam cargos a partir da representatividade que exercem nos Sindicatos. Analisamos que os benefícios quanto as formações e vivências contribuem para o empoderamento e protagonismo feminino, e a partir destes fatores é que se alteram as relações sociais, possibilitando a verdadeira construção da sociedade que se almeja.

Na medida que constroem as relações as mulheres vão se identificando com pautas e bandeiras, contribuindo para a idealização, ao longo dos anos os anseios e pautas das mulheres modificaram-se o que as mulheres pautam atualmente no movimento sindical rural, é uma temática significativa para que o enredo da construção tenha significado.

## 5.6. PAUTA DAS MULHERES DO MOVIMENTO DAS TRABALHADORAS RURAIS

É importante destacar quais são as pautas do movimento de mulheres trabalhadoras rurais e verificar se estão atreladas a categoria trabalhadora ou a questões de gênero. Percebe-se que o movimento das mulheres rurais possui uma particularidade, as pautas pelas quais lutam são variadas. Além daquelas próprias da agricultura, suas próprias bandeiras de luta, percebem-se como único sujeito a estar presentes nas demais reivindicações.

Aliás, Schaaf (2002), refere que “o jeito como as agricultoras deram expressão e forma à sua “luta” surgiu de um processo complexo entre significados culturais da categoria e limites impostos pelo sistema político” e que “a estrutura baseava-se nos princípios da participação direta, da vida cotidiana e do pragmatismo das agricultoras rurais” (SCHAAF, 2022).

Notamos nas falas destas mulheres que os temas feministas e/ou de gênero se tornam mais importantes na medida em que outras demandas vão sendo superadas. O movimento sindical vem se transformando à medida que a sociedade muda, os anseios das mulheres trabalhadoras rurais também são outros. De tal forma que as necessidades dos agricultores e das mulheres mudaram, necessitando que a entidade representativa repense suas ações.

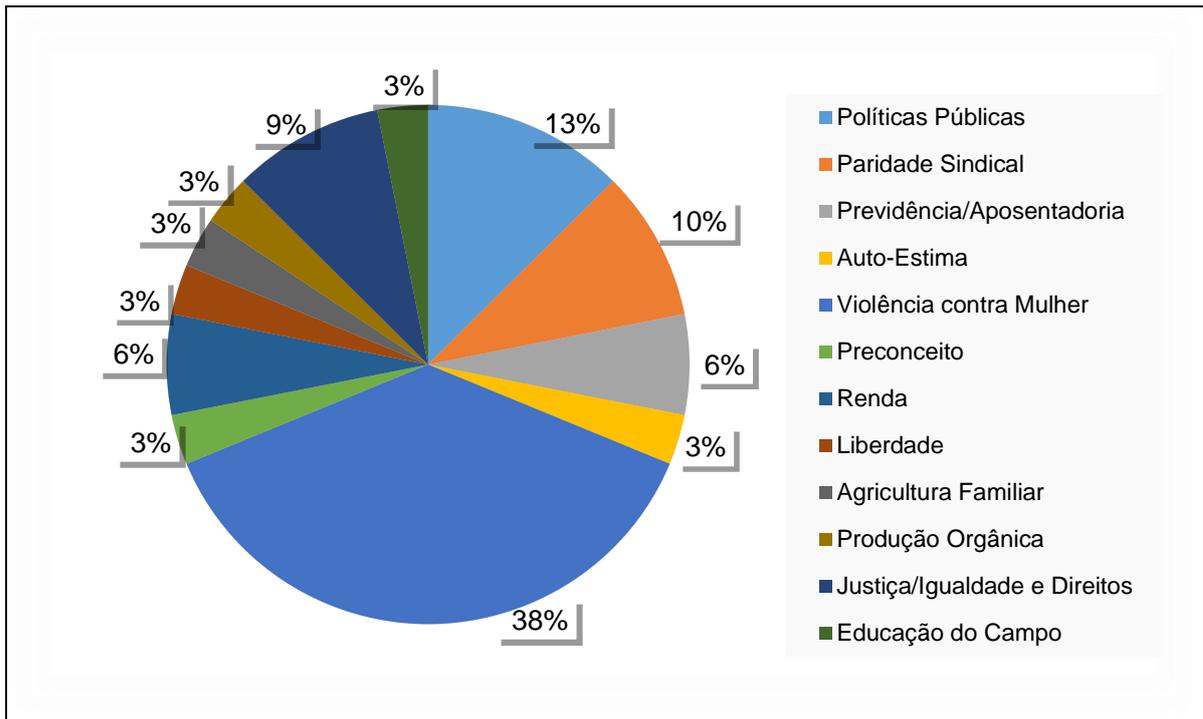
Indagando a assessora estadual que está há mais de uma década na função, sobre pauta de luta e reivindicação da Comissão Estadual de Mulheres que mais reflete a contemporaneidade, notamos que mesmo com avançar da atuação da mulher, a pauta ainda está para o papel da mulher na sociedade: “O papel da mulher Agricultura Familiar. Sua valorização junto a sua família, o papel dentro do movimento sindical, a mulher na política e na universidade. (Assessora Estadual da Comissão de Mulheres).

À medida que a sociedade começa a enfrentar problemas sociais específicos do gênero, torna-se uma pauta de enfrentamento e reivindicação da Federação Estadual e também na conjuntura nacional, as pautas são construídas coletivamente. No entanto, anseios específicos das mulheres e questões de gênero não estão contemplados na pauta geral do movimento, exceto o cumprimento das cotas estatutárias, mas as Comissões de Mulheres atuam com todas as pautas do movimento sindical (jovens, educação do campo, aposentados, entre outras). Então, nos inquieta dissertar se as questões de gênero e principalmente o preconceito quanto ao gênero deveria tornar-se uma pauta geral, de como que formações fossem feitas para que o ambiente machista e patriarcal pudesse ser alterado.

Como já apontado as mulheres estão presentes nos diversos espaços do movimento sindical, bem como representam o movimento em outras instâncias levando a pauta das mulheres do campo, mas qual é atualmente a pauta que define a atuação da Comissão Estadual de Mulheres da FETAG-RS e que as mulheres sentem identificação, é sobre este contexto que teceremos este último subcapítulo.

Buscamos com as integrantes da CEMTR qual é a principal pauta d movimento sindical rural, na opinião delas, primeiramente notamos que elas não identificaram apenas uma, cada uma das participantes apontou mais de uma bandeira de luta. Em seguida, verificamos que não há consenso sobre qual é atualmente a bandeira que identifica a atuação das mulheres sindicalizadas, reforçando nossa visão de que a apropriação do trabalho realizado como parte integrante da comissão de mulheres refere-se mais a caminhada individual do que a uma construção homogênea coletivamente. Vejamos as pautas das mulheres a partir do gráfico abaixo:

#### **Gráfico 14: Pautas das mulheres entrevistadas.**



Fonte: criação da autora

Dentre as bandeiras de discussão e luta, há uma grande expressão no item sobre a violência contra a mulher ou violência de gênero. Esta seria a pauta com maior preocupação por parte das mulheres e se relaciona estritamente ao gênero, assim como a paridade sindical, autoestima e preconceito. Os demais itens englobam a luta conjunta realizada pelo movimento dos trabalhadores rurais. A violência contra a mulher que corresponde ao maior percentual compõe também, os novos movimentos sociais compondo a pauta feminista do século XXI e já foi apontado neste estudo como um fator impeditivo para a participação da mulher e algumas participantes trouxeram que a inserção no movimento as libertou da violência doméstica, há de apontar que a violência já compôs a pauta da Marcha das Margaridas.

Apreciadas as pautas, nos inquietou saber quais são as medidas adotadas para o atendimento das demandas, de que forma são viabilizadas a partir da organização e preparação das lideranças para que se tenha êxito e novas pautas surjam à medida que outras são vencidas. Ademais, visualizamos que atuar com articulações compõe o sujeito político e a politização das mulheres:

Justamente é por isso que devemos estar ocupando todos os espaços possíveis, só assim conseguiremos ampliar o debate sobre as pautas específicas das mulheres trabalhadoras rurais... precisamos buscar preparar as mulheres para ocupar cargos de liderança e que quando ocupem estejam preparadas para articular a favor das demandas das companheiras e que possam melhorar a realidade no meio rural. (Liderança de número 5).

Ocupar espaços além dos que estão atrelados ao movimento sindical é elencado como uma forma de buscar o atendimento das pautas das mulheres:

Movimento Sindical é para isto, o trabalho das mulheres rurais, passa despercebido pela sociedade, visamos que essas possam ocupar os mais diversos espaços e não soa ficar na produção, cuidados da casa e dos filhos. A partir da inserção dessas nos mais espaços participativos de formação vamos abrindo espaços e nossas bandeiras de luta e reivindicações são atendidas e a organização das mulheres trabalhadoras rurais é uma ferramenta para termos nossas reivindicações atendidas. (Entrevistada de número 4).

A organização em si, torna-se uma forma de buscar o atendimento das pautas das mulheres rurais, é disseminando a pauta que mulheres e seus anseios são reconhecidos:

Temos as organizações nos municípios com as comissões e grupos de mulheres formados, comissão regional, comissão estadual, comissão nacional, aqui na regional Missões II, temos o fórum regional das Margaridas missioneiras, a nível nacional temos a Marcha das Margaridas maior evento de mulheres na última marcha reuniu cem mil mulheres. (Liderança de número 6).

Vejamos novamente, o papel dos processos formativos, que atuam para preparar as mulheres para ocuparem espaços, serem protagonistas e estarem empoderadas sobre onde desejam estar e chegar, trata-se não somente da busca coletiva, mas muito mais do individual:

Esta é a missão dos processos formativos do movimento sindical, municipais, regionais, estaduais e principalmente os de foco em mulheres agricultoras, precisamos estar preparadas para sermos a protagonista da nossa própria vida, isso é bem difícil para a mulher. (Entrevistada de número 5).

Encerrando este capítulo observamos que para o atendimento da pauta das mulheres rurais, os caminhos permeiam fatores significativos apontados durante a pesquisa, hora trazidos pela autora, hora pelas participantes. Podemos constatar que as reivindicações permeiam conforme o tempo e o espaço em que as mulheres estão inseridas, destacando a preocupação latente sobre a violência de gênero de forma variada. Vejamos que mesmo a paridade sindical ser realidade a partir das cotas estatutárias, ainda é uma demanda de luta para as mulheres pois, muitos sindicatos não cumprem as cotas.

Notamos que, organização e participação é um elemento importante para atendimento das pautas, estarem preparadas em coletivos é uma forma de ganhar força na luta pelos anseios das trabalhadoras rurais e desta forma depositam credibilidade no movimento sindical rural como ferramenta importante para preparar mulheres para o empoderamento e o protagonismo feminino. A organização dentro da organização reflete ao sentimento de

pertencimento e reconhecimento das mulheres enquanto agricultoras e sindicalizadas, a atuação coletiva busca sanar também, necessidades individuais e romper com barreiras impostas ao longo dos anos.

Contudo, percebe-se que há poucos questionamentos ou críticas sobre a forma que o movimento atua, ou sugestões sobre formas diferentes de se fazer o trabalho formativo, o que relacionamos que as sindicalizadas participantes acreditam no trabalho que desempenham em conjunto e que é através deles que pode-se alterar realidades insatisfatórias.

## **CONCLUSÃO**

A temática escolhida, Protagonismo Feminino No Campo - Uma Análise sobre a Sindicalização de Mulheres e suas Atuações na Fetag-RS, exerce além do papel de pesquisa evidenciar o que as mulheres sindicalizadas tem construído, a que elas pautam sua luta, como

e qual é o perfil das lideranças; de certa forma é oportunizar o protagonismo para quem exerce o protagonismo.

Quando nos propormos a realizar uma análise sobre a sindicalização das mulheres e a atuações na FETAG-RS nos inquieta saber os aspectos e as relações que colaboram para estes dois pontos. Ademais, este trabalho pretendeu entender de que forma o movimento sindical rural contribui para o protagonismo, empoderamento e politização das mulheres do campo, através dos recursos metodológicos utilizados a fundamentação teórica, revisão documental e a pesquisa empírica através de entrevistas.

As relações sociais são motivos de estudo na área das ciências sociais, estas relações estão presentes na sociedade numa relação ambígua, entre sujeitos e grupos. Tecer uma pesquisa sobre movimentos sociais é promover inclinação as relações sociais que formam estes movimentos.

Apontamos que, a definição do sociólogo, Alberto Melucci (1943-2001), sobre movimentos sociais contempla o movimento estudado, o movimento sindical rural, uma vez que o mesmo está construído em ações coletivas embasadas na solidariedade frente a desafios. Quanto ao conceito trazido sobre os novos movimentos sociais, contrapondo os movimentos tradicionais colabora para visualizar que dentro do movimento do estudo, existe a relação de ambiguidade entre movimento tradicional, por sua fundação, com novo movimento social, visto que, as pautas alteraram-se para atender a efervescência dos novos movimentos sociais.

A escolha do tema para este estudo baseou-se na inquietação a cerca da motivação e militância das mulheres no movimento sindical rural, e de certa forma, valorizar a construção e a participação feminina para a estruturação deste movimento. Acredito que esta temática exerça contribuição para a ciência e para sociedade por apontar aspectos e dados gerais contemporâneos frente a participação das mulheres no movimento sindical rural, mensurando as relações sociais que colaboram para este cenário, sendo um novo olhar para a atuação das mulheres na FETAG-RS como referência o ano de 2022.

Para alcançar a análise da participação das mulheres na FETAG-RS elencamos dois objetivos específicos. O primeiro, conhecer o perfil das mulheres que participam da FETAG-RS pudemos verificar que não existe um padrão específico que contemple todos os quesitos elencados numa trajetória linear, havendo expressividade dentro de cada um dos quesitos mobilizados para formar o perfil. Cabendo mover e apresentar a expressividade dentro dos quesitos, compondo-se da seguinte forma: mulheres acima de 55 anos, sindicalizadas há mais de 20 anos, ensino médio concluído, possui outra fonte de renda além da produção agropecuária, são comunicativas e já exerciam atividades de lideranças em outros contextos da sociedade.

Quanto ao segundo objetivo específico que propunha analisar aspectos de participação e de representatividade política na federação e na sociedade, concluímos que a participação das mulheres na FETAG-RS é constante, que ocupam diversos espaços e são atuantes, no entanto, quando mensuramos cargos de liderança, como presidente e coordenadoras regionais, o número reduz significativamente comparando-se aos de homens. A participação das mulheres surge em maior escala, sobre dois pontos apresentados, a partir de convite ou a partir de exemplo/incentivo próximo, sendo a partir de convite ele surge devido a mulher já exercer algum protagonismo no espaço em que está inserida.

Ainda, quanto ao atendimento do objetivo específico dois, movemos que a sindicalização não significa necessariamente a militância, a militância ocorre a partir da identidade e da subjetividade, como sentimento de pertencimento, senso de coletividade. Quanto a militância e liderança verificamos que um aspecto recorrente é a importância de formação dentro do movimento sindical que contribuem para o aprimoramento do papel de líder e protagonistas.

Ademais, as mulheres ocupam espaços da sociedade civil organizada, sendo representação da pauta da mulher rural, com papéis de liderança e atuação. No entanto, quando se refere a participação política ela não expressa grandes resultados, há pouco interesse em cargos eletivos, e mínima representação política partidária.

Através da pesquisa foi possível ainda, levantar questões sobre o preconceito e discriminação quanto a participação da mulher, estando presente nas vivências das mulheres em seus sindicatos e no movimento. Ocorrendo confronto de opiniões sobre a paridade de gênero dentro das diretorias ser uma cota estatutária a ser cumprida, muitos sindicatos não cumprem essa exigência. As mulheres estão presentes no movimento sindical, mas possuem dificuldade de chegarem ao cargo mais alto do sindicato, a presidência, o que reflete no número de presidentes mulheres dentro da FETAG-RS.

Além do mais, verificamos que há trabalhos para fortalecer a atuação da mulher, mais especificamente nas regionais, mas não observamos um trabalho geral, além das cotas, para a conscientização da necessidade, merecimento e importância da participação da mulher. De forma, como se esta sensibilização fosse algo específico das mulheres e de sua pauta.

Contudo, apontamos que cumprimos nossos objetivos elencados e conseguimos obter resultado frente ao nosso problema de pesquisa. O movimento sindical rural contribui em partes, para o protagonismo, empoderamento e politização das mulheres do campo visto que a partir da construção coletiva encorajam mulheres a ocuparem espaços, além das formações oportunizadas que preparam as mulheres para o desenvolvimento destes papéis. Entretanto, apontamos como em partes, por verificar que para que isto ocorra a mulher precisa ser sindicalizada, participante e ter um perfil minimamente interessada ou de liderança.

Quanto as mulheres participantes do movimento sindical ocuparem e exercerem papel representativo em outros espaços da sociedade, constatamos que sim. As mulheres que participam do movimento sindical são atuantes, em outros setores da sociedade civil organizada, alguns como representantes do próprio movimento sindical e em outros, como uma construção própria.

Avaliando os instrumentos metodológicos utilizados para a coleta de dados, acreditamos que tenham cumprido o propósito e colaborado significativamente para o atendimento dos resultados esperados. A partir da metodologia conseguimos tecer aspectos relevantes para dissertar e atender nossos objetivos.

No entanto, apontaria que em nova pesquisa, buscaria restringir minha fundamentação teórica, tornando-a mais objetiva e pontual. E ainda, quanto a temática buscaria em novo ou futuro estudo, investigar regionalmente exemplos de Comissão de Mulheres que desenvolvam uma atuação e/ou trabalhos específicos na base de suas associadas e como isto impacta na vida das participantes.

Por fim, elucidar até aqui a caminhada de mulheres contribui para a disseminação do protagonismo e da atuação das mulheres na sociedade, que enfrentam dificuldades, mas mantêm-se firmes pautando lutas coletivas que buscam mudar a sociedade e as relações sociais na contemporaneidade.

## REFERÊNCIAS

ABRÃO, Joice Aparecida Antonello; SANTOS, Roseli Alves dos. Sindicalismo rural em Francisco Beltrão: a inserção do trabalho das mulheres nos espaços políticos administrativos do sindicato dos trabalhadores rurais. **Fazendo Gênero**, v. 9, p. 01-10, 2010. Disponível em: [http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1278251365\\_ARQUIVO\\_fazendo\\_genero\\_roseli\\_e\\_joice\[1\]\[1\].pdf](http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1278251365_ARQUIVO_fazendo_genero_roseli_e_joice[1][1].pdf) Acesso em: 10 nov. 2022.

ALVES, Ana Carla Farias; ALVES, Ana Karina da Silva. As trajetórias e lutas do movimento feminista no Brasil e o protagonismo social das mulheres. **Seminário CETROS Neodesenvolvimentismo, Trabalho e Questão Social**, v. 4, p. 113-121, 2013.

BATISTELLA, Alessandro. A ERA VARGAS E O MOVIMENTO OPERÁRIO E SINDICAL BRASILEIRO (1930-1945). **Unoesc & Ciência-ACHS**, v. 6, n. 1, p. 21-34, 2015. Disponível em: <https://periodicos.unoesc.edu.br/achs/article/view/6555> Acesso em: 13 dez. 2022.

BONI, Valdete. Poder e igualdade: as relações de gênero entre sindicalistas rurais de Chapecó, Santa Catarina. **Revista Estudos Feministas**, v. 12, p. 289-302, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/wHF7F6FnV5xnZ6GqcYyCTSR/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 03 out. 2022.

BORBA, Eder Ribeiro; FABRINI, João Edmilson. A participação das mulheres na luta sindical: o caso do sindicato dos trabalhadores rurais de Francisco Beltrão/PR. **PEGADA-A Revista da Geografia do Trabalho**, v. 17, n. 2, 2016. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/4631> Acesso em: 03 out. 2022

BRASIL. Decreto-Lei nº 276, de 28 de Fevereiro de 1967. Altera dispositivos da Lei nº 4.214, de 2 de março de 1963, e dá outras providências. Brasília, DF: **Diário Oficial da União - Seção 1 - 28/2/1967**, Página 2461 (Publicação Original). Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-276-28-fevereiro-1967-376455-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 15 nov. 2022.

BRASIL. Lei Nº 4.214 de 02 de março de 1963. Dispõe sobre o “Estatuto do Trabalhador Rural”. Brasília, DF. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=4214&ano=1963&ato=bb0oXSq50MVRVTa87> Acesso em: 15 nov. 2022.

BRUMER, Anita; PAULILO, Maria Ignez. As agriculturas do sul do Brasil. **Revista Estudos Feministas**, v. 12, p. 171-174, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/ybbqRqpS-JDBC5KpLkB3P3wc/?lang=pt> Acesso em: 10 out. 2022.

CARNEIRO, María José. Mulheres no campo: notas sobre sua participação política e a condição social do gênero. **Estudos Sociedade e Agricultura**, 1994. Disponível em: <https://www.revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/download/21/23> Acesso em: 05 out. 2022.

CEZAR, Frederico Gonçalves. O processo de elaboração da CLT: histórico da consolidação das leis trabalhistas brasileiras em 1943. **Revista Processus de Estudos de Gestão, Jurídicos e Financeiros**, ano, v. 3, n. 7, p. 13-20, 2008. Disponível em: <http://institutoprocesus.com.br/2012/wp-content/uploads/2012/07/3%C2%BA-artigo-Frederico-Gon%C3%A7alves.pdf> Acesso em: 30 nov. 2022.

DA SILVA PORTELA, Camila. “PADRES ESQUERDISTAS”: O clero católico progressista nos documentos da Delegacia de Ordem Política e Social do Maranhão. **Fato & Versões-Revista de História**, v. 6, n. 11, 2014. Disponível em: <https://desafioonline.ufms.br/index.php/fatver/article/view/1204> Acesso em: 01 dez. 2022.

DE CÁSSIA MACIAZEKI-GOMES, Rita et al. Participação política e subjetividade—Narrativas de vida de trabalhadoras rurais do sul do Brasil. **Psico**, v. 47, n. 2, p. 148-158, 2016. Disponível em: [https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/revistapsico/article/download/21993/pdf\\_31/](https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/revistapsico/article/download/21993/pdf_31/) Acesso em: 01 dez. 2022.

DEERE, Carmen Diana. Os direitos da mulher à terra e os movimentos sociais rurais na reforma agrária brasileira. **Revista Estudos Feministas**, v. 12, p. 175-204, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/msym4LnpmqCbHjSdSJqzygL/?lang=pt> Acesso em: 03 out. 2022.

FETAG-RS. **Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul**. ©2023. Porto Alegre/RS. Disponível em: <http://fetagrs.org.br/> Acesso em: 01 set. 2022.

FETZNER, Adriana Borba, et. al. **Anais do 11º Congresso de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais**. Fortalecendo o movimento sindical para melhorar a qualidade de vida no campo. Brasília, DF. p. 1-330. 2013. Disponível em: [http://www.contag.org.br/imagens/ctg\\_file\\_1723565410\\_19012017151014.pdf](http://www.contag.org.br/imagens/ctg_file_1723565410_19012017151014.pdf) Acesso em: 13 dez. 2022.

FILIPAK, Alexandra. Políticas públicas para mulheres rurais no Brasil (2003-2015): análise a partir da percepção de mulheres rurais e de movimentos sociais mistos. Tese de Doutorado. Marília, 2017. Disponível em: [https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/150147/filipak\\_a\\_dr\\_mar.pdf?sequence=3](https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/150147/filipak_a_dr_mar.pdf?sequence=3) Acesso em: 13 dez. 2022.

FOCHI, Graciela Márcia; ZIRBEL, Ilze. Patriarcado e sujeição das mulheres. **DESENVOLVIMENTO, FRONTEIRAS E CIDADANIA**, v. 4, n. 6, p. 56-74, 2020. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/327173004.pdf> Acesso em: 07 dez. 2022.

JUNIOR, José Martins Lima. A participação da mulher nos movimentos sociais e sindicais **Conteúdo Jurídico**, Brasília-DF: 09 set 2016, 04:15. Disponível em: <https://conteudojuridico.com.br/consulta/artigos/47481/a-participacao-da-mulher-nos-movimentos-sociais-e-sindicais>. Acesso em: 07 dez. 2022.

KRETER, Ana Cecília. A previdência rural e a condição da mulher. **Revista Gênero**, v. 5, n. 2, 2005.

LIMÃO, Nadvania Alexandre et al. Relações de gênero e movimento sindical: relatos e vivências das mulheres no sindicato dos trabalhadores rurais de Uiraúna-PB. 2015. Disponível em: <http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/xmlui/bitstream/handle/riufcg/9622/NADIVANIA%20ALEXANDRE%20LIM%C3%83O.%20TCC.%20LICENCIA-TURA%20PLENA%20EM%20HIST%C3%93RIA.2015.pdf?sequence=3> Acesso em: 10 out. 2022.

LUSA, Mailiz Garibotti. Movimentos sociais e mulheres: identidades e lutas. **JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS**, v. 8, 2017. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2017/pdfs/eixo3/movimentossociaisemulheresidentidadeselutas.pdf> Acesso em: 10 out. 2022.

MORAES, Érica Pinto de. O acesso à previdência social pelas mulheres trabalhadoras rurais pela via do Sindicato dos Trabalhadores Rurais: o estudo de caso da experiência de Medina e Congonhas do Norte. 2021. Disponível em: [http://acervo.ufvjm.edu.br/jspui/bitstream/1/2816/1/erica\\_pinto\\_moraes.pdf](http://acervo.ufvjm.edu.br/jspui/bitstream/1/2816/1/erica_pinto_moraes.pdf) Acesso em: dez 2022.

MST. **Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**. Objetivos. © MST 2023. Disponível em: <https://mst.org.br/objetivos/> Acesso em: 15 nov. 2022.

- PAULILO, Maria Ignez S. et al. Movimento de mulheres agricultoras: terra e matrimônio. **Agricultura e espaço rural em Santa Catarina**, p. 15-38, 2003. Acesso em: <https://nafa.paqinas.ufsc.br/files/2010/08/mma1.pdf> Acesso em: 03 out. 2022.
- PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. Movimentos sociais: abordagens clássicas e contemporâneas. **CSONline-Revista Eletrônica de Ciências Sociais**, n. 2, 2007. Disponível em: <http://periodicos.ufjf.br/index.php/csonline/article/view/17048/8562> Acesso em: 08 dez. 2022.
- PIMENTA, Sara Deolinda Cardoso. Participação, poder e democracia: mulheres trabalhadoras no sindicalismo rural. **Caderno de Trabalho**, n. 1, 2013. Disponível em: [http://www.fg2013.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/20/1373304837\\_AR-QUIVO\\_Democracia,PodereParticipacaoPolitica.pdf](http://www.fg2013.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/20/1373304837_AR-QUIVO_Democracia,PodereParticipacaoPolitica.pdf) Acesso em: 03 out. 2022.
- PONCHIROLLI, Rafaela. O que são movimentos sociais? **Politize!** Florianópolis, 2019. Disponível em: <https://www.politize.com.br/movimentos-sociais/> Acesso em: 05 nov. 2022.
- SALES, Celecina de Maria Veras. Mulheres rurais: tecendo novas relações e reconhecendo direitos. **Revista Estudos Feministas**, v. 15, p. 437-443, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/i/ref/a/zxBLWVLxQwRGT8zqC6fGqdF/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 10 out. 2022.
- SILVA, Daniel Neves; SOUSA, Rainer. "Feminismo No Brasil"; **Brasil Escola**. Disponível Em: <https://brasilecola.uol.com.br/historiab/feminismo.htm> . Acesso em: 02 nov. 2022.
- SILVA, Waléria Kássia Martins da et al. **Dos sindicatos dos padres à Igreja Viva: Igreja Católica e questões sociais do campo no Brejo paraibano da década de 1960**. 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/20299> Acesso em: 14 dez. 2022.
- VAN DER SCHAAF, Alie. Jeito de mulher rural: a busca de direitos sociais e da igualdade de gênero no Rio Grande do Sul. **Sociologias**, p. 412-442, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/i/soc/a/SBq7JkkgT98Tz53pRGZcXTb/?format=html&lang=pt> Acesso em: 03 out. 2022.
- ZARZAR, Andrea Lorena Butto. Movimentos sociais de mulheres rurais no Brasil: a construção do sujeito feminista. 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/25468> Acesso em: 03 out. 2022.

## APÊNDICE

### QUESTIONAMENTOS PARA O PROJETO DE TCC ACADÊMICA CAMILA ÉVELIN LIMA RODE

#### PROPOSTAS:

O Questionário de número 1 será direcionado às coordenadoras regionais de Mulheres do Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais do Rio Grande do Sul / FETAG-RS.

#### PERFIL DE LIDERANÇA:

1 – Nome:

2 – Idade:

- Entre 18-25
- Entre 26-35
- Entre 36-45
- Entre 46-55
- Mais de 55

3 – Escolaridade:

- Ensino Fundamental Incompleto
- Ensino Fundamental Completo
- Ensino Médio Incompleto
- Ensino Médio Completo
- Ensino Superior Incompleto
- Ensino Superior Completo
- Outros? Quais \_\_\_\_\_

4 – Estado Civil:

- Solteira
- Casada
- Mora junto
- União Estável:
- Outros, Quais? \_\_\_\_\_

5 – Filhos

- a) Sim
- b) Não

6 – Qual a principal atividade econômica da família?

- Agricultura
- Principal produto \_\_\_\_\_
- Pecuária
- Produção Leiteira
- Agroindústria
- Outro, qual? \_\_\_\_\_

7 – Renda Familiar:

- Até 3 salários mínimos
- De 4 a 6 salários mínimos
- De 7 a 11 salários mínimos
- Acima de 11 salários mínimos

8 – Quem é o responsável pelo núcleo familiar?

Descreva: \_\_\_\_\_

9 – Qual a sua contribuição para atividade econômica produtiva da família:

- Integral

- Parcial
- Além da atividade produtiva desempenha outras atividades, quais:

\_\_\_\_\_

10 – Há quanto tempo é associada ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais?

- Menos de 5 anos
- Mais de 5 anos
- Entre 10 a 15 anos
- Entre 16 a 20 anos
- Mais de 20 anos

11 – Há quanto tempo participa ativamente das atividades de mulheres do movimento sindical (pode ser no seu município, regional e/ou estadual):

- Menos de 5 anos
- Mais de 5 anos
- Entre 10 a 15 anos
- Entre 16 a 20 anos
- Mais de 20 anos

12 – Participa de alguma outra associação, entidade, comunidade, movimento e/ou conselho?

- a) Sim
- b) Não

Se sim, quais \_\_\_\_\_

13 – Exerce ou exerceu algum cargo dentro de diretoria de Associação, Comunidade?

QUESTIONAMENTOS PARA O PROJETO DE TCC  
ACADÊMICA CAMILA ÉVELIN LIMA RODE

PROPOSTAS:

O Questionário de número 3 será direcionado à ASSESSORA ESTADUAL de Mulheres do Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais do Rio Grande do Sul / FETAG-RS.

PERFIL DA ASSESSORA

- 1 – Nome: \_\_\_\_\_
- 2 – Idade:
- Entre 18-25
  - Entre 26-35
  - Entre 36-45
  - Entre 46-55
  - Mais de 55
- 3 – Escolaridade:
- Ensino Fundamental Incompleto
  - Ensino Fundamental Completo
  - Ensino Médio Incompleto
  - Ensino Médio Completo
  - Ensino Superior Incompleto
  - Ensino Superior Completo
  - Outros? Quais \_\_\_\_\_
- 4 – Há quanto tempo participa ativamente das atividades de mulheres do movimento sindical (pode ser no seu município, regional e/ou estadual):
- Menos de 5 anos
  - Mais de 5 anos
  - Entre 10 a 15 anos
  - Entre 16 a 20 anos
  - Mais de 20 anos
- 11 – Há quanto tempo está de assessora da Comissão Estadual de Mulheres?  
Escreva: \_\_\_\_\_
- 12 – Qual o papel desempenhando com as mulheres da comissão Estadual de Mulheres enquanto assessora?
- 13 – Em algum momento vivenciou resistência a plena participação no movimento sindical devido ao gênero?
- a) Sim
- b) Não
- 13 – Atualmente qual a pauta de luta e reivindicação da Comissão de Mulheres Estaduais do Rio Grande do Sul que mais reflete a contemporaneidade?  
Escreva:  
\_\_\_\_\_  
—
- 14 – Qual o momento mais marcante vivenciado durante o período em que assessora a Comissão de Mulheres?

Escreva:

---

–

15 – Qual o principal ato de organização das mulheres a nível estadual?

Escreva:

---

–

16 -Qual papel da comissão de mulheres junto ao movimento sindical?

17 – Qual o maior desafio para a plena participação das mulheres no movimento sindical?

18 – A pandemia impactou ou dificultou a participação das mulheres na Comissão Estadual de Mulheres?

21 – Após o retorno pós pandemia quais foram as dificuldades enfrentadas para a reorganização da Comissão de Mulheres (no formato presencial)? E quais as ações realizadas para minimizar os impactos da pandemia?

22 – De 2017 a 2022 aconteceu algum momento/evento que considera importante para a trajetória da COMISSÃO ESTADUAL DE MULHERES?

23 – Há conflitos entre diferentes vertentes (opiniões) dentro do movimento sindical quanto a participação das mulheres?

24 – Quais os principais entraves que dificulta o acesso das mulheres ao movimento sindical como um todo?

## QUESTIONÁRIO INDIVIDUAL A LIDERANÇAS DO MOVIMENTO SINDICAL

1. Descreva sua atuação no movimento sindical e na pauta representativa (ex.: coordenadora, presidente, assessora, vereadora...)
2. Qual o papel exercido pela comissão de mulheres?
3. Qual é o objetivo ao organizar as mulheres trabalhadoras rurais?
4. Em seu ponto de vista, qual o perfil geral das mulheres atuantes e participativas do movimento sindical dos trabalhadores rurais?
5. Sente alguma característica diferente na mulher participativa para a não participativa?
6. O perfil das participantes e os anseios mudaram nos últimos 10 anos?
7. O que lhe fez tornar-se uma mulher sindicalizada?
8. O que lhe fez chegar na posição de liderança e representação das mulheres trabalhadoras rurais?
9. Qual a principal dificuldade/desafio para a participação das mulheres no movimento dos trabalhadores rurais?
10. Qual a representatividade das mulheres sindicalizadas no espaço em que elas estão inseridas?
11. Qual o maior desafio que você já enfrentou na posição de mulher liderança sindical?
12. Há um trabalho específico para incentivar e fomentar a participação das mulheres em outras instâncias da sociedade e de certa forma evidenciar a pauta das mulheres agricultoras?
13. Você representa as mulheres sindicalizadas ou a pauta das mulheres rurais em alguma instância fora do movimento sindical? Porquê e para que?
14. Você acredita que a organização das mulheres trabalhadoras rurais fomenta a ocupação por parte das mulheres sindicalizadas de espaços de lideranças diversos (ex.: igreja, comunidade, conselhos, escola, poderes...)?
15. 12 - Você sente/sentiu ou presencia/presenciou resistência masculina com mulheres em cargos de liderança?
16. 16 – Qual a organização e preparação das mulheres para buscar o atendimento de suas pautas/bandeiras de luta?

QUESTIONAMENTOS PARA O PROJETO DE TCC  
ACADÊMICA CAMILA ÉVELIN LIMA RODE

PROPOSTAS:

O Questionário de número 5 será direcionado ao PRESIDENTE DA FETAG-RS.

1. Nome: \_\_\_\_\_
2. Há quanto tempo é associado ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais?
  - Menos de 5 anos
  - Mais de 5 anos
  - Entre 10 a 15 anos
  - Entre 16 a 20 anos
  - Mais de 20 anos
3. Há quanto tempo é Presidente da FETAG-RS?
4. Qual o papel da Comissão de Mulheres dentro do Movimento Sindical da FETAG-RS?
5. Quais as ações efetivadas dentro do seu mandato para garantir a participação das mulheres no movimento sindical?
6. A Pandemia do Coronavírus impactou, enfraquecendo as ações do movimento sindical?
7. Quais as ações realizadas pela FETAG-RS durante a pandemia para manter a vitalidade do movimento sindical?
8. Há resistência dentro do movimento estadual dos trabalhadores rurais quanto a participação das mulheres?
9. Qual a pauta do movimento sindical para as mulheres que ainda merece um trabalho mais efetivo para que de fato seja fundamentado (para que ocorra)?
10. Entre os anos 2017 a 2022 qual acontecimento foi mais marcante no movimento sindical?
11. Há conflitos entre diferentes vertentes (opiniões) dentro do movimento sindical quanto a participação das mulheres?
12. Quais os principais entraves que dificulta o acesso das mulheres ao movimento sindical como um todo?

## QUESTIONÁRIO À COORDENADORA ESTADUAL DE MULHERES DA FETAG-RS

Este questionário faz parte do Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Sociais pela UFRGS da acadêmica Camila Rode e busca elucidar a importância da Comissão de mulheres no movimento sindical.

1. Nome da Coordenadora:
2. Idade:
3. Escolaridade:
4. Há quanto tempo é associada ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais?
  - Menos de 5 anos
  - Mais de 5 anos
  - Entre 10 a 15 anos
  - Entre 16 a 20 anos
  - Mais de 20 anos
5. Há quanto tempo participa ativamente das atividades de mulheres do movimento sindical (pode ser no seu município, regional e/ou estadual):
  - Menos de 5 anos
  - Mais de 5 anos
  - Entre 10 a 15 anos
  - Entre 16 a 20 anos
  - Mais de 20 anos
6. Em linhas gerais, como você vê a participação das mulheres nos sindicatos dos trabalhadores rurais no Estado?
7. Considerando o empoderamento feminino e a participação das mulheres no movimento sindical você acredita que há fomento à efetivação da politização das mulheres?
8. Qual o maior desafio para a plena participação das mulheres no movimento sindical?
9. A pandemia impactou/dificultou/afastou a participação das mulheres na Comissão Estadual de Mulheres?
10. Após a pandemia quais foram as dificuldades enfrentadas para a reorganização da Comissão de Mulheres (no formato presencial)? E quais ações realizadas para minimizar os impactos da pandemia?
11. De que maneira a COMISSÃO ESTADUAL DE MULHERES contribui para a politização das mulheres em suas vivências?
12. Que fator foi determinante para que desenvolvesse sua participação no movimento sindical dos trabalhadores rurais?
13. Há conflitos entre diferentes vertentes (opiniões) dentro do movimento sindical quanto a participação das mulheres?

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO****Instituição: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL - UFRGRS – Curso de CIÊNCIAS SOCIAIS**

Pesquisador(es) responsável(is): CAMILA ÉVELIN LIMA RODE

Endereço do responsável: Linha Tigre, sn, Interior. Arroio do Tigre - RS

Telefone: (51)9.9538 5517

E-mail: camilaevelin\_ode@hotmail.com

Concordo em participar da Pesquisa de Conclusão de Curso requisito para a conclusão do curso de Licenciatura em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Estou ciente de que estou sendo convidado a participar voluntariamente do mesmo devido a vinculação a entidade a qual será objeto de estudo.

**PROCEDIMENTOS:** Fui informado de que o objetivo geral será objetivo geral será “**PROTAGONISMO FEMININO NO CAMPO – UMA ANÁLISE SOBRE A SINDICALIZAÇÃO DE MULHERES E SUAS ATUAÇÕES NA FETAG-RS**” tendo por objetivo: evidenciar a participação, o trabalho e a pauta das mulheres do campo, no movimento social sindical da Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul - FETAG-RS nos últimos 5 (cinco) anos 2017-2022 e de que forma este engajamento desencadeia o empoderamento e/ou a politização de mulheres. Os resultados obtidos durante a pesquisa serão mantidos em sigilo e somente serão usadas para fins de pesquisa. Estou ciente de que a minha participação envolverá conceder entrevista, responder questionários e autorizar o uso de minha imagem, voz e informações prestadas.

**RISCOS E POSSÍVEIS REAÇÕES:** Fui informado que os riscos são mínimos, uma vez que se trata apenas de informações prestadas voluntariamente e que os dados enfatizam o meu trabalho realizado dentro da instituição de estudo (FETAG-RS).

**BENEFÍCIOS:** O benefício de participar da pesquisa relaciona-se ao fato que os resultados serão incorporados ao conhecimento científico e posteriormente a situações de ensino-aprendizagem, contribuindo para o registro e difusão do movimento social dos trabalhadores da agricultura do Rio Grande do Sul.

**PARTICIPAÇÃO VOLUNTÁRIA:** Como já me foi dito, minha participação neste estudo será voluntária e está relacionada ao desempenho das minhas atribuições laborais na FETAG-RS e dessa forma comprometo-me a esclarecer e fornecer dados e informações necessárias para o desenvolvimento da pesquisa.

**DESPESAS:** Eu não terei que pagar por nenhum dos procedimentos, nem receberei compensações financeiras.

**CONFIDENCIALIDADE:** Estou ciente que a minha identidade será divulgada eventualmente, quando da necessidade de divulgação do trabalho durante todas as etapas do estudo.

**CONSENTIMENTO:** Recebi claras explicações sobre o estudo, todas registradas neste formulário de consentimento. A investigadora do estudo respondeu e responderá, em qualquer etapa do estudo, a todas as minhas perguntas, até a minha completa satisfação. Portanto, estou de acordo em participar do estudo autorizando o uso de minha imagem, voz e informações prestadas em qualquer tempo sem nenhum bônus financeiro ou acadêmico. Este Formulário de Consentimento Pré-Informado será assinado por mim e arquivado na instituição responsável pela pesquisa.

Nome do participante/representante

legal: \_\_\_\_\_

Identidade: \_\_\_\_\_

ASSINATURA: \_\_\_\_\_ DATA: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_\_

**DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE DO INVESTIGADOR:** Expliquei a natureza, objetivos, riscos e benefícios deste estudo. Coloquei-me à disposição para perguntas e as respondi em sua totalidade. O participante compreendeu minha explicação e aceitou, sem imposições, assinar este consentimento. Tenho como compromisso utilizar os dados e o material coletado exclusivamente para fins acadêmicos. Se o participante tiver alguma dúvida ou preocupação sobre o estudo pode entrar em contato através do meu endereço ou demais contatos acima descritos.

ASSINATURA DO PESQUISADOR RESPONSÁVEL PELA ENTREVISTA:

---